



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO

JOSÉ ANTONIO LÔBO DOS SANTOS

**IMPLICAÇÕES DO PRONAF NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
RURAL DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA–BA (1999/2006)**

Salvador
2007

JOSÉ ANTÔNIO LOBO DOS SANTOS

**IMPLICAÇÕES DO PRONAF NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
RURAL DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA–BA (1999/2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. CRISTÓVÃO DE C. DA TRINDADE DE BRITO.

Salvador
2007

TERMO DE APROVAÇÃO

**IMPLICAÇÕES DO PRONAF NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
RURAL DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA–BA (1999/2006)****JOSÉ ANTÔNIO LOBO DOS SANTOS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. CRISTÓVÃO DE C. DA TRINDADE DE
BRITO - Orientador
Doutor em Geografia
Instituto de Geociências
Universidade Federal da Bahia – UFBA

PROF. DR. ANGELO SZANIECKI PERRET SERPA
Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental
Instituto de Geociências
Universidade Federal da Bahia - UFBA

PROF.^a ELY SOUZA ESTRELA
Doutora em História
Departamento de Ciências Humanas
Universidade Estadual da Bahia – UNEB/Campus- V

Dissertação defendida e aprovada: ____/____/____

Dedico esse trabalho à minha mãe, D. Terezinha Lobo dos Santos, mulher de fibra que enfrentou todas as adversidades da pobreza para poder dar aos seus filhos, através da educação, as oportunidades que não teve na vida.

AGRADECIMENTOS

Entendendo que agradecer não é simplesmente fazer referência àqueles que contribuíram para a realização da pesquisa, mas sim, delas lembrar carinhosamente, e de alguma forma, deixar registrado como parte do trabalho, a atenção, a amizade, e o compromisso que estas pessoas dedicaram a essa dissertação de mestrado.

A Deus e aos meus pais

Agradeço a Deus por me proporcionar saúde, paz no coração e as alegrias necessárias para buscar insistentemente a concretização da pesquisa, frente a todas as adversidades da sociedade capitalista. Agradeço afetivamente aos meus pais, os quais conseguiram oportunizar para os filhos, as oportunidades educacionais que não tiveram ao longo de suas vidas.

Aos professores

Agradeço a todos os professores que, de alguma forma, contribuíram com meu aprendizado ao longo da vida. Agradeço em especial aos professores:

1- Dr. Cristóvão de Brito, meu orientador, pela tolerância e compreensão com minhas limitações frente à pesquisa acadêmica. É válido ressaltar que o professor não pensou duas vezes, ao contrário de outros, em assumir o compromisso com minha proposta de pesquisa, mesmo que eu nunca tenha feito parte de sua cátedra acadêmica.

2- Dr. Angelo Serpa, por se colocar à disposição para ser meu co-orientador, em um momento difícil de minha trajetória no mestrado, uma vez que ainda não tinha orientador. Agradeço e reconheço o esforço e a dedicação do professor, mesmo com toda carga de trabalho que tem, à frente da coordenação do Programa de Mestrado.

3- Dr^a. Ely Estrela, por, de forma gentil e dedicada, ter participado da banca examinadora do meu projeto de pesquisa (qualificação) e da dissertação. É válido colocar que a participação da professora foi fundamental na elucidação de conceitos e norteamento do trabalho ao longo do curso de Mestrado.

4- Dr. Antônio Angelo e a MS. Nacelice Freitas, meus professores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), por gentilmente e de forma atenciosa, terem contribuído para melhorar meu projeto de pesquisa, o qual foi apresentado no processo seletivo deste mestrado.

5- Agradeço, em memória, ao Prof. MS. Vitor Athaide C. Filho, pelo incentivo que me foi dado para pesquisar uma política de Governo dentro da questão agrária brasileira. Apesar de não ter tido a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, não poderia deixar de registrar sua importante contribuição ao norteamento do meu trabalho.

6- Prof. MS. Wodis Kleber, por ter contribuído com sua larga experiência sobre a questão agrária em Feira de Santana, e Prof. Esp. Cláudio Ressurreição, pela forma dedicada como sempre se colocou à disposição para ajudar na pesquisa.

7- Prof. MS. Clímaco Dias, por ter me concedido à oportunidade de fazer o tirocínio docente em sua disciplina no curso de graduação de Geografia da UFBA.

8- Professores Marialvo Barreto, Francisco das Chagas Melo, e todos os integrantes do Mandato Popular, por terem me dado importante apoio à conclusão da pesquisa.

Aos órgãos públicos e financeiros

Agradeço ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STR), à Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), à Secretaria Municipal de Agricultura (SMA), ao Banco do Nordeste (BNB) e ao Banco do Brasil (BB), pelo apoio que foi dado, através do fornecimento de dados. Em especial, quero ressaltar a importante contribuição do diretor do STR, Sr. Toinho, o qual, de forma dedicada, sacrificando seus domingos, me proporcionou a oportunidade de conhecer a zona rural do município. Agradeço à associação da Comunidade do Mergulho, no Distrito de Gov. João Durval, especialmente à D. Zizi e ao Sr. Jurandir, por terem abraçado com afinco a concretização da pesquisa.

Agradeço a CAPES pelos quase dois anos de bolsa, sem a qual seria muito difícil “concluir” a pesquisa. É válido ressaltar que a bolsa pesquisa disponibilizada pela CAPES e outros órgãos para estudantes da Pós-graduação é uma iniciativa extremamente significativa e necessária à melhoria dos níveis educacionais do país.

Aos amigos e amigas

Agradeço a todos os amigos e amigas que, ao longo desses dois anos e meio, me apoiaram e me incentivaram, muitas vezes de forma crítica, a avançar em busca da conclusão do curso de mestrado. Agradeço à minha namorada, Thais Freitas, por estar ao meu lado ao longo desses anos, me apoiando e também compreendendo minha ausência em muitos momentos, em que eu estava concentrado e ocupado com a pesquisa.

Agradeço aos servidores da Secretaria do Mestrado da UFBA, Sr. Itanajara da Silva, conhecido como sempre simpático, e D. Dirce Vieira Almeida. Agradeço aos amigos da república Tocas dos Gatos, em especial a Leonardo, conhecido carinhosamente como doidão, e por fim, quero agradecer em especial, aos agricultores familiares do município, os quais, gentilmente, me receberam em seus estabelecimentos rurais, e de forma verdadeira, retrataram as dificuldades cotidianas enfrentadas pela família.

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização. (SANTOS, Milton, 2002, p. 18).

Quanto mais me afago
Nas leituras dos livros
Relendo suas páginas
Vasculhando os arquivos
Menos entendo este mundo
Cheio de dores e lutas
Com tantas hipocrisias
E verdades ocultas
Quanto mais estudo
Dando toda importância
Descubro cada vez mais
A minha grande ignorância
Quantos mistérios existem
Nesse mundo a desvendar
Por tudo que existe
Entre o céu e o mar?
O conhecimento é assim
Como uma fonte eternizada
E o que mais aprendemos
É que não sabemos de nada.

(ALMEIDA, A. de Souza, 2004, p. 27).

SANTOS, J. A. Lobo dos. **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana–BA (1999/2006)**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, [2007].

RESUMO

A pesquisa analisa as implicações do Pronaf na agricultura familiar do Município de Feira de Santana, no período entre os anos de 1999 a 2006. Para tanto, utilizou-se técnicas de pesquisa qualitativa, através de entrevistas realizadas com os gestores do Programa, e pesquisas quantitativas, por meio da aplicação de questionários aos agricultores familiares. Os resultados mostraram que o Pronaf está causando certa dinâmica na produção agropecuária, na ocupação da mão-de-obra e na renda dos agricultores em questão. Porém, constatou-se que o Programa possui cinco básicos problemas que estão comprometendo a sua eficiência no município: a disputa política entre os órgãos públicos que gerenciam o Pronaf, a falta de participação dos agricultores na gestão dos recursos, a forte presença do atravessador na comercialização dos produtos, a ausência de assistência técnica e acesso à tecnologia, e a falta de investimentos do Programa na infra-estrutura dos estabelecimentos rurais. Os resultados mostram que esses problemas estão impedindo que o Pronaf possa garantir o desenvolvimento da agricultura familiar no município, uma vez que, até o momento, os recursos investidos não estão se concretizando em melhores condições de vida para os agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Política de Governo; Melhoria das condições de vida.

SANTOS, J. A. Lobo dos. **Implicationos of PRONAF in production of the country of Feira de Santana-BA (1999-2006)**. 2007. 179 f. Mastership dissertation (geography mastership) –Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, [2007].

ABSTRACT

This research analyzed the implicationos brought by PRONAF on the process of improvement of life conditions of the family farmers in the county of Feira de Santana, in period between 1999 and 2006. In order to accomplish this objective, qualitative and quantitative research techniques were used, in the form of interviews with the program managers and questioners applied to the farmers. The results showed that PRONAF is bringing some dynamic to farming and livestock raising, to the occupation the labor force and to the income of the farmers in question. However, it was found that the program have five basic implication which compromise the efficiency of this government policy in the country. These are: the political dispute between the public agencies that conduct PRONAF; the lack of participation of farmers in the program management; the strong presence of the middleman in product trading; the absence of technical assistance and access to technology and lack of investments in the infrastructure of the rural establishments. This analysis showed that these hindrances do not allow the program to ensure the development of family farming, since up to this moment, the resources invested through this policy did not bring better life conditions for the family farmers.

KEY WORDS: family farming, government policies, improvement of life conditions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Desmembramento da área pertencente ao município de Cachoeira – 1872/2006.....	41
Figura 2	Localização do município de Feira de Santana.....	43
Figura 3	Feira de Santana: variação da população urbana e rural – 1940 a 2006.....	47
Figura 4	Feira de Santana: população urbana e rural dos distritos – 2000.....	49
Figura 5	Feira de Santana: crescimento da população urbana dos distritos – 1970/2000.....	50
Figura 6	Feira de Santana: crescimento da população rural dos distritos – 1970/2000.....	51
Figura 7	Feira de Santana: crescimento da população total dos distritos – 1960/2000.....	53
Figura 8	Distritos e Setores Censitários do município de Feira de Santana – 2000.....	54
Figura 9	Feira de Santana: estabelecimentos rurais menores que 1 ha – 1950/1996.....	58
Figura10	Feira de Santana: distribuição da terra entre estabelecimentos menores que 1 ha a mais de 1.000 ha – 1950 e 1995.....	59
Figura 11	Feira de Santana: quantidade produzida e área plantada das principais lavouras temporárias – 2005.....	72
Figura 12	Agricultor familiar observa plantação consorciada de milho e feijão. Distrito de Bonfim da Feira, foto: junho de 2007.....	73
Figura 13	Plantação consorciada de milho e feijão. Distrito de Bonfim da Feira, foto: junho de 2007.....	73
Figura 14	Preparo da terra para o plantio de mandioca. Distrito de Maria Quitéria, foto: maio de 2007.....	74
Figura 15	Lavoura de mandioca. Distrito de Tiquaruçu, foto: maio de 2007.....	74
Figura 16	Beneficiamento da mandioca por meio da produção de farinha e beiju. Distrito de Humildes, foto: maio de 2007.....	75
Figura 17	Agricultora familiar produzindo farinha e beiju. Distrito de Tiquaruçu, foto: maio de 2007.....	75
Figura 18	Feira de Santana: lavouras permanentes – quantidade produzida e área plantada – 2005.....	76

Figura 19	Reserva de lenha, a qual será utilizada pela família no cozimento dos alimentos durante a semana. Distrito de Tiquaruçu, foto: maio de 2007.....	79
Figura 20	A lenha sendo utilizada pela casa de farinha Lourenço Oliveira, como principal fonte de energia na produção de farinha e beiju. Distrito de Humildes, foto: junho de 2007.....	79
Figura 21	Brasil: número de contratos do Pronaf por ano agrícola 1999-2007.....	98
Figura 22	Bahia: número de contratos do Pronaf em percentual por linha de crédito – 2000/2007*.....	102
Figura 23	Bahia: recursos do Pronaf aplicados em percentual por linha de crédito – 2000/2007*.....	103
Figura 24	Feira de Santana: número de contratos do Pronaf em percentual por linha de crédito – 1999 – 2007*.....	105
Figura 25	Feira de Santana: número de contratos do Pronaf em percentual por linha de crédito e ano agrícola – 1999 – 2007*.....	106
Figura 26	Feira de Santana: recursos aplicados em percentual por linha de crédito do Pronaf – 1999 – 2007*.....	107
Figura 27	Feira de Santana: recursos do Pronaf aplicados por ano agrícola – 1999/2007*.....	107
Figura 28	Feira de Santana: recursos aplicados em percentual por linha de crédito do Pronaf e ano agrícola – 1999 – 2007*.....	108
Figura 29	Feira de Santana: percentual de satisfação com o valor do microcrédito do Pronaf B – 2007.....	112
Figura 30	Feira de Santana: renda média mensal dos agricultores familiares – 2007.....	116
Figura 31	Feira de Santana: lavouras cultivadas pelos agricultores familiares – 2007.....	118
Figura 32	Feira de Santana: principais lavouras temporárias cultivadas - 1999-2005.....	121
Figura 33	Feira de Santana: ferramentas e implementos utilizados pelos agricultores – 2007.....	125
Figura 34	Feira de Santana: agricultores familiares e criação de animais – 2007.....	126
Figura 35	Agricultor familiar alimentando a criação de galinhas caipiras adquirida com recursos do Pronaf B. Distrito de Bonfim da Feira, foto: maio de 2007.....	127
Figura 36	Galinheiro rudimentar feito pelos próprios agricultores. Distrito de Bonfim da Feira, foto: maio de 2007.....	128

Figura 37	Criação de suínos com recursos do Pronaf B. Distrito de Maria Quitéria, foto: maio de 2007.....	130
Figura 38	Criação de bodes e ovelhas com recursos do Pronaf B. Distrito de Humildes, foto: maio de 2007.....	130
Figura 39	Feira de Santana: variação da produção agropecuária dos agricultores após a utilização dos recursos do Pronaf – 2007.....	131
Figura 40	Feira de Santana: locais de venda da produção dos agricultores familiares antes e depois do Pronaf.....	132
Figura 41	Feira de Santana: percentual de agricultores que além da agropecuária atuam em outras atividades – 2007.....	142
Figura 42	Agricultor familiar ocupando a mão-de-obra em uma pequena mercearia (atividade não-agrícola), como estratégia para complementar a renda familiar. Distrito de Bonfim da Feira, foto: maio de 2007.....	144
Figura 43	Agricultor familiar ocupando a mão-de-obra na construção civil, como estratégia para complementar a renda familiar. Distrito de Bonfim da Feira, foto: maio de 2007.....	144
Figura 44	Reunião organizada pela Associação da Comunidade do Mergulho, para discutir a participação dos agricultores familiares no Pronaf. Distrito de Gov. João Durval, foto: Janeiro de 2007.....	146
Figura 45	Feira de Santana: escolaridade dos agricultores familiares – 2007.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução populacional do município de Feira de Santana – 1940/2006.....	46
Tabela 2	Distribuição da população segundo os distritos do município de Feira de Santana – 2000.....	48
Tabela 3	Feira de Santana: crescimento da população rural dos distritos do em % – 1970 a 2000.....	51
Tabela 4	Crescimento da população total dos distritos do município de Feira de Santana (em porcentagem) – 1960/2000.....	53
Tabela 5	Tamanho médio dos estabelecimentos por grupo de área no município de Feira de Santana – 1950/1996.....	56
Tabela 6	Brasil: número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção por categorias familiares, por tipo de renda e patronal – 1996.....	67
Tabela 7	Bahia: número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção por categorias familiares, por tipo de renda e patronal – 1996.....	69
Tabela 8	Feira de Santana: número de estabelecimentos rurais, área e valor bruto da produção por categorias familiares, por tipo de renda e patronal – 1996.....	70
Tabela 9	Feira de Santana: renda média por estabelecimento rural por categorias familiares, por tipo de renda e patronal – 1996.....	71
Tabela 10	Feira de Santana: efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho – 2005.....	77
Tabela 11	Brasil: número total de contratos e recursos aplicados do Pronaf e do Pronaf B por ano agrícola – 1999 a 2007*.....	99
Tabela 12	Brasil: grupo “B”, “A” e “A/C” do Pronaf - número contratos e recursos aplicados – 1999 a 2007*	99
Tabela 13	Bahia: número de contratos do Pronaf por linha de crédito e ano agrícola – 2000 a 2007*	101
Tabela 14	Bahia: recursos aplicados (R\$ 1,00) por linha de crédito do Pronaf e ano agrícola - 2001 a 2007*	102
Tabela 15	Feira de Santana: número de contratos do Pronaf por linha de crédito e ano agrícola - 1999 a 2007*	104
Tabela 16	Feira de Santana: recursos aplicados (R\$ 1,00) por linha de crédito do Pronaf e ano agrícola – 2000 a 2007*	106

Tabela 17	Feira de Santana: percentual do número de contratos do Pronaf B com relação ao número total – 1999/2007*	109
-----------	--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Órgãos entrevistados.....	23
Quadro 02	Institutos de pesquisa.....	24
Quadro 03	Índice de Gini referente à ocupação da terra no município de Feira de Santana - 1960 a 1996.....	60
Quadro 04	Síntese das condições do crédito rural do Pronaf - modalidades e grupos.....	92
Quadro 05	Estrutura de gestão do Pronaf.....	97
Quadro 06	Síntese das condições do crédito rural do Pronaf - Linhas Especiais.....	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEF	Caixa Econômica Federal
CFR	Casa Família Agrícola
CIS	Centro Industrial Subaé
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão a Agricultura Familiar
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
EFA	Escola Família Agrícola
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MA	Ministério da Agricultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOA	Mão-de-Obra Agrícola na Bahia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAL	Programa de Aquisição do Leite
PAM	Produção Agrícola Municipal
PFL	Partido da Frente Liberal
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPM	Produção da Pecuária Municipal
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SMA	Secretaria de Agricultura do Município
SRI	Superintendência Regional do INCRA
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDR	União Democrática Ruralista
VPB	Valor da Produção Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	O CONCEITO DE ESPAÇO RURAL E AS POLÍTICAS DE GOVERNO NO BRASIL	27
3	EVOLUÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA	40
3.1	IMPACTOS GERADOS PELA NOVA DINÂMICA REGIONAL A PARTIR DE 1950	43
3.2	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SISTEMA AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA	48
3.2.1	Dinâmica fundiária e concentração da terra	54
3.2.2	Pequena propriedade e agricultura familiar	61
3.2.2.1	Agricultura familiar no município de Feira de Santana	69
4	ESTRUTURA DO PRONAF NO BRASIL E SUA ESPACIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA	80
4.1	ESTRUTURA E FUNCIONALIDADE DO PRONAF	84
4.1.1	Linhas de financiamento do Pronaf	86
4.1.2	Suporte complementar à produção da agricultura familiar	93
4.1.3	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	94
4.1.4	Estrutura de gestão	96
4.2	CRÉDITO RURAL DO PRONAF NO BRASIL	97
4.3	CRÉDITO RURAL DO PRONAF NO ESTADO DA BAHIA	100
4.4	CRÉDITO RURAL DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA	104
5	IMPLICAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF	111
5.1	IMPLICAÇÕES DO PRONAF NA RENDA FAMILIAR	111
5.2	IMPLICAÇÕES DO PRONAF NA OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA	140
5.3	HÁ MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES?	149
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS	159

APÊNDICE	165
A Questionário aplicado aos agricultores familiares cadastrados no Pronaf B do Município de Feira de Santana-Ba.....	166
B Pronaf: Linhas especiais de financiamento.....	171

1 INTRODUÇÃO

Analisar o contexto de criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e buscar avaliar suas implicações práticas, ou seja, seus efeitos na problemática agrária brasileira, é de fundamental importância para identificar e compreender as estratégias que norteiam, na atualidade, as políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento rural.

Discutir num estudo de caso os impactos do Pronaf, como política de Governo, no cotidiano dos agricultores familiares é fundamental, no sentido de se compreender como se dão as relações entre os agricultores familiares, os órgãos gestores e o mercado na aplicação dessa política no Brasil. Para tanto, foi fundamental buscar respostas para as seguintes perguntas: de que maneira se dão as relações entre as intenções do Pronaf e os objetivos dos pequenos agricultores familiares que fazem parte do Programa? De que forma o Pronaf contribui para a integração dos agricultores familiares ao sistema de crédito e mercado? E quais os principais resultados na melhoria de vida desses agricultores, a partir do uso dos recursos do Pronaf?

A agricultura familiar constitui uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital é exercido diretamente pela família. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade que diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra.

No sentido de apresentar a relevância da pesquisa, coloca-se, em primeiro momento, duas linhas de abordagem a serem analisadas. Uma é o debate sobre as políticas de Governo, que por ser uma temática nova que vem no bojo do processo democrático, ainda é pouco discutida pela sociedade brasileira, principalmente entre os geógrafos. A outra questão é a das implicações das ações específicas do Governo no espaço rural, no contexto do que Silva (1999) define como novo rural brasileiro.

O município de Feira de Santana foi escolhido para a realização da pesquisa, primeiro, pelo fato de conter um grande número de produtores familiares cadastrados no Pronaf, sobretudo no Grupo B; segundo, por esse município ser, depois do de Salvador, o mais importante do estado da Bahia, cuja sede é a maior cidade do interior, e estar localizado no maior entroncamento rodoviário do Norte e

Nordeste do Brasil, o que implica uma dinâmica de fluxos muito grande e uma complexa organização do espaço local, sobretudo do espaço rural.

O período escolhido para a realização da pesquisa compreendeu os anos de 1999 a 2006. Esse intervalo de tempo corresponde ao momento em que se iniciam as operações de crédito do Pronaf no município e seu desenvolvimento. Apesar de o Programa existir desde 1995, este somente foi implantado em Feira de Santana a partir de 1999, pois, até esse momento, não havia condições necessárias para seu funcionamento, como por exemplo, a existência de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

A pesquisa foi realizada em quatro etapas. Num primeiro momento, mas que se estende até o fim do estudo, os esforços foram concentrados para uma revisão bibliográfica, analisando a literatura que discute a temática em questão. Para tanto, foi feita a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses, dissertações, reportagens de jornais, páginas específicas da internet, entre outros. Na segunda etapa, o trabalho de campo foi realizado na zona rural do município de Feira de Santana, estabelecendo contato direto com os agricultores familiares, organizações sindicais, associações comunitárias; paralelamente, a pesquisa foi feita nas instituições oficiais do Governo (municipal, estadual e federal), gestores públicos e outros agentes sociais, direta ou indiretamente ligados ao estudo de caso.

O estudo foi pautado nas técnicas da pesquisa qualitativa, por meio da realização de entrevistas, e quantitativa, através da aplicação de questionários aos agricultores familiares cadastrados no Pronaf B.

Adotando a entrevista como um procedimento importante para auxiliar a investigação dos problemas de pesquisa, foram realizadas entrevistas com os denominados “agentes sociais relevantes”, que são os agricultores familiares e os responsáveis pela direção dos órgãos públicos e financeiros ligados ao Pronaf, no sentido de explorar informações sobre renda, ocupação da mão-de-obra e melhorias na vida dos pequenos agricultores.

As entrevistas foram direcionadas aos seguintes agentes, como demonstra o Quadro 01:

- 1- Órgãos públicos diretamente integrados ao Pronaf, a exemplo da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA) e Secretaria de Agricultura do Município (SMA);
- 2- Gerentes de agências bancárias que intermediam os financiamentos, nesse caso

o Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB), ambos responsáveis por 100% da disponibilidade de recursos por meio dos contratos do Pronaf no município; 3- Órgãos de classe, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Feira de Santana.

Quadro 01 – Órgãos entrevistados

Órgãos públicos ligados ao Pronaf	Tipo de órgão
Gestores do Pronaf no município	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA) Secretaria Municipal de Agricultura (SMA)
Financiadores	Banco do Brasil (BB) Banco do Nordeste (BNB)
Classistas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município (STR)

Elaboração: Santos, J. A. Lobo.

Diante da necessidade de conhecer as implicações do Pronaf na vida dos pequenos agricultores familiares, tomou-se o questionário como importante ferramenta de coleta de dados. Os questionários foram direcionados aos agricultores familiares cadastrados no Pronaf B, compostos com 43 perguntas, as quais foram divididas em 7 eixos com as seguintes questões: 1- informações gerais; 2- dados específicos sobre o programa; 3- assistência técnica; 4- produção agropecuária e mercado; 5- ocupação da mão-de-obra; 6- renda; 7- melhorias das condições de vida e avaliação do Programa. Das 43 perguntas, 38 foram de respostas fechadas e 5 de respostas abertas (Apêndice A).

Neste trabalho adotou-se como critério o princípio da técnica da amostragem segundo Gerardi; Silva B. (1981), que sugerem uma amostra média em torno de 357 informantes para uma população entre 5.000 e 6.000 informantes. No entanto só foram aplicados 300 questionários para uma população de 5.178 agricultores familiares cadastrados no Pronaf B, pois a partir dessa quantidade de questionários verificou-se que as respostas estavam ficando repetitivas.

O procedimento utilizado para a seleção dos informantes foi o aleatório simples, pois o material foi distribuído em todos os distritos do município e aplicado de forma aleatória, conforme os agricultores pertencentes ao Pronaf B iam sendo identificados. Salienta-se que o agricultor familiar, cadastrado no Pronaf B há menos de 4 meses, não foi selecionado como informante, devido ao curto período de participação no Programa, o que poderia tirar-lhe a condição de fazer uma avaliação

mais precisa e confiável das implicações do Pronaf em seu cotidiano. O período de 4 meses se justifica por conta que nesse tempo já dá para obter uma colheita de determinados produtos da agricultura familiar com os recursos do Pronaf, visto que o feijão, o milho e determinados tipos de hortaliças tem ciclo de colheita entorno de 4 a 6 meses a depender das condições meteorológicas e das técnicas utilizadas no plantio .

Com o intuito de garantir uma melhor operacionalidade e precisão no trato e na análise dos dados coletados por meio dos questionários, utilizou-se o cálculo da porcentagem, pois o tratamento dos dados através de porcentagens é uma forma de atribuir sentido numérico às características qualitativas e reduzir duas ou mais distribuições a uma base comum, o que facilita muito as inferências comparativas entre os números tabulados.

Num terceiro momento, buscou-se analisar os dados secundários de acordo com as variáveis escolhidas: renda, ocupação de mão-de-obra e melhorias nas condições de vida para os agricultores familiares cadastrados no Pronaf B (Quadro 2). Esses dados foram colhidos nos diversos institutos governamentais de pesquisa, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA). Esses órgãos de pesquisa forneceram dados específicos sobre o Pronaf e a zona rural do estado da Bahia e do município.

Quadro 02 – Institutos de pesquisa

Institutos	Assuntos de pesquisa
IBGE	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Censo Agropecuário Produção Agrícola Municipal (PAM) Produção da Pecuária Municipal (PPM) Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)
MDA	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
SEI	Mão-de-Obra Agrícola na Bahia (MOA) Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)
INCRA	Estrutura Fundiária Projeto de Reforma Agrária Planos de Desenvolvimento Número e área dos Imóveis Rurais
EBDA	Ocupação de Mão-de-Obra Agrícola - por tipo de cultura e regiões da EBDA

Elaboração: Santos, J. A. Lobo.

Por fim, buscou-se relacionar as informações levantadas com os dados coletados e observações de campo, com os dados dos institutos de pesquisa e a base teórica, no sentido de responder às questões levantadas no problema de pesquisa.

O estudo está dividido em sete capítulos. No primeiro, buscou-se elaborar, de forma introdutória, uma visão geral da pesquisa, explicitando a justificativa, os procedimentos de análise e a relevância do trabalho.

No segundo capítulo, “O Conceito de Espaço Rural e as Políticas de Governo no Brasil”, abordou-se a relação entre o conceito de espaço rural e a política de Governo no Brasil, com o intuito de compreender até que ponto a discussão acerca do que se define como espaço rural interfere na formulação e aplicação de ações de governo voltadas para o desenvolvimento rural no país.

No terceiro capítulo, “Evolução Socioespacial do Município de Feira de Santana”, a idéia foi analisar os impactos causados pela inserção do município no contexto do capital produtivo nacional, a partir da década de 1960, para a zona rural. O estudo revelou que o crescimento das atividades urbanas, com a instalação do Centro Industrial Subaé (CIS) e a dinamização do comércio na cidade de Feira de Santana contribuíram, de forma significativa, para promover um contínuo esvaziamento da zona rural do município. Dando continuidade, apresenta as características gerais da zona rural, enfocando a produção agropecuária, a ocupação da mão-de-obra e, principalmente, os problemas relacionados à concentração fundiária, onde se constatou que o problema da má distribuição de terras é um entrave à aplicação de políticas agrícolas no município.

O quarto capítulo, “Estrutura do PRONAF no Brasil e sua Espacialização no Município de Feira de Santana”, teve como objetivo central analisar a maneira como o Pronaf é aplicado, em suas distintas linhas de crédito, principalmente na Bahia e no município de Feira de Santana. Nesse momento da pesquisa, constatou-se que os recursos do Programa estão atendendo muito mais os agricultores familiares mais capitalizados, os quais já possuem certa estrutura produtiva, que os agricultores familiares tidos como periféricos, os quais, em sua grande maioria, estão desprovidos de recursos e estrutura de produção.

No quinto capítulo, “Implicações e Contribuições do Pronaf”, apresenta-se os resultados obtidos por meio das entrevistas junto aos gestores do Pronaf, e dos questionários aplicados aos agricultores vinculados ao Pronaf B. Os dados

revelaram que a aplicação do Programa no município possui diversas implicações, como, por exemplo, falta de assistência técnica e de acesso à tecnologia, entre outras.

Nas considerações finais, elaborou-se uma avaliação das principais implicações do Pronaf no município, enfocando as disputas políticas existentes entre os gestores do Programa no plano local e, também, a falta de participação do agricultor familiar na gestão da referida política de Governo. Ao final, conclui-se que com a permanência dos problemas verificados o Pronaf está fadado ao fracasso.

2 O CONCEITO DE ESPAÇO RURAL E AS POLÍTICAS DE GOVERNO NO BRASIL

Para Santos (1992, p. 1), o espaço geográfico é entendido como uma condição e resultado da evolução social, uma instância da sociedade, o que o caracteriza de forma eminentemente social. Assim escreve o autor: “[...] o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade [...]”.

O autor concebe o espaço como uma totalidade, o qual é produzido essencialmente pelas relações sociais existentes que possuem importância fundamental na compreensão do processo de reprodução espacial, de acordo com seu momento histórico. Com isso o autor argumenta que:

Como os circuitos produtivos se dão no espaço de forma desagregada, embora não desarticulada, a importância que cada um daqueles processos tem, a cada momento histórico e para cada caso particular, ajuda a compreender a organização do espaço (SANTOS, 1992, p. 3).

Com base no entendimento de que o espaço geográfico é produzido pela sociedade, animado pelas relações sociais e de produção, e que o próprio processo de produção condiciona a reprodução do espaço, enquanto totalidade, busca-se aqui explicar como o Pronaf, enquanto uma política de Governo, vem contribuindo na produção de parte dessa totalidade, o espaço rural. Todavia, faz-se necessário esclarecer o que se entende por espaço rural e política de Governo.

De acordo com Calmes (1978), o espaço rural é uma forma de organização social e o fato agrícola é uma especificidade do rural. Esta idéia ampara-se em dois pontos: de uma parte, a agricultura é uma atividade especificamente rural; de outra, o uso produtivo do espaço rural reserva-lhe ainda um lugar preponderante.

Na visão de Teixeira; Lages (1997, p. 14), “[...] o rural se define, antes de tudo, por sua população ocupando e transformando um espaço, que se torna rural por usos diversos que não são unicamente agrícolas”. Observa-se que os autores abordam o espaço rural como uma construção social, a partir das relações dos homens entre si e com a natureza, relações essas, que não se restringem

simplesmente à visão de espaço rural como um apêndice das atividades agrícolas, e sim como uma construção social que vai além dessas atividades.

Com base nessas idéias, assim definem Brunet; Ferras; Thery (1992, p. 42): “[...] o rural qualifica tudo que pertence ao campo, engloba o que é agrícola e não agrícola: população, *habitat*, atividades [...]”. Os autores definem ainda ruralidade como as características de tudo aquilo que se relaciona com a vida rural, em particular as condições materiais e morais da existência das populações rurais.

Alguns autores colocam a agricultura e criação de animais como características marcantes do rural, outros apontam essas características somente como partes integrantes de uma visão muito mais ampla sobre ruralidade. Porém compreende-se que as abordagens sobre o rural não são limitadas somente por atividades que estão diretamente ligadas ao trato com a terra, como agricultura e criação de animais. Observa-se, de acordo com Brunet; Ferras; Thery (1992), que o conceito de espaço rural é muito mais amplo, pois engloba formas de produção, de consumo, comportamento, infra-estrutura, técnicas, enfim, uma gama de fatores que, relacionados entre si, podem expressar se o meio é caracterizado como rural ou não.

Além da discussão sobre a ruralidade, em que o debate envolve não somente o tipo de produção, mas também o modo de vida de determinada população num dado espaço, outra discussão está bastante presente no Brasil acerca da conceituação de espaço rural. A idéia do novo rural traz uma outra perspectiva sobre a temática. Segundo Silva (1999), o novo rural é uma realidade no Brasil. Este revela uma complexidade que envolve grandes transformações, que vão desde mudanças radicais no tipo de ocupação da mão-de-obra, até o que ele chama de rurbanização⁹, na qual se prevê a incorporação do espaço rural ao espaço urbano. Nessa perspectiva Silva (1999) diz que:

[...] o rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (SILVA, 1999, p. 28).

⁹ A idéia de rurbanização parte do princípio que o espaço rural está continuamente adquirindo características urbanas, ou seja, é um espaço que tende à urbanização. Segundo o autor, em determinadas áreas, o aspecto da rurbanização é tão intenso que não se consegue definir o que é urbano e o que é rural.

Essas idéias revelam uma visão de espaço rural a partir de uma nova perspectiva, ou seja, um novo rural com novas relações de trabalho, atividades, padrões de produção e principalmente com novas estratégias de sobrevivência. De acordo com o autor, no Brasil, o rural se modificou a partir dos anos 1960 com a modernização da agricultura.

O que se pode dizer é que nos últimos anos têm se multiplicado as referências à existência de um processo de transformação no espaço rural brasileiro, o que implica uma possível constituição de “um novo mundo rural”. Esse debate está presente em diversos autores, assim como em documentos governamentais e não governamentais, porém, ainda há muita controvérsia sobre o que realmente significa essa concepção de novo rural, principalmente do ponto de vista ideológico.

Alantejano (2000) entende o novo rural diferentemente de Silva, para ele, é importante questionar se realmente há ou não uma nova realidade no campo brasileiro. Para o autor, se for o caso, é preciso definir o conteúdo deste “novo rural”. No sentido de fortalecer os argumentos, afirma o autor:

O entendimento de que o mundo rural brasileiro passa por transformações radicais que estão conferindo a este uma nova fisionomia parece-nos um tanto exagerada. Seria incorreto dizer que não se verificam transformações importantes e significativas no campo brasileiro, mas o realce que lhes é dado, nos últimos tempos, atribuindo-lhes um sentido de novidade absoluta, não julgamos que corresponda exatamente a realidade (ALANTEJANO, 2000, p. 13).

O autor reconhece que o rural brasileiro tem passado por importantes transformações, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, com o processo de modernização da produção agrícola, porém, acha precipitado dizer que existe uma nova realidade no campo brasileiro, visto que velhos problemas como a concentração fundiária, a pobreza extrema de grande parte dos pequenos agricultores ainda persistem. Contudo, não é possível negar a forte transformação pela qual a agricultura brasileira passou nas últimas décadas, com a formação de grandes complexos agroindustriais e com a expansão de monoculturas, como por exemplo, a soja no centro-oeste do país. Essas transformações técnicas, de certa forma, convivem com as velhas estruturas que persistem nas relações rurais do campo brasileiro.

De acordo com Alantejano (2000), existem alguns problemas graves na concepção de Silva (1999) sobre o novo rural. O autor assim se refere:

[...] consideramos tal idéia bastante problemática, uma vez que elimina a possibilidade de se pensar estratégias de desenvolvimento de alternativas dentro da agricultura e reifica um modelo que, a rigor, também nada tem de inovador, isto é, o modelo mecânico químico de modernização da agricultura a la revolução verde seria o modelo único capaz de viabilizar a agricultura. Isto nos parece ser um brutal equívoco, uma vez que tem mostrado não apenas os perversos resultados sociais e ambientais, como ressalta a maioria dos autores, mas também econômicos, dado que os índices de produtividade têm se mostrado decrescentes e os custos, pelo contrário, crescentes, assim como a dependência de financiamentos cada vez mais elevada, tornando assim o agricultor cada vez mais vulnerável, seja aos bancos, seja às processadoras e intermediários (ALANTEJANO, 2000, p. 14).

Seguindo a lógica de seus argumentos, Alantejano (2000) afirma que esta visão aproxima-se das idéias neoliberais, que preconizam apenas a adoção de medidas compensatórias no enfrentamento das desigualdades sociais e da miséria. Para o autor, a principal proposição das idéias do novo rural é fazer com que as políticas de Governo incorporem a dimensão urbana no espaço rural e também incluir nas perspectivas de ação no campo, o incentivo à geração de atividades não-agrícolas intensivas em mão-de-obra, como é o caso dos serviços.

Para Alantejano (2000, p. 16), é importante ter cuidado com as idéias sobre o novo rural e seu processo de rurbanização, porém, ressalta sua preocupação com os tradicionais estereótipos que definiram campo e cidade, rural e urbano. Nesse caso, o autor afirma que “[...] não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos”.

Entende-se que o autor avança bastante na perspectiva de se tentar compreender o que está por trás da divulgação ostensiva, principalmente, por meio de órgãos governamentais, sobre o novo rural brasileiro. Não se pode achar que o novo chegou e que está tudo resolvido, visto que as velhas formas de dominação continuam, como, por exemplo, a grande concentração fundiária, a forte capacidade de monopólio e influência das agroindústrias, sobretudo as multinacionais, e também as políticas de Governo, que em sua maioria estão voltadas para atender aos interesses do grande capital.

O que preocupa é saber até que ponto as idéias de novo rural descaracterizam a realização plena da reforma agrária, pois nessa concepção de espaço rural, a relação e o vínculo direto com a terra deixa de ser essencial para dar lugar a outras atividades não-agrícolas exercidas por mão-de-obra proletária que,

dentro dessa ótica, não precisa ter terra para obter renda. Até que ponto essa concepção pode desmobilizar a reforma agrária?

Há muitas divergências quanto ao que se entende por espaço rural e isso se dá por uma série de fatores, que vão desde a forma diversificada em que esta realidade se apresenta no espaço e no tempo, desde os aparatos técnicos, até o modo de vida social, as influências de caráter político-ideológico e os objetivos a que visam atender as diversas definições. Segundo Marques (2002), o Governo tem sempre estabelecido definições oficiais, classificando o espaço em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos. A autora argumenta que os principais critérios classicamente empregados são: 1. discriminação a partir de um determinado patamar populacional; 2. a predominância da atividade agrícola; 3. delimitação político administrativa.

No Brasil adota-se o critério político-administrativo e considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). De acordo com o IBGE (1999), é considerada urbanizada toda área de vila ou de cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à sua expansão. A partir dessa classificação, o espaço rural corresponde àquilo que não é urbano, conforme aponta Marques (2002, p. 97), “sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características”. Para a autora, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais.

Esse problema apontado pela autora é extremamente relevante, pois as delimitações oficiais deixam de levar em conta fatores de grande importância, como a relação com a terra, a densidade nas relações sociais, o modo de vida e também questões ligadas ao desenvolvimento sócio-econômico na hora de delimitar determinados espaços rurais. Percebe-se que os critérios de definição, nada eficientes, visam atender interesses particulares de certos agentes sociais e garantir maior eficiência na arrecadação de impostos para os Governos municipais e estaduais.

Veiga (2002) tem se mostrado bastante crítico desse tipo de delimitação entre rural e urbano feito oficialmente no Brasil. Para o autor, esses critérios governamentais levam a uma superestimação do grau de urbanização do país, a partir do momento que considera como área urbana, sede de municípios muito

pequenos, inclusive com população inferior a 2.000 habitantes. Veiga (2002) sugere o uso combinado de três critérios para evitar a ilusão imposta de forma equivocada pela norma legal, que são: o tamanho populacional do município, sua densidade demográfica e sua localização. Para ele, a densidade demográfica é um critério importante na diferenciação entre rural e urbano, pois é um indicador que melhor expressa a “pressão antrópica” e reflete as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas, sendo o que indicaria o grau de urbanização das áreas.

Entende-se como relevantes as críticas tecidas por Veiga (2002) às delimitações oficiais do Governo, porém, o próprio autor também acaba incorrendo no mesmo erro governamental, quando também despreza critérios importantes, como, por exemplo, a complexidade das relações sociais em determinado espaço, que não podem ficar de fora em qualquer discussão sobre a delimitação de áreas urbanas e rurais. Quando Veiga (2000) destaca a densidade demográfica com o intuito de demonstrar a importância da “ação antrópica”, não leva em conta o grau de tecnificação dessa população, apóia-se única e exclusivamente na quantidade e não na capacidade técnica e na própria complexidade das relações, que podem estar presentes nesse processo em determinadas partes do espaço.

O autor torna-se passível de crítica também, quando cita a questão da localização, a qual já teve grande peso no direcionamento da implantação de indústrias, surgimento de cidades, entre outros exemplos. No entanto, é válido ressaltar que a localização já não tem mais a importância de alguns séculos atrás, devido ao conjunto das relações de produção capitalistas, as quais passaram por fortes transformações nos últimos tempos. Atualmente, a dinâmica dos fluxos, a complexidade das redes, entre outros fatores, está superando a pura e simples questão da localização.

Marques (2002) traz a discussão cidade - campo sob a ótica de duas grandes abordagens: a dicotômica e a de continuum. Com isso, afirma a autora:

Na primeira o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana (MARQUES, 2002, p. 100).

Analisando a questão através dos autores que defendem o rural a partir de

sua forte ligação com a terra, atividades agropecuárias, a ruralidade, entre outros fatores, não se tem como negar a forte presença da oposição entre rural e urbano, cidade e campo. Todavia, se o caminho for inverso e convergir com autores que defendem a idéia da existência de um novo rural no Brasil, onde o espaço rural é visto como “moderno” e diversificado do ponto de vista da produção, mão-de-obra, serviços e atividades em geral, também não se tem como fugir de abraçar a perspectiva da urbanização do campo, a qual reforça o discurso do rural na atualidade como um continuum urbano.

Nessa discussão sobre o espaço rural no Brasil, o mais importante é entender e tentar mensurar até que ponto essas questões influenciam e norteiam as políticas de Governo voltadas para a resolução da questão agrária brasileira.

De acordo com Santos (apud Marques, 2002), o rural comporta mais facilmente mudanças na composição orgânica do capital do que se verifica nas cidades a substituição de sua composição técnica, pois é muito mais caro arrastar um quarteirão para abrir uma nova avenida que, por exemplo, substituir máquinas, sementes e produtos químicos.

Para Santos (apud Marques, 2002), a permanência do arcaísmo tem sido maior no mundo rural. No entanto, esse também tem sediado intensas e rápidas transformações, com impactos profundos em sua paisagem e organização socioeconômica. Entende-se que rural e urbano são partes de uma totalidade e que ambos são produzidos a partir das relações sociais. Concorde-se com Alantejano (2000), a partir da compreensão de que não se trata da transmutação do rural para o urbano e vice-versa, mas sim, por ser um fenômeno complexo e complementar entre ambos na construção permanente do espaço geográfico.

Em sintonia com Teixeira; Lages (1997) acredita-se que o processo de produção do espaço rural pela sociedade em suas diversas vertentes determinará seus aspectos visíveis (a forma), a finalidade (a função), suas inter-relações (a estrutura) e a continuidade dos acontecimentos no contexto histórico (o processo). O objetivo é não sucumbir à tentação de abraçar a diversidade dicotômica ou a de um *continuum* urbano, mas sim, de tentar compreender as relações de complementaridade entre ambos, enquanto partes de uma totalidade social. Nesse sentido, é crucial a discussão a respeito do conceito de espaço rural para compreender como o mesmo influencia as políticas de Governo, voltadas para essa parte do espaço geográfico. A idéia é tentar elucidar essas questões a partir da

análise de um Programa específico do Governo federal que é o Pronaf, com o objetivo de explicar as interações espaciais entre os agentes sociais envolvidos no processo de reprodução da agricultura familiar.

A partir da compreensão do significado do espaço rural, tenta-se aqui relacioná-lo às políticas de Governo voltadas para o desenvolvimento do campo, visando entender o processo de reorganização de uma parte do espaço rural sob o trabalho dos pequenos agricultores familiares vinculados ao Pronaf B no município de Feira de Santana-Ba.

A redemocratização do país, que começou e ser consolidada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, permitiu a retomada das discussões acerca do modelo de desenvolvimento que o Brasil deveria adotar, no sentido de superar os históricos problemas agrários e ampliar a oferta de alimentos. Para Veiga (2001), existem duas correntes de debate político: de um lado, os grandes proprietários de terra e suas representações políticas, a exemplo de um grupo de parlamentares no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas que compõem a bancada ruralista e da União Democrática Ruralista (UDR) e, de outro lado, os pequenos produtores rurais e os movimentos de luta a favor da reforma agrária. Esses agentes sociais pressionam o Governo brasileiro a adotar políticas que atendam as estratégias defendidas por cada grupo.

Veiga (2001) destaca que a primeira estratégia, defendida pelos grandes proprietários e seus representantes, é de caráter setorial e visa maximizar a competitividade do chamado *agrobusiness*. Por conseqüência, a missão de seu segmento formado pela agricultura, pecuária, silvicultura e pesca é a de minimizar os custos de produção e promoção de transação de gêneros e matérias-primas, que são transferidas para o segundo elo da cadeia, formado pelas agroindústrias, exportadores, atacadistas ou centrais de compras das redes de empresas varejistas. O autor aponta que a corrida tecnológica por essa redução de custos impõe uma especialização das fazendas, o que diminuiria muito o emprego nas atividades rurais, sobretudo, aquelas oriundas das atividades agrícolas, devido à alta mecanização e desprezaria a mão-de-obra “desqualificada” na ótica desse processo. Nesse sentido, assim se refere Veiga:

Os defensores mais convictos desse projeto estimam que “fatalmente 15% da população brasileira deverá sair do campo nas próximas décadas”. [...] o sentido do recado é óbvio: a maximização da competitividade do

agronegócio brasileiro não comporta a permanência de 18 milhões (censo agropecuário de 1995/96) de ocupados nas atividades de seu segmento primário [...] (VEIGA, 2001, p. 05).

Os grandes proprietários e seus representantes propositores dessa proposta de intervenção pelo Governo, por meio de projetos setoriais ou globais na produção do espaço rural, acreditam que com uma modernização tecnológica moderada e lenta diversificação interna nas demais indústrias e serviços evitam um aumento exponencial do desemprego. Esses segmentos da sociedade, sobretudo, os grandes produtores rurais e latifundiários, prevêem que essa estratégia de ação faria o Brasil aumentar fortemente sua renda per capita e reduziria a pobreza.

Já os agentes sociais mais ligados à base social, pequenos produtores rurais, agricultores familiares e movimentos em prol da reforma agrária, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entre outros, entendem a produção do espaço, a partir da maximização das oportunidades de desenvolvimento humano em todas as mesorregiões rurais do espaço brasileiro. Para isso, defendem a diversificação das economias locais, a começar pela própria agropecuária articulada a uma dinâmica multissetorial com diversificação das atividades e investimentos nas pequenas unidades de produção.

Diante dessa realidade, Marques (2002) reforça os argumentos da segunda proposta, e afirma que o projeto de desenvolvimento rural, adotado no Brasil ao longo de décadas, tem como principal objetivo a expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos, sobretudo, em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação. No entanto, a autora adverte que essa opção tem implicado custos sociais e ambientais crescentes. Para ela, tais custos se tornam, cada dia mais, alvos de protesto dos movimentos sociais, os quais pressionam por mudanças. Sobre isso, assim escreve a autora:

O avanço dos movimentos sociais no campo e a intensificação de suas lutas, tem tornado cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o campo que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica e setorial (MARQUES, 2002, p. 96).

Com essas afirmações, Marques (2002) reconhece a necessidade de discutir

mais sobre as políticas de Governo, voltadas para o campo brasileiro. Para a autora, é clara a contribuição do agro-brasileiro do ponto de vista de mercado e exportação. Contudo, a autora ressalta os elevados custos sociais e ambientais desse processo: sociais, a partir da concentração de terras e renda nas mãos de pequenos grupos de grandes produtores; e ambientais, a partir do uso intensivo dos recursos naturais, do avanço desmedido da fronteira agrícola, principalmente com a soja na região da Amazônia Legal e outras regiões.

A partir das idéias defendidas pelos distintos grupos de interesse, entende-se que ao contrário da primeira, que busca priorizar o *agrobusiness*, a segunda proposta está mais voltada para a valorização das dinâmicas criadas pela agricultura familiar, na qual a reforma agrária é vista como alternativa na ampliação das oportunidades dos agricultores familiares e para a garantia da democratização do acesso a terra aos trabalhadores rurais.

De acordo com Veiga (2001), desde a eleição de Tancredino Neves para a presidência da República em 1984, o único Governo que optou, abertamente, por meio de leis e projetos, exclusivamente pelo *agrobusiness*, foi o de Fernando Collor. As demais administrações fizeram composições híbridas, incluindo tanto o *agrobusiness* quanto a agricultura familiar. Para o autor, o ápice desse hibridismo ocorreu nos oito anos do Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com a convivência aparentemente pacífica entre os Ministérios da Agricultura (MA) e o então recém formado MDA, sendo que o primeiro está voltado para a valorização do *agrobusiness*, enquanto o segundo busca tratar da temática da reforma agrária e da agricultura familiar.

Com base nessa discussão, Silva (1999, p. 24) defende um novo padrão de política de Governo para a organização rural e minimização dos problemas agrários, pelo fato de o rural, atualmente, não depender essencialmente da produção agropecuária. Em outras palavras, a agropecuária torna-se crescentemente uma atividade de tempo parcial para as famílias que procuram sobreviver nesse contexto. O autor afirma que, “[...] é necessário criar novo conjunto de políticas públicas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento rural”.

Este autor entende o espaço rural na perspectiva do novo rural, com novas relações de trabalho, atividades, padrões de produção e principalmente com novas estratégias de sobrevivência. Para Silva (1999), o rural se modificou a partir dos anos 1960, no próprio processo de modernização da agricultura brasileira. Segundo

o autor, a busca por ações que possam ser empregadas no contexto das novas configurações de organização do espaço rural brasileiro são de suma importância no sentido de remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas voltadas para o campo, sem o que, a produção do novo rural brasileiro estará comprometida.

No caso brasileiro, pode-se dizer que as políticas públicas não só não estimulam o crescimento das atividades não-agrícolas no rural, como se pode encontrar ainda várias restrições a elas que só podem ser atribuídas aos vieses urbano e agrícola com que as políticas rurais vêm sendo implementadas no país (SILVA, 1999, p 126).

Pode-se dizer que o autor defende ações políticas que não tomem a agropecuária como principal atividade do espaço rural, mas busquem outras atividades para a geração de emprego e renda, tais como a indústria, os serviços e outras formas de trabalho assalariado.

Oliveira (1996) elabora uma concepção diferente da de Silva (1999), no que diz respeito às políticas de Governo, ao papel da agropecuária e à expansão do trabalho assalariado. De acordo com Oliveira (1996), existem grandes disparidades no campo brasileiro com realidades bastante distintas, entretanto, afirma que a agropecuária ainda é o ponto central das atividades no campo, principalmente a agricultura familiar. Oliveira diz que:

[...] verifica-se o predomínio das áreas com menos de 100 hectares na produção da grande maioria dos produtos, o que reforça a tese de que a produção agrícola deste país depende fundamentalmente dos pequenos estabelecimentos com agricultura familiar (OLIVEIRA, 1996, p. 102).

O autor discorda da concepção de que as políticas de Governo, voltadas para o rural, devam estar dispostas em sua maioria para atender ao crescimento de outras atividades no campo brasileiro, como a indústria e os serviços. Oliveira (1996) afirma que a produção agrícola das pequenas propriedades, de cunho familiar, possui grande peso no abastecimento interno do país. Dessa forma, entende a produção de um novo rural a partir da reforma agrária com valorização da agricultura familiar.

Em meio às divergências, entende-se que o espaço rural brasileiro passou por grandes transformações em suas estruturas produtivas e suas relações de trabalho, sobretudo, a partir da modernização da agricultura brasileira na década de 1960. Como afirma Sorj (1980, p. 11), “[...] em meados de 1960 caracteriza-se uma

redefinição das relações entre agricultura e a indústria a partir do desenvolvimento do complexo agroindustrial”. Nesse sentido, é válido o argumento que existem múltiplas relações ou até um novo rural, porém, com antigas formas de dominação, grandes disparidades sociais, principalmente entre as regiões Centro-Oeste, Sul-Sudeste e Norte-Nordeste do país, pobreza extrema entre os pequenos agricultores, concentração fundiária e de renda, especulação fundiária, aviltamento do trabalho, entre outras.

Diante da importância do fato e das diversas estratégias dos grupos representativos para pressionar o Governo a atender seus interesses, surge nos dias atuais, mais precisamente a partir de 1995, o Pronaf, iniciativa voltada a implementar políticas específicas para a agricultura familiar.

De acordo com Silva, E. (1999), em 1993, a partir das reivindicações dos movimentos sociais, o Governo federal criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap). Esse Programa, partindo de estudos elaborados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), pelo INCRA e da proposição de instrumentos de políticas menos burocráticas, possibilitou a criação do Pronaf.

O Pronaf surge em meio a divergências acerca de seus reais objetivos, que são voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar. Questiona-se se esse Programa vai contribuir realmente para garantir autonomia ao agricultor familiar ou se vai funcionar apenas como uma estratégia do capital para atrelar os agricultores familiares ao capital financeiro e ao mercado.

De acordo com Almeida (2003), o Pronaf, ao vincular em suas intenções o conceito de agricultor familiar, age com o sentido de integrar o que chama de camponês ao sistema de crédito e ao mercado, tirando-lhe a autonomia e a capacidade de diversificar a produção, considerada como estratégia defensiva que permite às famílias se refugiarem na produção de subsistência nos momentos desfavoráveis às culturas comerciais. Dessa forma, o Programa é visto como política que favorece o aprisionamento e integração das famílias de pequenos agricultores ao mercado e ao sistema financeiro.

Navarro (2001) discorda de Almeida (2003), afirmando que:

Promissor foi, certamente, a disseminação da categoria agricultura familiar e sua explicitação entre os movimentos sociais e suas organizações, nestes anos recentes. Esta é inegavelmente uma das mudanças de amplas conseqüências políticas, ainda pouco percebidas, porque a substituições de noções antes existentes como pequena produção (e, ainda mais

inadequado, camponeses), representa um divisor político de enorme significação nas possibilidades dos segmentos sociais subalternos do mundo rural. Permite, antes de mais nada, separá-los claramente das outras classes rurais ligadas à grande propriedade territorial. [...] A categoria agricultura familiar, pelo contrário, é essencialmente política e delimitadora de limites sociais, em termos de classe, o que poderá abrir campos de compreensão e definição de iniciativas mais afinadas com os interesses de grupos sociais inscritos neste conceito (NAVARRO,2001, p.15).

Silva, E. (1999) argumenta que além da pressão dos movimentos sociais, o Pronaf também foi influenciado pelo reconhecimento da importância da agricultura familiar em absorver grande quantidade de mão-de-obra, sendo assim uma opção importante para combater parte dos problemas sociais relacionados ao campo e que se refletem nas áreas urbanas.

O que se busca entender é que, sendo camponês ou agricultor familiar, o que muda na prática? Será que sendo um ou outro, isso terá implicações práticas na forma como o capitalismo age no espaço rural? Se o Pronaf tivesse uma nomenclatura que citasse o camponês e não o agricultor familiar, o que mudaria? Esse é um debate de menor importância, porém, entende-se que o mais importante é verificar as implicações práticas do Programa e também as demais políticas de Governo voltadas para o desenvolvimento rural que estão sendo postas em prática no país, visto que a mobilização e luta no campo não dependem do nome que se dá ao trabalhador rural e sim da capacidade de organização dessa camada social.

A partir dessa discussão e da análise da operacionalização do Pronaf no município de Feira de Santana, com um recorte temporal entre os anos 1999 a 2006, é que se buscam respostas para os seguintes problemas de pesquisa: como se dá a interação entre as intenções do Pronaf e os objetivos dos pequenos agricultores familiares que fazem parte deste Programa? De que forma o Pronaf está contribuindo para melhorar as condições de vida dos agricultores familiares ao sistema de crédito e mercado? Quais os principais resultados na melhoria das condições de vida desses agricultores, a partir do uso dos recursos do Pronaf?

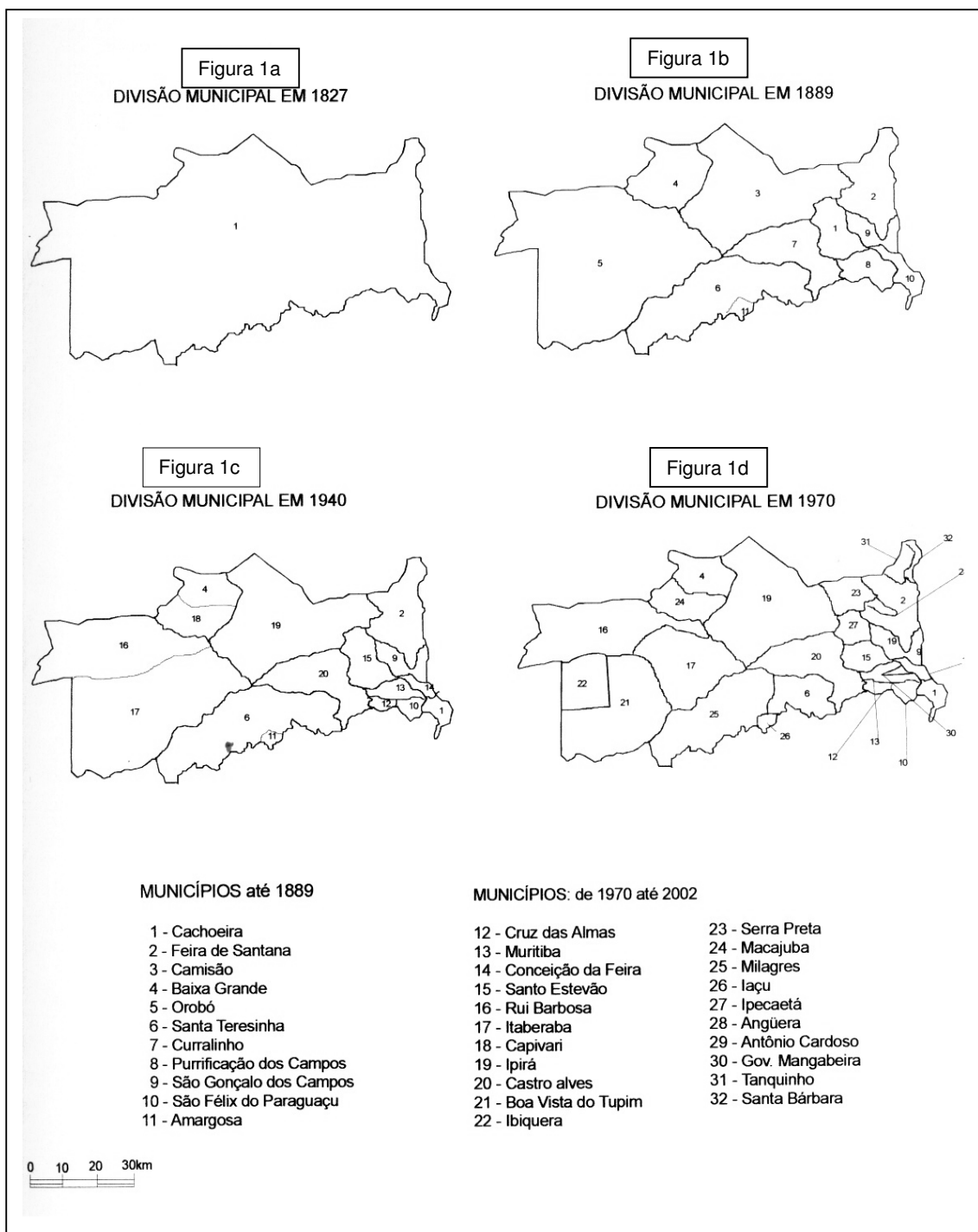
3 EVOLUÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

A expansão das atividades econômicas na Bahia com a cana-de-açúcar e seus respectivos engenhos e o fumo na Região do Recôncavo, a mineração na Região de Jacobina e Chapada Diamantina, a pesca e extrativismo no Sul e a rápida expansão da pecuária com fazendas de gado pelo Sertão, juntamente com as culturas de subsistência, contribuíram para a formação de núcleos populacionais em diversas partes da província. O resultado material dessa divisão espacial do trabalho verificada a partir do século XVII foi o rápido surgimento de povoados e vilas ao longo da costa e no interior.

No Recôncavo baiano, no século XVII, a cidade de Cachoeira despontava como importante entreposto fluvio-marítimo, responsável pela comunicação comercial entre o interior e a capital com suas funções portuárias e administrativas. A área ocupada pelo município de Cachoeira correspondia quase à totalidade da área da Bacia do rio Paraguaçu, como se vê na Figura 1. Pouco a pouco, a área do antigo município de Cachoeira foi sendo desmembrada para dar lugar em 2002 a 32 municípios que foram sendo criados ao longo do tempo, entre os quais, Feira de Santana.

O povoamento na Bacia do rio Paraguaçu e o conseqüente desmembramento da área pertencente ao município de Cachoeira foi, segundo Silva S.; Silva B.; Leão (1989), fruto de um modelo de ocupação periférica das bordas do Recôncavo a partir da expansão da fronteira agropecuária com culturas de subsistência e criação de animais. Assim se referem os autores:

Para a ocupação da periferia do Recôncavo, a pecuária e a agricultura de subsistência revelaram-se os tipos de economia mais apropriados, porque já havia uma demanda efetiva e as condições geográficas da área eram mais que suficientes para a expansão daquelas atividades. Além disso, o transporte dos animais para o mercado era feito a baixo custo. (SILVA S.; SILVA B.; LEÃO, 1989 p. 249).



Fonte: Adaptado de Araújo W. (2002), com base nos dados do Diagnóstico Geoambiental e sócio-econômico da Bacia do Paraguaçu-BA, IBGE, 1993.

Figura 1 - Desmembramento da área pertencente ao município de Cachoeira – 1872/2006

Como fruto dessa ocupação periférica no Recôncavo, a partir das culturas de subsistência, do fumo e, principalmente, da criação e comercialização do gado, surge o município de Feira de Santana. O comércio de gado, juntamente com a procura das melhores rotas de deslocamento das boiadas a pé foram fundamentais para a consolidação e crescimento do município. Com papel relevante no povoamento do sertão, a pecuária, que até os dias atuais tem forte presença no município, foi peça-chave no sentido de traçar rotas e valorizar entroncamentos, criando áreas de comercialização de gado e outros produtos.

Segundo Guimarães (1989, p. 62), a metrópole colonial tinha intenção de usar a pecuária como fonte fornecedora de matéria-prima para os engenhos, garantir a ocupação das terras por meio de grandes estabelecimentos e também de alargar a fronteira econômica da colônia para o interior. Sobre isso, assim escreve o autor: “Surgia a fazenda, como o segundo tipo de domínio latifundiário, que de início, ligava o seu nome unicamente à pecuária e, depois, serviria para designar quaisquer outras grandes propriedades destinadas à agricultura”.

A pecuária passou a ter uma importância singular na produção e organização do espaço colonial, sobretudo, que abastecia com alimento (carne bovina) e energia, por meio da força motriz do gado, os engenhos de açúcar localizados no litoral. Além disso, garantia o alargamento das fronteiras e das atividades econômicas. Na Bahia, muitos núcleos urbanos, como Feira de Santana, surgiram a partir de grandes fazendas e caminhos de boiadas, os quais eram construídos a partir do deslocamento do gado do interior para o litoral, visando abastecer os engenhos e núcleos urbanos, a exemplo de Salvador.

As rotas de transporte do gado funcionavam como vias de acesso do interior ao litoral e também para criar pontos intermediários de comércio nos entroncamentos. É justamente num desses entroncamentos, numa localidade banhada pelos rios Jacuípe, Subaé e Paraguaçu, na porção centro-norte do estado da Bahia, entre a Zona da Mata e o Sertão (Figura2), que surgiu um povoado que foi elevado à categoria de vila e posteriormente cidade, conhecido atualmente como Feira de Santana, conforme apontam Silva S.; Silva B. e Leão (1989) ao escreverem: “Ao longo do tempo, entretanto, as populações começam a se assentar pela força da oferta de certos bens e serviços, culminando com a formação de núcleos com tendência a evoluir para vilas e cidades”.



Fonte: Araújo, A. (2005), com base no IBGE, malha municipal digital. 2005

Figura 2 – Localização do município de Feira de Santana

3.1 IMPACTOS GERADOS PELA NOVA DINÂMICA REGIONAL A PARTIR DE 1950

O município de Feira de Santana está situado na parte nordeste do estado da Bahia e a noroeste da cidade de Salvador, no limiar entre o litoral e o tabuleiro sertanejo (Figura 2). O município possui uma área de 1.344 Km², e atualmente sua sede é a segunda maior cidade da Bahia em população.

A sede do município localiza-se a 108 Km da capital do estado (Salvador) e, dentre outras funções, serve como cidade de apoio aos fluxos de pessoas e mercadorias que circulam do Sul e Sudeste do Brasil com destino ao Nordeste, e

vice-versa, por meio das rodovias BR 101, 116, 407, e as vias do Oeste/Nordeste do Brasil.

De acordo com os dados referentes à evolução populacional do município, pode-se inferir que, desde a década de 1940, este vem apresentando grande crescimento populacional e rápida urbanização. A localização, do ponto de vista dos fluxos, a posição de grande centro nacional redistribuidor de mercadorias, a função predominantemente comercial, a existência de um importante centro industrial e a proximidade da capital do estado colocam Feira de Santana como cidade de porte médio entre as mais dinâmicas do país. Essa dinâmica reflete as rápidas transformações ocorridas a partir dos anos 1940.

O município de Feira de Santana é um dos poucos no estado da Bahia que foi beneficiado com o processo de integração da Bahia à economia nacional, a partir do período pós II Guerra Mundial, consolidando-o como grande centro redistribuidor e produtor regional de mercadorias. Compreender as mudanças mais significativas que passaram a ocorrer em Feira de Santana, tanto em sua área urbana quanto rural ajuda a explicar o assunto de pesquisa, ou seja, a questão da pobreza rural, e o predomínio de minifúndios, entre outros fatores.

A partir de fins da década de 1960, o estado da Bahia começou a sair de um patamar econômico pautado em atividades mono-exportadoras e de base industrial tradicional para vivenciar uma nova fase de participação na economia nacional, o que levou a Bahia a entrar num processo de modificação em sua base econômica. No entanto, alguns marcos foram fundamentais para concretizar a modernização da indústria baiana, conforme apontam Cruz (1999) e Brito (2004), que até os anos de 1950 era tida como tradicional¹⁰ e voltada para bens de consumo final de origem agropecuária. Para os autores, os marcos fundamentais foram:

a) A instalação da Petrobrás em 1953, no Recôncavo, o que provocou profundas transformações nesta porção do espaço baiano com a exploração e o refino de petróleo, mesmo com uma pequena refinaria, Landulfo Alves, com capacidade para refinar apenas 10 mil barris de óleo por dia. Até fins dos anos de 1960, o Recôncavo fornecia todo óleo extraído no país, cerca de 100 mil barris por dia.

¹⁰ No século XX, entre os anos de 1930 e 1950, o estado da Bahia esboça um padrão industrial altamente voltado para a produção de alimentos e outros produtos de bens de consumo final baseado na agropecuária.

b) Os fortes investimentos estatais em infra-estrutura, o que se concretizou, entre outras coisas, na abertura de importantes rodovias como a Rio-Bahia (BR 116) pavimentada em 1962/63, BR 101 concluída em 1972. Paralelamente à abertura de rodovias, houve uma forte política de geração de energia, no sentido de proporcionar menores custos de produção às novas indústrias que foram atraídas para a Bahia. Cruz (1999) aponta que:

A inauguração da primeira etapa (em 1955, com capacidade para 180 mil kw) e da segunda (1961, com capacidade de 480 mil kw) da usina de Paulo Afonso, aumentaria a oferta de energia elétrica, reduzindo custos industriais para novos projetos intensivos no uso desse insumo (p. 141).

c) A criação de órgãos financiadores, a exemplo do BNB em 1952, o que impulsionaria o crédito para as atividades industriais, mas também para novos investimentos agropecuários;

d) A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959, pelo Governo federal, para promoção da reprodução do capital por meio de investimentos estatais e incentivos fiscais.

Todas essas transformações na economia baiana contribuíram ao longo dos anos para a integração seletiva do estado, mesmo que de forma periférica, ao circuito de reprodução do capital no Brasil, o que passou a ter forte rebatimento em pontos específicos do espaço baiano, como, por exemplo, no município de Feira de Santana.

Verifica-se que o município, estando na rota das transformações, passou a desenvolver importante dinâmica populacional e econômica em dois momentos. O primeiro foi com a abertura da rodovia BR 324, em 1959, o que passou a garantir um aumento nas interações espaciais do município com a capital do estado e seu entorno. Segundo, com as rodovias BR 116 e 101, o que vai “requalificar” a posição da cidade de Feira de Santana como grande entroncamento rodoviário nacional, estabelecendo-se como centro de redistribuição de mercadorias para os mercados no Nordeste e um importante centro de serviços de apoio aos transportes de carga e passageiros. Referindo-se à Rodovia Rio–Bahia (BR 116) Cruz afirma que:

[...] Sua abertura inicialmente facilitaria o ingresso de mercadorias produzidas no Sudeste nos mercados baianos e nordestinos. Entre as regiões Sudeste e Nordeste, interligadas por essa rodovia, as cidades de

Feira de Santana e Salvador viam acentuados seus papéis de centros redistributivos (CRUZ, 1999, p. 140)

Outro fator de forte relevância na dinâmica populacional e econômica no município, principalmente na sede, foi a criação do Centro Industrial Subaé (CIS) em 1970, durante a gestão do prefeito João Durval Carneiro no município de Feira de Santana¹¹. A vantagem de ser centro nacional redistribuidor de mercadorias e maior centro industrial do interior do estado da Bahia com relações diretas com a cidade de Salvador e sua região metropolitana consagra Feira de Santana como um dos municípios polarizadores da atual Região Econômica do Paraguaçu.

Essa nova realidade para a Bahia, em especial para o município de Feira de Santana, além de atrair diversas empresas para o município, tanto no setor industrial como comercial e agropecuário, também provocou um rápido crescimento populacional, com a ampliação do fenômeno do êxodo rural, principalmente nos municípios do entorno de Feira de Santana e sua própria área rural.

Analisando a Tabela 1, verifica-se que a população de Feira de Santana apresenta nova dinâmica com um rápido crescimento da população residente na área urbana, que em 1940 era de apenas 19.600 habitantes e atualmente, de acordo com as estimativas do IBGE para o ano de 2006, aumentou para 482.700 habitantes.

Tabela 1 – Evolução populacional do município de Feira de Santana – 1940/2006

População	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2006
Urbana	19.600	34.277	69.884	131.720	233.631	349.557	393.943	431.730	482.700
Rural	63.608	72.928	71.873	55.570	57.875	56.890	56.544	49.219	53.120
Total	83.208	107.205	141.757	187.290	291.506	406.447	450.487	480.949	535.820

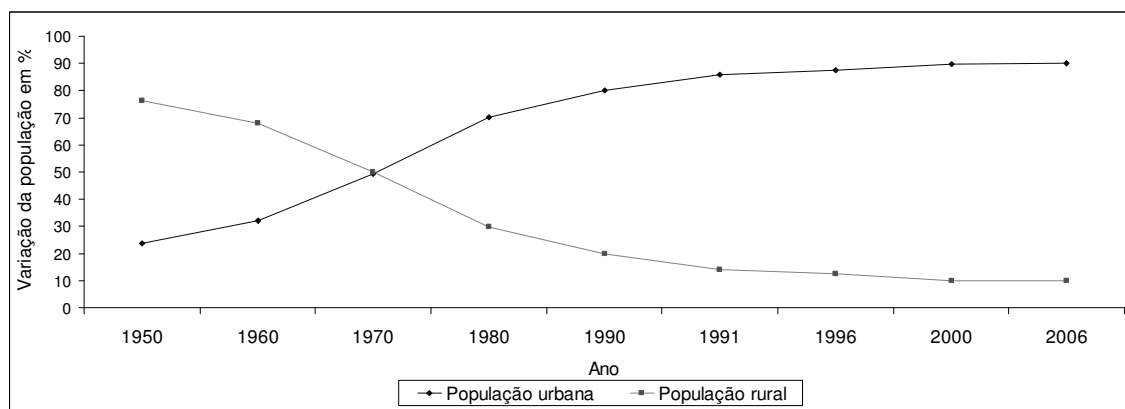
Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1940/2000 e estimativa para o ano de 2006

O contrário é observado com a população residente na área rural, pois a mesma tinha 63.608 habitantes em 1940 e atualmente está com apenas 53.120 habitantes. É válido salientar que esse rápido processo de urbanização não é um fato isolado e exclusivo do município de Feira de Santana, uma vez que esse é um

¹¹ O CIS foi criado por iniciativa do Governo municipal de Feira de Santana e mais tarde passou a ser administrado pelo Governo estadual. O CIS não tem especialização definida, porém possui grande número de indústrias voltadas para a produção de bens de consumo intermediários e importantes unidades do setor metal mecânico. Constituiu-se na principal área industrial fora da RMS.

fenômeno que ocorreu em quase todo o Brasil, sobretudo, nos municípios que ficaram mais expostos às transformações industriais pós-década de 1950.

Essa forte variação entre população urbana e rural pode ser facilmente percebida na Figura 3, que evidencia o aumento progressivo da população urbana e o forte declínio da população rural entre os anos de 1940 e 2006.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base em IBGE. Censos Demográficos, 1940/2000 e estimativa para 2006.

Figura 3 – Feira de Santana: variação da população urbana e rural – 1940 a 2006

Verifica-se que a população rural e urbana ficam praticamente na mesma proporção entre os anos de 1960 e 1970, justamente o momento em que o município de Feira de Santana passa a incorporar os impactos dos investimentos estatais em energia e rodovias no estado da Bahia, por exemplo, a construção das BR's 116 e 101 e posteriormente a implantação do CIS.

Analisando as taxas de crescimento da população do município em geral, como demonstra a Tabela 1, pode-se inferir que as maiores taxas foram registradas entre os anos de 1970 e 1991, apresentando um crescimento de 55,6% entre 1970/80, com 187.209 habitantes em 1970, passando para 291.506 habitantes em 1980, e 39,4% entre 1980/91, passando de 291.506 habitantes para 406.447 em 1991. Aplicando essa mesma análise exclusivamente à população urbana, registra-se uma maior variação entre os anos, sendo que nesse caso, as maiores taxas de crescimento foram entre os anos de 1950 e 1980, já que entre 1950/60 registrou-se o maior crescimento com 103,9%, com apenas 34.277 habitantes em 1950, passando para 69.884 habitantes em 1960, os demais, 1960/70 com 88,5%, pulando

de 69.884 habitantes para 131.720 em 1970 e 1970/80 com 77,4%, passando de 131.720 para 233.631 em 1980, foram um pouco menores.

A análise desses dados revela que entre 1950 e 1991, o município, principalmente a sede, passou por fortes transformações pelo fato deste encontrar-se na rota da integração do estado da Bahia ao capital produtivo e, com isso, foi uma das poucas áreas beneficiadas por esse processo.

3.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SISTEMA AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

De acordo com dados do IBGE (2000), o município de Feira de Santana tem um total de 131.807 famílias, sendo que 119.826 habitam domicílios urbanos e 11.981 habitam domicílios rurais, o que demonstra que apenas 9,1% das famílias residem na área rural. Conforme a Tabela 2, constata-se que grande parte da população está concentrada na cidade 425.631 habitantes, o que dá em percentagem 88,4% da população, os demais distritos juntos possuem apenas 55.588 habitantes (11,6%).

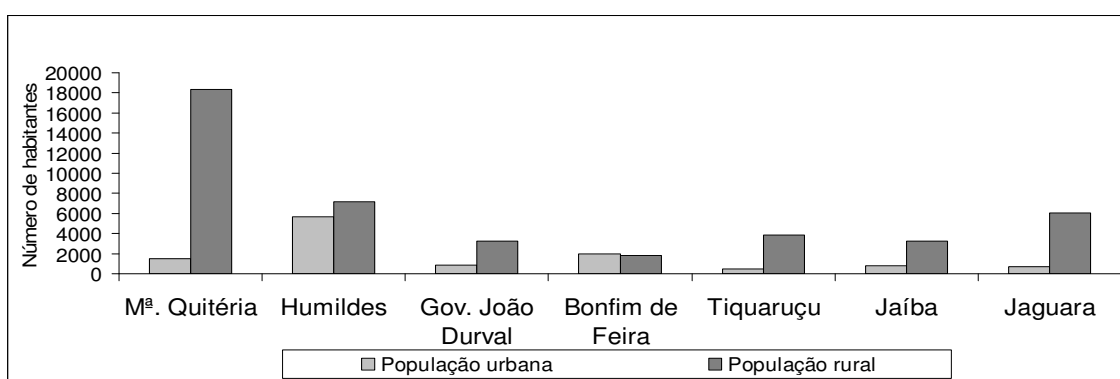
Tabela 2 - Distribuição da população segundo os distritos do município de Feira de Santana – 2000

Distritos	População urbana	População rural	População total
Feira de Santana	419.816 (cidade)	5.545	425.361
Bonfim da Feira	1.943 (vila)	1.845	3.788
Humildes	5.660 (vila)	7.157	12.817
Gov. Dr. João Durval	899 (vila)	3.227	4.126
Jaguara	697 (vila)	6.054	6.751
Jaíba	750 (vila)	3.192	3.942
Maria Quitéria	1.521 (vila)	18.366	19.887
Tiquaruçu	444 (vila)	3.833	4.277

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 10 de dezembro. 2006.

Verifica-se através dos dados o alto grau de urbanização da sede (cidade de Feira de Santana), porém, na maioria dos distritos a população residente na zona rural é superior à urbana. Analisando a Figura 4, constata-se que o Distrito de Maria

Quitéria possui o maior contingente populacional e a maior população rural entre os demais distritos, com um total de 19.887 habitantes, sendo que 92,4% residem na zona rural e 7,7% na zona urbana, ou seja, na vila do distrito. Pode-se atribuir, entre outros fatores, à proximidade do distrito da cidade de Feira de Santana, o que possibilita uma maior relação campo-cidade, através de uma via de acesso rápida, que é a BR 116 Norte; outro fator é a dinâmica histórica verificada em sua sede, São José das Itapororocas, como passagem de deslocamento de boiadas e sede de uma das maiores feiras de gado do estado da Bahia entre os séculos XVII e XX.



Fonte: Elaborado por Santos, J. com base em IBGE. Censo Demográfico – 2000

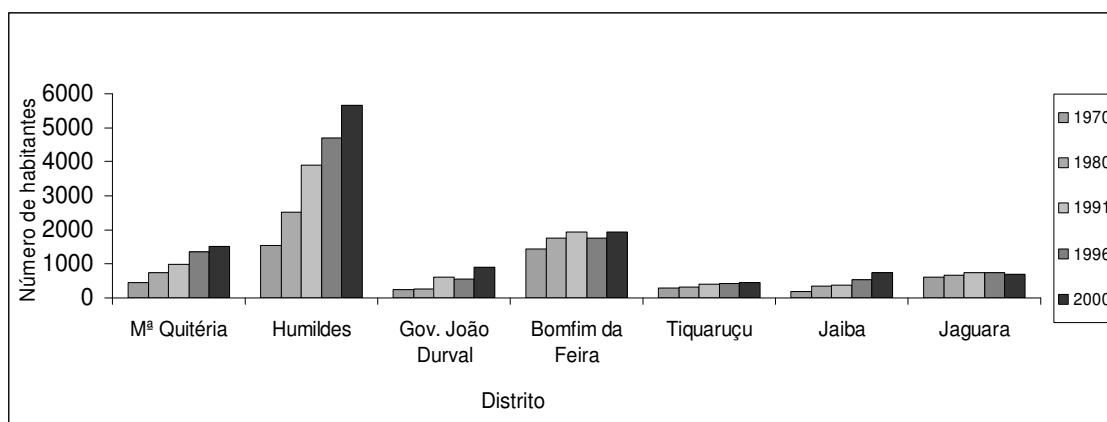
Figura 4 – Feira de Santana: população urbana e rural dos distritos - 2000

O Distrito de Humildes é o que apresenta maior número de habitantes residindo em área urbana 5.660, o que dá um percentual de 44,2% de sua população, podendo-se atribuir isso a três fatores, que são: 1- A implantação do CIS na década de 1970, em que grande parte das indústrias foi instalada nos arredores do referido distrito; 2- A proximidade da sede, aumentando as relações campo-cidade; 3- A marcante presença das BR's 101 que cruzam o distrito a leste, e da 324 que passa ao norte, interligando-o diretamente à cidade do município. Esses fatores têm contribuído, ao longo dos anos, no sentido de favorecer o desenvolvimento das atividades comerciais na sede do distrito e proporcionar, por meio da oferta de empregos na indústria, oportunidades para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

O maior percentual de habitantes vivendo na área urbana, 51,3%, é encontrado no Distrito de Bonfim da Feira. Esse é o único distrito, com exceção do que contém a sede do município, onde a população residente na área urbana supera a rural, porém, é o que contém menor contingente populacional, com apenas 3.778

habitantes. Uma questão marcante nessa área é a produção de fumo em médias e pequenas propriedades. Com base na Figura 4 e Tabela 2, percebe-se que o distrito com menor população urbana é o de Tiquaruçu, com apenas 2,3% do total de habitantes residindo em área urbana (444 pessoas).

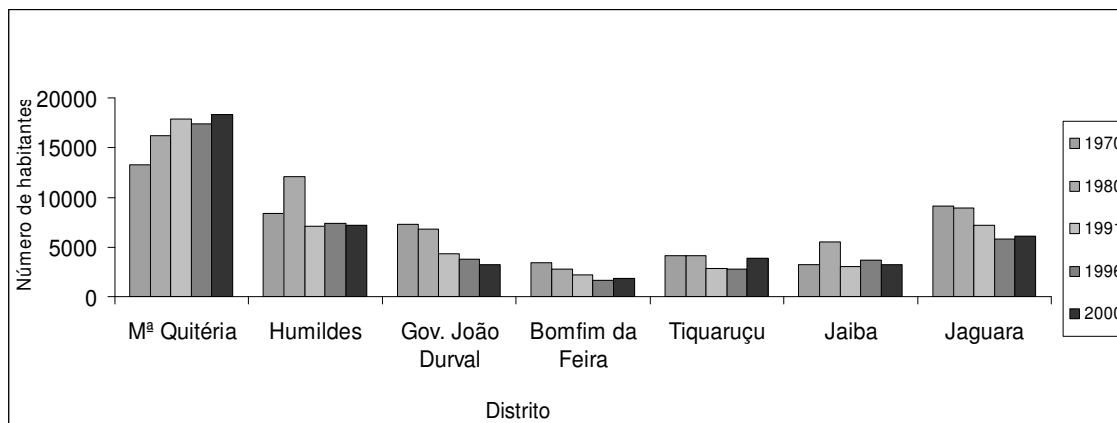
A partir da Figura 5, pode-se avaliar o crescimento da população urbana nos distritos do município entre os anos de 1970 a 2000. Logo de início, pode-se averiguar o forte crescimento da população residente na área urbana do Distrito de Humildes, devido a fatores já citados. O maior crescimento foi registrado entre os anos de 1970/80 (65%) e 1980/91 (54,6%), justamente nos anos em que Humildes e seu entorno vivenciaram a instalação de diversas indústrias, a partir da criação do CIS. No montante total, houve um crescimento de 270,7% da população urbana do Distrito de Humildes entre os anos de 1970/2000 (7.187 habitantes).



Fonte: Elaborado por Santos, J. com base em IBGE, Censos Demográficos, 1960 a 2000.

Figura 5 – Feira de Santana: crescimento da população urbana dos distritos – 1970/2000

O Distrito de Tiquaruçu apresentou o menor crescimento urbano, com apenas 8,7% entre os anos de 1970/80, 21,6% entre 1980/91, 5,8% entre 1991/96 e 6,5% entre 1996/2000. Já o Distrito de Jaguara vem apresentando queda no percentual de residentes na área urbana entre os anos de 1991/2000, com -1,1% (8 habitantes) entre 1991/96 e -4,8% (35 habitantes) entre 1996/2000.



Fonte: Elaborado por Santos, J. com base em IBGE, Censos Demográficos, 1970 a 2000.

Figura 6 – Feira de Santana: crescimento da população rural dos distritos – 1970/2000

De acordo com os dados apresentados pela Figura 6 e Tabela 3, o Distrito de Maria Quitéria foi o único que apresentou crescimento da população rural no montante total entre 1970/2000 com um percentual de 38,8% (5.136 habitantes). Os demais distritos, Gov. João Durval (antigo distrito de Ipuacú) -54,8% (4.022 habitantes), Bomfim da Feira - 45,7% (1.552 habitantes), Jaguara - 33,9% (3.111 habitantes) Humildes -14,7% (1.235 habitantes) e Tiquaruçu -6,8% (282 habitantes) obtiveram crescimento negativo de suas populações rurais no montante total entre 1970/2000.

Tabela 3 – Feira de Santana: crescimento da população rural dos distritos em % – 1970 a 2000

Distritos	Anos			
	1970/80	1980/91	1991/96	1996/2000
Mª. Quitéria	22,75	10,2	-2,7	5,5
Humildes	44	-41,5	4,8	-3,4
Gov. João Durval	-6,5	-36,3	-12,1	-15
Bomfim da Feira	-19,2	-19,4	-23,9	9,6
Tiquaruçu	0,3	-31,6	-3,3	40,5
Jaíba	70,2	-45	22,3	-13,7
Jaguara	-2,1	-19,5	-19,7	4,4

Fonte: Calculado por Santos, J. com base em IBGE. Censos Demográficos, 1970 a 2000.

Esse expressivo decréscimo da população rural, verificado na maioria dos distritos, principalmente em Governador João Durval, Bomfim da Feira e Jaguara, representa respectivamente a saída de parte da população para residir na área urbana da sede do distrito, na cidade de Feira de Santana e outras cidades. Verifica-

se que a população urbana do Distrito de João Durval era de 3,1% em 1970, saltando para 21,7% no ano 2000. A população de Bonfim da Feira e Jaguara era de respectivamente 29,5% e 6,3% em 1970, aumentando para 53% e 10,3% em 2000.

Essa situação revela a falta de políticas dos Governos federal, estadual e municipal que priorizem o desenvolvimento rural e o equilíbrio na posse das terras, pois a falta de investimentos na agricultura familiar e na infra-estrutura rural, somando-se a uma estrutura agrária concentracionista com poucos estabelecimentos, ocupando a maior parte da área, leva os pequenos agricultores familiares a buscarem constantemente melhores condições de vida nas áreas urbanas, principalmente na cidade de Feira de Santana, simplesmente por não ter as condições necessárias para sobreviver em seu estabelecimento rural.

Com base nesses argumentos, pode-se dizer que esse não é um problema exclusivo do Município em questão, mas sim de todo o estado da Bahia, como afirma a SEI (1999),

A retenção da mão-de-obra no campo está diretamente ligada à estrutura agrária. Do mesmo modo, em toda a região Nordeste a estrutura agrária da Bahia é marcada por um alto grau de concentração da terra em poucos grandes estabelecimentos e por um grande número de pequenos estabelecimentos (minifúndios) com área insuficiente para garantir o sustento da família que nela trabalha. Essas características, de alguma forma, induzem ao êxodo (SEI, 1999, p. 16).

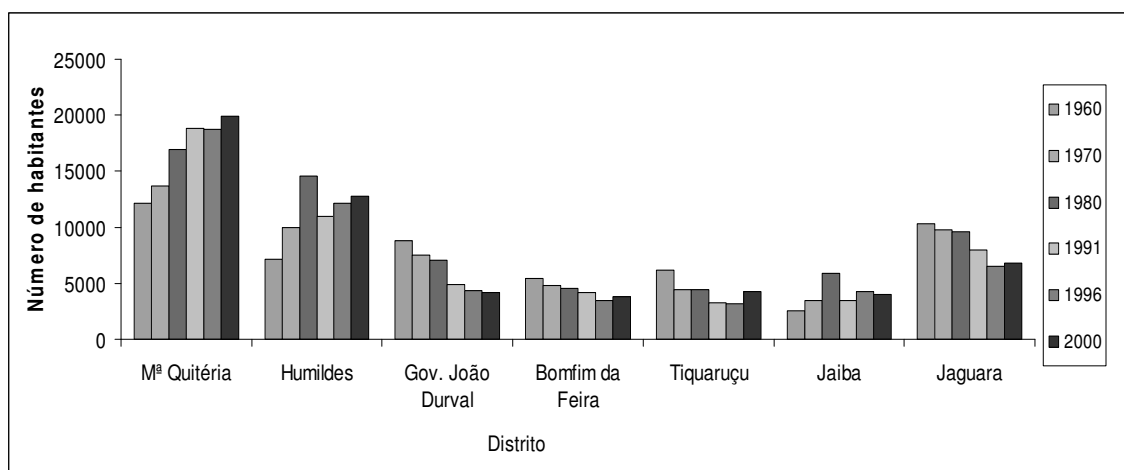
Salienta-se que o tamanho do estabelecimento não é garantia de sucesso na produção e na permanência do agricultor no campo, porque vários outros fatores como inserção no mercado, infra-estrutura, aparato técnico de produção, entre outros, interferem nesse processo, porém, ter um estabelecimento rural que atenda, em suas dimensões, às necessidades da família já é um bom começo.

Tabela 4 – Crescimento da população total dos distritos do município de Feira de Santana (em porcentagem) – 1960/2000

Distritos	Anos				
	1960/70	1970/80	1980/91	1991/96	1996/200
Maria Quitéria	12,4	24,1	11	-0,5	6
Humildes	38,5	47,2	-24,9	10,4	5,8
Gov. João Durval	-14,6	-5,8	-30	-11,3	-5,5
Bonfim da Feira	-11,5	-6,8	-7,6	-17,1	10
Tiquaruçu	-27,8	-0,9	-27,5	-2,5	36
Jaíba	37,1	71,2	-41,8	23,5	-7,1
Jaguara	-5,1	-1,5	-17,3	-18	3,4

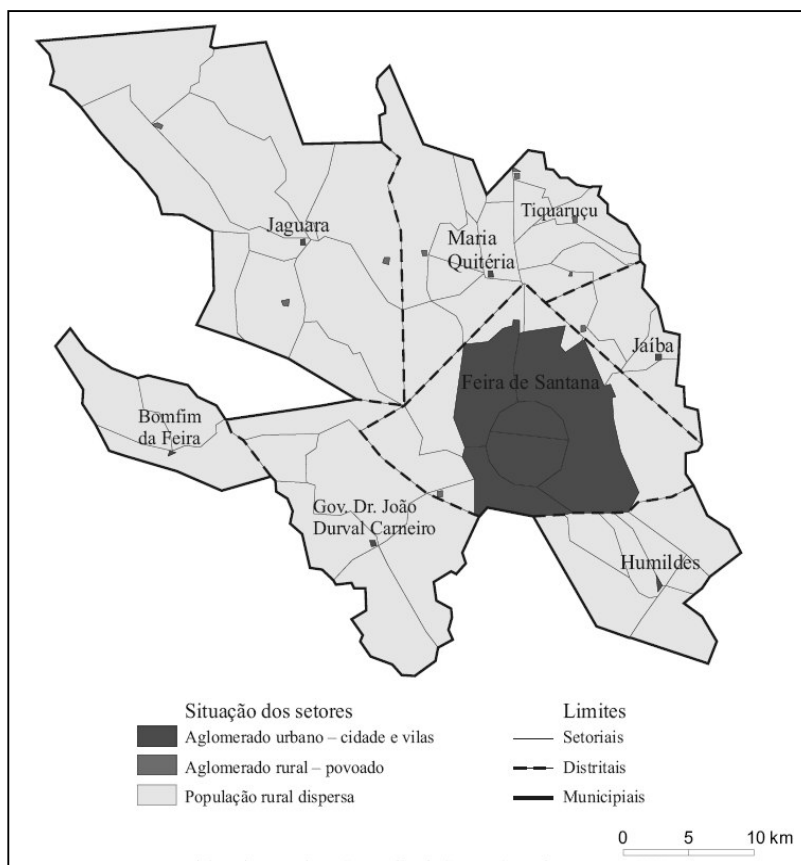
Fonte: Calculado por Santos, J. com base no IBGE. Censos Demográficos, 1970 a 2000.

Analisando o crescimento total da população dos distritos do município, por meio da Figura 7 e Tabela 4, verifica-se que quatro distritos tiveram crescimento positivo, ou seja, aumentaram seu contingente populacional entre os anos de 1960/2000. Maria Quitéria com 63,3% (7.713 habitantes) e Humildes com 79% (5.656 habitantes) obtiveram maior percentual de crescimento, logo atrás ficou Jaíba 58,2% (1.450 habitantes) e Jaguara 34,5% (3.556 habitantes). Os distritos que tiveram crescimento negativo, ou seja, perderam população entre os anos de 1960/2000 foram: Gov. João Durval -53% (4.642 habitantes); Bonfim da Feira -30,4% (1.658 habitantes); e Tiquaruçu -30,1% (1.839 habitantes).



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no IBGE, Censos Demográficos, 1960/2000.

Figura 7 – Feira de Santana: crescimento da população total dos distritos – 1960/2000.



Fonte: Araújo A. (2005). Elaborado segundo o IBGE, *Malha de Setores Censitários Rurais*. 2001

Figura 8 – Distritos e Setores Censitários do município de Feira de Santana - 2000

3.2.1 Dinâmica fundiária e concentração da terra

A estrutura fundiária não tem apresentando grandes modificações no município de Feira de Santana entre os anos de 1950 a 1996¹². As relações que norteiam a posse da terra permaneceram estáticas no que diz respeito ao aumento da área ocupada pelos pequenos estabelecimentos com base produtiva familiar. Essa situação retrata a continuação desigual na posse da terra, o que contribui para verticalizar e agravar os problemas relacionados à questão agrária no município.

Fernandes (2001a) aponta que a questão agrária é o movimento do conjunto

¹² Salienta-se que o último Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE, foi feito em 1996. Em 2007 o IBGE iniciou um novo Censo Agropecuário em todo o Brasil, porém, seus resultados só estarão prontos para divulgação a partir de 2009, segundo previsões do próprio órgão, o que impossibilita a utilização desses dados nessa pesquisa.

de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores rurais, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Para o autor, os principais problemas relacionados à questão agrária são basicamente:

[...] relacionados à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e a cidade, à qualidade de vida e dignidade humana (FERNANDES, 2001a, p. 04).

Com base nessas idéias, pode-se inferir que a questão agrária vai além da posse da terra, tornando-se uma dimensão política, econômica e social. No entanto, admite-se que o monopólio da posse das terras é um fator que contribui fortemente para ampliar os conflitos no campo entre trabalhadores rurais, fazendeiros e empresas; expropriar pequenos agricultores familiares, provocar o crescimento demográfico muito rápido e desordenado das cidades e, conseqüentemente, agravar ainda mais os problemas sociais como um todo.

Para Fernandes (2001a, p. 04) “a questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo, portanto, o conjunto de problemas é constante, pode-se amenizá-los, diminuir suas escalas, mas não é possível solucioná-los totalmente”. O autor se refere à questão estrutural, na qual o próprio sistema capitalista, pelo fato de ser essencialmente desigual, cria um ambiente que favorece uma forte dinâmica concentracionista e monopolista na ocupação das terras e na utilização das técnicas no campo.

No Brasil, as ações dos Governos federal, estadual e municipal, ao longo da história de formação do espaço brasileiro, sempre estiveram muito voltadas para atender aos interesses específicos dos agentes que comandam os movimentos do capital, seja pela via formal, seja pelas ações do “coronel”, com a força coercitiva de mando e violência. Essa realidade aponta para a construção de um espaço agrário marcado por conflitos, os quais são fruto das desigualdades, sobretudo nas formas de acesso a terra, desde a colonização do país até os dias atuais.

Os reflexos desse contexto histórico são materializados no município de Feira de Santana, principalmente no que se refere à distribuição da terra. Além de uma marcante concentração fundiária, o município se destaca também pela baixa

mobilidade na posse das terras. Constata-se poucas mudanças entre os anos de 1950 a 1996; as mais significativas estão relacionadas ao aumento do número de estabelecimentos com até 2 hectares (ha), porém, com redução da área média ocupada por estabelecimento. Em contrapartida, verifica-se um aumento da área ocupada por estabelecimentos com mais de 1.000 ha.

Tabela 5 - Tamanho médio dos estabelecimentos por grupo de área no município de Feira de Santana – 1950/1996

Grupo de área (ha)	Número de estabelecimentos		Área (ha)		Média de ha por estabelecimento (nº)	
	1950	1996	1950	1996	1950	1996
Menos de 1 (ha)	169	853	110	539	0,65	0,63
De 1 a menos de 2	314	999	4.671	335	1,48	1,33
De 2 a menos de 5	1.165	1.145	3.999	3.510	3,43	3,06
De 5 a menos de 10	1.098	460	8.086	2.990	7,36	6,50
De 10 a menos de 20	1.035	268	14.742	3.614	14,24	13,48
De 20 a menos de 50	966	182	30.156	5.361	31,21	29,46
De 50 a menos 100	361	75	25.670	5.253	71,1	70,04
De 100 a menos de 200	165	70	22.326	10.136	135,3	144,8
De 200 a menos de 500	98	53	29.161	14.744	297,5	278,18
De 500 a menos de 1000	29	15	20.124	10.007	693,93	667,13
De 1.000 a menos de 2.000	5	5	6.934	7.159	1.386,80	1.431,80

Fonte: Calculado por Santos J., com base no IBGE. Censos Agropecuários de 1950 e 1996.

De acordo com a Tabela 5, verifica-se que cresceu significativamente o número de estabelecimentos com até 2 ha, passando de 483, em 1950, para 1.852 em 1996. Porém, esses estabelecimentos passaram a ocupar menor área média. Os menores que 1 ha, que ocupavam em média 0,65 ha, passaram para 0,63 ha, e os de 1 a menos de 2ha passaram de 1,48 para 1,33ha. Em 1950, os estabelecimentos com até 2 ha ocupavam uma área total de 0,88% do espaço rural do município. Em 1996 passaram a ocupar um percentual de 2,9%. Esse pequeno aumento não acompanhou na mesma proporção o rápido crescimento do número de estabelecimentos pertencentes a esse grupo de área, o que levou a uma diminuição no tamanho médio desses estabelecimentos entre os anos em questão.

Essas comparações são importantes no sentido de compreender a dinâmica da pequena propriedade na área de estudo, visto que o pequeno agricultor familiar é o principal alvo do Pronaf. Alguns fatores como a fragmentação da propriedade entre membros da família a título de herança, e a venda parcial da terra na tentativa de buscar recursos para possíveis investimentos na propriedade, ou até mesmo

garantir a alimentação da família com o dinheiro da venda, são elementos que estão contribuindo para aumentar o número de pequenos estabelecimentos, mas também para reduzir a área média em ha ocupada por cada estabelecimento desse grupo de área.

Um outro agravante da fragmentação da propriedade entre a família é apontado por Abramovay (1998), ao afirmar que,

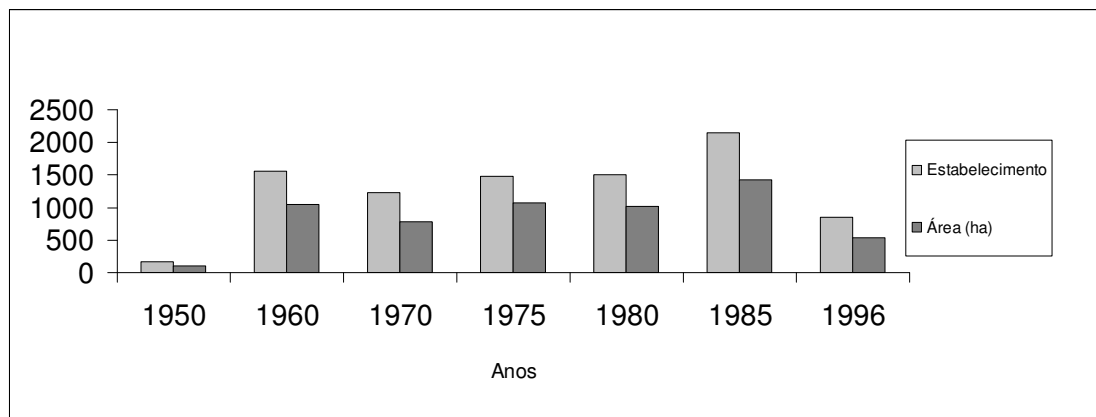
A divisão das terras entre os filhos responde ao critério de que as parcelas férteis e as inférteis são atribuídas equanimemente fazendo com que a necessidade de assegurar a sobrevivência de cada um acabe prejudicando, evidentemente, o rendimento de todos (p. 88).

Ou seja, além da redução da área média do estabelecimento que é fragmentado, ainda existe o problema da perda de rendimento na produção devido à divisão das áreas mais propícias ao plantio entre os membros da família.

A falta de prioridade das políticas de Governo voltadas para o agricultor familiar, dado que as ações sempre estiveram direcionadas para a valorização das culturas destinadas ao mercado externo e produzidas em grandes propriedades, como, por exemplo, a soja, se configura como uma das bases de geração de pequenos agricultores pauperizados, como afirma Sorj (1980),

Nas últimas décadas, o processo de transformação das relações de produção na agricultura brasileira, sem alterar a estrutura fundiária, tem-se dado na direção de: a) depurar as relações de produção capitalistas nas grandes propriedades agrícolas; b) fortalecer um importante setor de produtores familiares capitalizados; c) gerar uma massa de pequenos produtores pauperizados que ficam crescentemente marginalizados, pela sua baixa produtividade, dos grandes circuitos produtivos (SORJ, 1980, p. 12).

O pequeno agricultor fica sem possibilidades de fazer parte dos grandes circuitos produtivos pelo fato de não ter o apoio necessário, e com isso, tende a ser marginalizado, restando-lhe como principal alternativa de sobrevivência a venda da terra para tentar a sorte na cidade ou a venda de sua força de trabalho em outras propriedades como complemento de renda.



Fonte: Elaborado por Santos J. com base em IBGE. Censos Agropecuários de 1950 - 1996.

Figura 9 – Feira de Santana: estabelecimentos rurais menores que 1 ha – 1950/1996

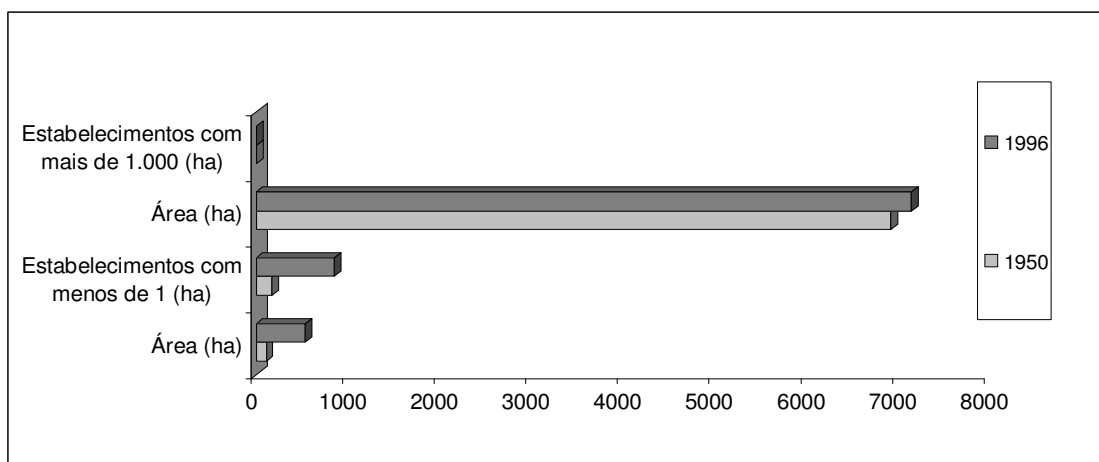
Os estabelecimentos com menos de 1 ha somam um total de 853, o que, calculando em percentagem, representa 20,7% do total de estabelecimentos no município, contudo, ocupam apenas uma área de 539 ha, que em percentagem não chega a 1% da área total (0,8%), conforme Figura 9. Em 1985, esses estabelecimentos chegaram a ocupar 2.153 ha (25%) da área rural, com uma média de 0,66 ha por estabelecimento. De 1985 a 1996, verifica-se a diminuição no número de estabelecimentos com menos de 1 ha, o que pode ser atribuído entre outros fatores, a uma reconcentração fundiária a partir da incorporação das pequenos estabelecimentos a estabelecimentos médios e grandes. Para Araújo, W. (2002), essa redução se deu pelos seguintes fatores:

[...] mudanças no critério de avaliação do IBGE (Censo Agropecuário da Bahia 1996. p. 30 - 35) para estabelecer propriedades rurais e urbanas, manutenção dos estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares e redução da área total disponível para os estabelecimentos, e ainda o próprio crescimento da área urbana do município de Feira de Santana, que na década recebeu um contingente populacional de mais de 100.000 habitantes, contribuindo para a redução da área rural do município como um todo (ARAÚJO, W., 2002, p. 55).

Na Região Econômica do Paraguaçu, a qual pertence o município de Feira de Santana, não é comum a predominância de grandes estabelecimentos rurais, como, por exemplo, a região econômica do oeste da Bahia, onde determinados estabelecimentos chegam a ter mais de 20.000 ha. Porém, na área de estudo, persistem, desde os anos de 1950, alguns estabelecimentos com mais de 1.000 ha, o que é muito para o tamanho médio dos estabelecimentos do município, que é de

15,7 ha. Em 1950, existiam 5 estabelecimentos pertencentes ao grupo de área entre 1.000 a menos de 2.000 ha, ocupando 4,28% da área, o que dava um total de 6.934 ha, média de 1.386,8 ha por propriedade.

Em 1975, o município passa a ter 7 estabelecimentos com mais de 1.000 ha, sendo que um desses possuía mais de 5.000 ha. Juntos, esses estabelecimentos ocupavam 15,2% da área, o que perfazia um total de 18.669 ha. Nesse mesmo ano, existia um total de 1.484 estabelecimentos menores que 1 ha, os quais ocupavam apenas 0,9% da área rural em questão. Em 1985, existiam 9 estabelecimentos acima de 1.000 ha, ocupando uma área de 11,45% (13.221 ha), sendo que 2 delas estavam entre 2.000 e 5.000 ha.



Fonte: Por Santos J., elaborado com base no IBGE. Censos Agropecuários de 1950 - 1996.

Figura 10 – Feira de Santana: distribuição da terra entre estabelecimentos menores que 1 ha a mais de 1.000 ha – 1950 e 1995.

O ano de 1996 registra os patamares de 1950, voltando a ter apenas 5 estabelecimentos com mais de 1.000 a menos de 2.000 ha. São 5 estabelecimentos, ocupando 11,7% da área num total de 7.159 ha, conforme Figura 10. A análise desses dados permite dizer que houve algumas variações na área ocupada pelos grandes estabelecimentos rurais do município, porém, verifica-se que não existiram mudanças capazes de modificar a estrutura fundiária em questão. Continua a forte concentração de terra em poucos estabelecimentos, enquanto que um grande número de estabelecimentos quase não tem terra para que os agricultores possam desenvolver suas atividades, e, com isso, garantir o sustento de suas famílias, o

abastecimento com produtos agrícolas das feiras livres, dos supermercados e do próprio centro de abastecimento da cidade de Feira de Santana.

Sorj (1980, p. 19), argumenta que esse processo de permanência da concentração fundiária no Brasil é fruto da “expansão da agricultura brasileira nas últimas décadas, que teve como base a manutenção de uma estrutura de distribuição fundiária altamente concentrada e polarizada [...]”. Percebe-se que essa desigualdade na distribuição das terras não é exclusiva do município de Feira de Santana e que também não surgiu do nada, mas como fruto de um processo histórico de apoio ao latifúndio em detrimento da pequena propriedade no Brasil desde o período colônia.

Quadro 3 – Índice de Gini referente à ocupação da terra no município de Feira de Santana - 1960 a 1996.

Ano	Índice	Classificação
1960	0.778	Forte a muito forte
1970	0.812	“
1975	0.813	“
1980	0.818	“
1985	0.830	“
1996	0.812	“

Fonte: Araújo, W. (2002), calculado com base no IBGE. Censos Agropecuários da Bahia. 1960 – 1996.

A forte concentração fundiária no município de Feira de Santana pode ser comprovada pelo Índice de Gini¹³. De acordo com o Quadro 3, pode-se verificar que houve entre os anos de 1960 a 1996 um processo de reforço da concentração fundiária. Em 1960, o Índice de Gini estava com 0,778, apresentando forte tendência de aumento, chegando a 0,830 em 1985, justamente no momento em que os dados do censo agropecuário desse ano demonstraram a existência de 9 propriedades ocupando mais de 13.000 ha (11,5% da área).

Em 1996, o índice em questão com 0,812, foi maior do que o de 1960. Essa comparação revela que na questão da área ocupada, as grandes propriedades

¹³ O valor do Índice de Gini varia de zero a um. O valor zero indica uma perfeita igualdade da distribuição, enquanto o valor unitário indica a concentração máxima. Portanto, quanto mais próximo da unidade estiver o índice, maior será o grau de concentração. Câmara (1949) aponta que: de 0,000 a 0,100 (concentração nula); de 0,101 a 0,250 (concentração nula a fraca); de 0,251 a 0,500 (concentração fraca a média); de 0,501 a 0,700 (concentração média a forte); de 0,701 a 0,900 (concentração forte a muito forte) e de 0,901 a 1,000 (concentração muito forte a absoluta).

acima de 1.000 ha estão ainda maiores, o que evidencia poucos avanços na democratização do acesso a terra no município.

Essa concentração fundiária verificada é preocupante, pois a terra é um fator crucial para o trabalho, a dignidade e a reprodução social dos agricultores familiares. Lamarche (1998) reforça a idéia da terra como elemento fundamental afirmando que:

Não existe agricultura sem terra, nem produtor agrícola sem direito de uso sobre um bem fundiário, essas são regras banais. A terra não é um meio de produção equivalente aos demais meios de produção utilizados pelos estabelecimentos agrícolas. Renovável, perene, tem valor de patrimônio, transmissível pela herança dentro de uma linhagem. [...] a relação com a terra é esse feixe denso de relações entre um produtor agrícola e a terra que ele explora [...] (p. 89).

Mesmo com esse forte desequilíbrio, no que diz respeito à distribuição da terra e também à própria relação com a terra, por meio de estabelecimentos que não permitem sequer a reprodução física da família, ainda assim não existem assentamentos oriundos da reforma agrária no município.

3.2.2 Pequena propriedade e agricultura familiar

Discutir agricultura familiar implica compreender a formação da pequena propriedade no Brasil, junto às lutas históricas dos trabalhadores rurais para garantir um pedaço de terra, uma vez que a história agrária brasileira é marcada por grandes contradições, as quais revelam, na prática, a miserabilidade de uma grande massa de trabalhadores rurais e pequenos agricultores, e por outro lado, nichos exclusivos formados por pequenos grupos de grandes proprietários de terra.

No Brasil, a propriedade latifundiária surgiu antes da pequena propriedade, a qual só vai surgir muito tempo depois, quando o rígido sistema latifundiário começa a dar sinais de uma possível decadência, principalmente com o abandono das grandes fazendas de café na região Sudeste, devido às sucessivas crises no setor nos séculos XIX e XX. Nesse contexto, o sistema de posses que vigorou no Brasil, aproximadamente de 1820 a 1850, teve papel fundamental.

Segundo Guimarães (1989), a posse constituiu-se como uma das poucas oportunidades dos intrusos ou posseiros conseguirem um pedaço de terra, pois ao

violam a instituição jurídica da época, que intencionalmente garantia plenos direitos aos senhores de terra, o sistema de posses consagrou-se como o embrião da pequena propriedade no Brasil.

Ao atacar de frente o todo-poderoso sistema latifundiário, ao violar suas draconianas instituições jurídicas, a posse passa a história como a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra (GUIMARÃES, 1989, p. 113).

A expansão do pequeno posseiro não foi uma dádiva do Governo imperial, muito menos uma concessão dos grandes proprietários, mas sim, o resultado de uma árdua e desproporcional luta de classes, em que se confrontavam frente a frente os intrusos ou posseiros, como eram chamados, com o senhoriato rural. Diante dessas questões, Guimarães reforça os argumentos expostos, afirmando que:

Foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todo-poderosos senhores da terra, para que, por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa. Só no limiar do século XIX e, portanto, há pouco mais de cem anos, começaram a surgir os frutos dessa irreduzível e prolongada batalha, abrindo-se as primeiras brechas nos flancos mais vulneráveis do opressivo sistema latifundiário, com a implantação, principalmente no Sul do território nacional, e em bases estáveis, de outros tipos menos agigantados e mais modestos de propriedade agrária (GUIMARÃES, 1989, p. 105).

A luta dos pequenos posseiros para ocupar um pedaço de terra, o fim das sesmarias com a legitimação do sistema de posses, a introdução do imigrante como mão-de-obra substituta do escravo africano e a decadência das grandes fazendas cafeeiras da região Sudeste marcaram as relações sociais de produção no Brasil, tanto no período colonial, quanto no Império e na chamada República Velha. Esses acontecimentos foram importantes, no sentido da reformulação da estrutura de classes vigente até então, o que veio concretizar a existência da pequena propriedade e do agricultor familiar no espaço agrário brasileiro.

O que fica evidente é que a constituição da pequena propriedade, no Brasil, exigiu muito enfretamento contra a estrutura fundiária vigente e contra a base jurídica estatal, administrada pelos Governos como estratégia para manter o latifúndio como prioridade no país. Lamarche (1998) aponta que:

A reprodução da agricultura familiar, sobretudo num país com uma história como a do Brasil, sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores. É impossível desconhecer, no entanto, a repercussão das políticas agrícolas sobre esse processo. O Estado, dessa forma, constitui um agente de principal importância, cuja atuação se orientou ora no sentido da exclusão econômica e social de parcelas importantes da população camponesa, ora no sentido inverso, da inserção de outras parcelas, ora ainda com objetivos clientelísticos, através de medidas assistencialistas em muitos casos meras reprodutoras da miséria rural e urbana (LAMARCHE, 1998, p. 30/31).

Com isso, cabe refletir o que se entende por agricultura familiar, a qual foi consolidada a partir das lutas contra as grandes propriedades e pela insistência dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais em querer garantir sua própria reprodução.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (2007), a agricultura familiar não significa pobreza. É uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital é controlado pela família. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade, que diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda, aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. Por ser diversificada, a agricultura familiar traz benefícios agro-socioeconômicos e ambientais, tendo com isso grande importância para a sociedade brasileira.

Abramovay (1998) defende que a agricultura familiar não pode ser sinônimo de pobreza rural e muito menos de pequeno estabelecimento com baixo índice de produtividade, visto que observar a agricultura familiar somente pelo prisma da miserabilidade não permite uma compreensão clara da questão agrária nos dias atuais, com isso, afirma o autor:

Um obstáculo teórico para a compreensão da realidade agrária contemporânea no capitalismo central está nas ambigüidades com que a noção de unidade de produção familiar tem sido tratada [...] pois a associação entre esse tipo de estabelecimento e *small farm* “pequena produção”, “produção de baixa renda”, “agricultura camponesa”, entre outros, é recorrente e impede que se perceba a dupla e fundamental especificidade da agricultura familiar, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas avançados [...] (ABRAMOVAY, 1998, p. 21).

É válido salientar que a agricultura familiar realmente não poder ser tratada pelo ângulo da pobreza rural, ou simplesmente ser definida pelo tamanho do estabelecimento. A definição desse segmento passa pela análise das relações sociais que se dão entre a família, a terra e a produção, ou seja, predomínio da mão-

de-obra familiar, equilíbrio entre produção e consumo e capacidade decisória do núcleo familiar sobre a administração do estabelecimento.

Porém, o que se observa é que o aumento constante das relações capitalistas na unidade de produção, através de maior integração ao mercado, utilização de técnicas industriais na produção e entrada no mercado financeiro, através do crédito, tende a modificar essa estrutura pautada no trabalho familiar e na independência administrativa. Abramovay (1998) reforça esses argumentos afirmando que:

[...] no capitalismo, a integração crescente dos camponeses ao mercado subverte os elementos constitutivos da produção familiar, elimina o balanço entre o trabalho e o consumo como fator determinante das decisões econômicas, que concentram cada vez mais na agroindústria, seja capitalista ou cooperativa (p. 77).

Para retratar essa realidade, pode-se citar o caso da avicultura de corte na região Paraguaçu, sobretudo no entorno do município de Feira de Santana. Pequenos agricultores familiares firmam contratos com agroindústrias, ligadas ao abate de frangos e com isso ficam atrelados às regras de produção estabelecidas por essas empresas. Os agricultores familiares recebem por contrato a estrutura produtiva (galpão preparado para a criação das aves), os pintos e a ração, em contrapartida, entram com o estabelecimento rural (sede da criação) e a força de trabalho, tomando conta do criatório, alimentando as aves, aplicando medicamentos e limpando o local de criação.

Fato semelhante também é observado com os agricultores familiares do município de Cruz das Almas, Muritiba e outros municípios do Recôncavo Sul da Bahia, onde a agroindústria fumageira firma contratos de plantio de fumo com agricultores familiares. As empresas fornecem as mudas da planta e assistência técnica para o plantio e colheita do fumo. À primeira vista, esse contrato parece bom, contudo, esse tipo de “parceria” entre a agroindústria e o agricultor familiar se traduz numa relação de subordinação do agricultor à agroindústria, pelos seguintes motivos:

- 1- Os frangos, ou o fumo produzidos nas propriedades familiares só podem ser comercializados com a agroindústria, com a qual o contrato foi firmado e pelo preço estabelecido por ela, o que tira a possibilidade de o agricultor buscar preços melhores no mercado e, com isso, obter maior renda por seu trabalho;
- 2- há uma forte tendência à especialização produtiva, em que o agricultor familiar

deixa de cultivar os produtos tradicionais, voltados para a subsistência da família, como, por exemplo, o feijão, a mandioca, o milho e outros, no sentido de destinar maior área à produção especializada;

3- aumenta o grau de dependência com relação ao mercado e aos financiamentos oriundos do crédito bancário e/ou da agroindústria “parceira”;

4- o agricultor familiar perde paulatinamente a capacidade de definir os rumos de sua propriedade, no que diz respeito à produção e ao trabalho familiar, capacidade esta que é crucial para caracterizá-lo como agricultor familiar.

Essas mudanças verificadas a partir do atrelamento da agricultura familiar às regras das agroindústrias contribuem no sentido de subverter as relações básicas que caracterizam um estabelecimento rural como familiar. Com isso, o agricultor tende a ficar mais vulnerável às lógicas excludentes do mercado e do capital financeiro, correndo grande risco de ser expropriado de seu meio de produção (a terra) e tornar-se um trabalhador rural sem terra, ou como chama Oliveira (1996) um operário camponês.

Essa gama de relações que compromete a própria existência da agricultura familiar é preocupante, pois este segmento tem grande peso na ocupação de mão-de-obra familiar, retenção de trabalhadores rurais no campo, e produção de alimentos, como aponta Abramovay (1998):

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação da mão-de-obra não contratada seja tão importante (ABRAMOVAY, 1998, p. 209).

Portanto, preservar as relações que estruturam a agricultura familiar, possibilitando-lhe as plenas condições de se desenvolver, através da gestão da família, é um fator crucial, mas que exige ações específicas para esses fins, especialmente na Bahia, onde existe um maior contingente de pessoas vivendo no campo.

Lamarche (1998) aponta que foi a partir da década de 1970 que as atenções começaram a se voltar para a pequena produção, com intuito de diagnosticar a importância da pequena propriedade no Brasil, conforme destaca o autor:

No Brasil, mais particularmente a partir da década de 1970, as atenções se polarizaram sobre a importância da chamada “pequena produção” e sua participação na produção geral da agricultura do país. Uma pesquisa então realizada sob a coordenação de José Graziano da Silva, analisou a contribuição dos estabelecimentos com até 50 hectares – em que se presumiu estivesse concentrada a agricultura camponesa - para o abastecimento interno do país, particularmente em produtos alimentares (LAMARCHE, 1998, p. 28).

Tomando como medida o peso da agricultura familiar no Brasil nas últimas décadas, os estudiosos do assunto e o Governo vêm buscando aprofundar as pesquisas sobre o segmento no país. Os primeiros trabalhos com o objetivo de delinear a agricultura familiar surgiram nos anos de 1980, quando essas idéias passaram a substituir a de pequena produção, marcando o processo de modernização a que se submetia o segmento durante o período citado. A partir de então, o conceito vai se incorporando na agenda política do país, em grande parte, devido às pressões dos movimentos sociais do campo.

O documento "Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto" publicado em fevereiro de 2000, pelo MDA, pode ser considerado um dos esforços mais abrangentes para delimitar o tamanho e as características deste segmento, a partir de dados censitários. O universo familiar é considerado como aquele em que os estabelecimentos atendem, simultaneamente, às seguintes condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento ser exercida pelo produtor e o trabalho familiar ser superior ao trabalho contratado. Adicionalmente, utiliza-se o critério de área máxima regional (em conformidade com os módulos fiscais municipais) para que possa ser definido como "estabelecimento familiar".

O documento menciona que a concepção básica que norteou o estudo é de caracterizar os agricultores familiares, a partir de suas relações sociais de produção, o que implica superar a tendência de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a, equivocadamente, à pequena produção. Tal procedimento é, em parte, derivado da própria forma como, em geral, são apresentadas as estatísticas agropecuárias. Entretanto, isso não significa que devemos ficar limitados aos dados divulgados, sobretudo se considerarmos a riqueza das informações dos Censos Agropecuários do IBGE, que pode ser constatada pela simples análise do seu questionário de coleta. Assim, o que o

trabalho iniciado em 1995¹⁴ fez, foi tornar operacional, mediante a utilização de micro-dados, um determinado conceito de agricultura familiar para o Brasil, a partir das concepções do Governo.

Tabela 6 – Brasil: número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção por categorias familiares, por tipo de renda e patronal - 1996.

Famílias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	4.859.864	100	353.611.242	100	47.796.469	100
Total Familiar	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9
Maiores rendas	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2
Renda média	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1
Renda baixa	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6
Quase sem renda	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1
Patronal	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61
Instituições Religiosas	7.143	0,1	262.817	0,1	72.327	0,2
Entidades Públicas	158.719	3,3	5.529.574	1,6	465.608	1
Não Identificado	132	0	8.280	0	960	0

Fonte: www.mda.gov.br, banco de dados da agricultura familiar, acesso em 15/04/2007.

O documento produzido pela equipe técnica do Projeto FAO/INCRA indica que, segundo o Censo Agropecuário 1995/96, existem no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de ha, conforme evidencia a Tabela 6. Em 1996, o Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária foi de R\$ 47,8 bilhões e o financiamento total (FT) foi de R\$ 3,7 bilhões. De acordo com a metodologia adotada, são 4.139.369 estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha, sendo responsáveis por R\$ 18,1 bilhões do VBP total, recebendo apenas R\$ 937 milhões de financiamento rural.

Os estabelecimentos que praticam a agricultura familiar representam, portanto, 85,2% do total de estabelecimentos rurais do país, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura. Esses dados revelam e reforçam os argumentos de que a chamada agricultura patronal, desenvolvida em grandes tratos de terras, sempre obteve todos os privilégios na aquisição dos créditos reservados à agricultura no Brasil, principalmente a partir da década de 1960 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual

¹⁴ Esses trabalhos voltados para o delineamento da agricultura familiar foram importantes no sentido de mostrar o peso desse segmento na geração de empregos e produção de alimentos no Brasil. Esses dados constituíram-se numa das bases que justificou a criação do Pronaf em 1995 em substituição ao Provap.

tinha uma política centralizadora e seletiva na distribuição de recursos para a agricultura.

Outro ponto que merece ser ressaltado é que, segundo dados do MDA (2007), a agricultura familiar é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% de fumo, 84% de mandioca, 31% de arroz, 49% de milho, 52% de leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% de café e 32% de soja. Dessa forma, o setor é visto como um instrumento com alta capacidade de absorver mão-de-obra e gerar renda. Por isso, a agricultura familiar é um meio eficiente de reduzir a migração do campo para a cidade.

Um dado que preocupa e ao mesmo tempo demonstra a necessidade do aprofundamento de ações setoriais do Governo que valorizem a agricultura familiar, sobretudo a menos capitalizada, é quando se verifica que mais de 1,9 milhões de estabelecimentos familiares, 39,4% do total de estabelecimentos do país, são considerados quase sem renda, e mais de 800 mil (16,9%) são considerados como renda baixa. Juntos, têm-se cerca de 2,7 milhões de estabelecimentos rurais com famílias que têm grande dificuldade na obtenção de renda, inclusive para garantir a própria reprodução física dos agricultores.

Essas informações retratam a falta de políticas de Governo que priorizem a agricultura familiar, combatam o predomínio do latifúndio e a forte expropriação da renda fundiária do pequeno estabelecimento, que se dá através das lógicas de mercado, pois esses fatores estão contribuindo para que mais da metade dos ocupantes dos estabelecimentos rurais brasileiros (56,3%) estejam entre as classes de renda baixa a quase sem renda.

No estado da Bahia, registra-se uma situação relativamente pior que a nacional, no que diz respeito à renda dos agricultores familiares. Os mesmos representam 89,1% do total de estabelecimentos, ocupando uma área de 11,3 milhões de ha, o que corresponde a apenas 37,9% da área total, sendo responsável por 39,8% do VBP do estado. A Bahia possui grande número de estabelecimentos familiares que estão no patamar das famílias consideradas de renda baixa, com um total de 113.927 estabelecimentos (16,3%) e os quase sem renda com um total de 385.610 estabelecimentos (55,2%).

Tabela 7 – Bahia: número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção por categorias familiares, por tipo de renda e patronal - 1996.

Famílias	Estabelecimentos		Área total		Valor bruto da produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	699.126	100	29.842.900.125	100	2.102.192	100
Total Familiar	623.130	89,1	11.317.921.249	37,9	837.502	39,8
Maiores rendas	27.636	4	1.510.657.315	5,1	305.246	14,5
Renda média	95.957	13,7	2.812.461.919	9,4	244.742	11,6
Renda baixa	113.927	16,3	2.051.787.268	6,9	132.102	6,3
Quase sem renda	385.610	55,2	4.943.014.747	16,6	155.412	7,4
Patronal	66.852	9,6	18.375.281.500	61,6	1.244.848	59,2
Instituições Religiosas	546	0,1	14.741.647	0	1.150	0,1
Entidades Públicas	8.553	1,2	128.528.698	0,4	18.547	0,9
Não Identificado	45	0	6.427.031	0	144	0

Fonte: www.mda.gov.br, banco de dados da agricultura familiar, acesso em 15/04/2007.

Com esses dados, infere-se que a situação da agricultura familiar na Bahia está pior que a do conjunto do país, com um total de 499.537 estabelecimentos, o que dá um percentual de 71,5%, que estão entre renda baixa a quase sem renda. Observa-se que esses estabelecimentos representam mais de 70% do total, porém, ocupam apenas 23,5% da área (aproximadamente 7 milhões de ha). Esses dados traduzem em números a forte pobreza rural existente no estado da Bahia, principalmente na região Semi-árida e no Agreste, onde está localizado o município de Feira de Santana.

3.2.2.1 – Agricultura familiar no município de Feira de Santana

O município de Feira de Santana tem um expressivo número de estabelecimentos rurais tidos como familiares, ou seja, num total de 3.926 estabelecimentos, 3.546 (90,3%) são considerados familiares e 370 (9,4%) são patronais¹⁵, conforme evidencia a Tabela 8. Em desarmonia com o número de estabelecimentos, está a diferença na área ocupada entre estabelecimentos familiares e patronais, pois apesar de possuir 90,3 % do número de estabelecimentos familiares, esses ocupam somente 33% da área (21.338 ha),

¹⁵ Aqui, estabelecimento patronal não é visto a partir da clássica diferenciação entre pequena e grande produção, mas a partir da natureza social (familiar ou patronal) da atividade produtiva. Em sintonia com (Abramovay, 1998, p. 142) compreende-se a agricultura patronal como “unidades produtivas onde os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou o executam, mas numa porção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada”.

enquanto que os patronais ocupam 65,9% (42.602 ha).

De acordo com os dados, os estabelecimentos familiares possuem uma área média de 6 ha, ao passo que os patronais possuem uma área média de 115 ha. Daí, pode-se concluir que a estrutura fundiária do município é perversa no que diz respeito à distribuição da terra. Quando se avalia a questão da renda, a situação é ainda mais desigual. Os dados confirmam que entre os estabelecimentos familiares, 2.141 (54,5%), seus proprietários são considerados quase sem renda e 732 (18,6%) são considerados de renda baixa, juntos somam um total de 2.873 (73,1%) estabelecimentos que estão no patamar entre renda baixa e quase sem renda. Esses números são assustadores e, no fundo, expõem de forma objetiva a pobreza rural existente no município.

Tabela 8 – Feira de Santana: número de estabelecimentos rurais, área e valor bruto da produção por categorias familiares, por tipo de renda e patronal - 1996.

Famílias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	3.926	100	64.653	100	13.014	100
Total Familiar	3.546	90,3	21.338	33	5.280	40,6
Maiores rendas	161	4,1	3.788	5,9	1.952	15
Renda média	512	13	4.875	7,5	1.380	10,6
Renda baixa	732	18,6	4.310	6,7	891	6,8
Quase sem renda	2.141	54,5	8.363	12,9	1.056	8,1
Patronal	370	9,4	42.602	65,9	7.670	58,9
Instituições Religiosas	1	0	3	0	0	0
Entidades Públicas	9	0,2	709	1,1	64	0,5

Fonte: www.mda.gov.br, banco de dados da agricultura familiar, acesso em 15/04/2007.

Na questão da produção de alimentos que compõem a cesta básica, como feijão, milho, farinha de mandioca e outros, fica evidente a grande importância da agricultura familiar para o município e seu entorno, pois 40,6% do VBP são oriundos dessa classe de produtores, dos quais 15% são fornecidos pelos estabelecimentos de agricultura familiar capitalizada com maiores rendas, 10,6% dos estabelecimentos familiares de baixa renda e 6,8% dos considerados quase sem renda.

Dos estabelecimentos patronais, apesar de serem minoria, provém cerca de 58,9% do VPB do município, porém é válido salientar que esses estabelecimentos são mais voltados para a pecuária (principalmente criação de gado), são altamente capitalizados, o que lhes possibilita apropriar-se de aparatos tecnológicos eficientes,

aumentando significativamente a produtividade, sem mencionar a grande quantidade de terra (fazendas com até 2.000 ha) apropriadas por esses produtores.

A Tabela 9 permite uma leitura mais detalhada sobre a renda obtida pela agricultura familiar e patronal no município de Feira de Santana. A mesma evidencia que a média dos rendimentos familiares em 1995/96 foi de R\$ 1.190,00, enquanto a patronal foi dez vezes maior, com R\$ 10.865,00 em média. Já os estabelecimentos familiares considerados de renda baixa tiveram em média R\$ 937,00 e os quase sem renda ficaram com R\$ 266,00, o que equivalia na época a pouco mais de 1 salário mínimo.

Tabela 9 – Feira de Santana: renda média por estabelecimento rural por categorias familiares, por tipo de renda e patronal – 1996.

	Renda Média		
	Total (R\$)	Monetária (R\$)	Não Monetária (R\$)
TOTAL	2.105	1.659	446
Total Familiar	1.190	768	422
Maiores rendas	11.615	8.795	2.820
Renda média	2.137	1.289	848
Renda baixa	937	542	395
Quase sem renda	266	117	149
Patronal	10.865	10.224	641
Instituições Religiosas	0	0	0
Entidades Públicas	2.667	889	1.778
Não Identificado	-	-	-

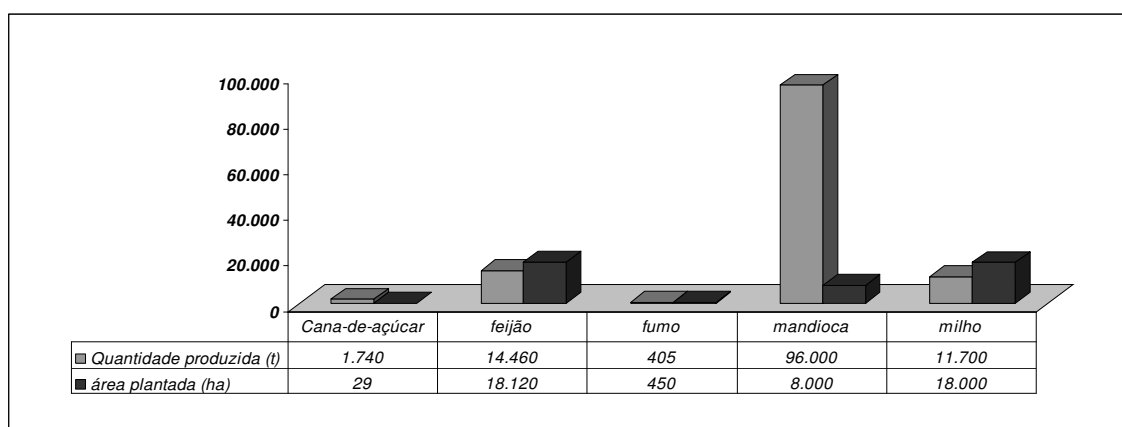
Fonte: www.mda.gov.br, banco de dados da agricultura familiar, acesso em 15/04/2007.

Mais uma vez, evidencia-se aqui as grandes diferenças entre a agricultura familiar e a patronal, pois os estabelecimentos patronais chegam a ter um rendimento médio 41 vezes maior que os estabelecimentos familiares tidas como quase sem renda. Os dados explicitam que a concentração não fica somente no campo da propriedade da terra, mas também na renda média e na capacidade produtiva dos distintos produtores rurais. Essa situação se traduz em pobreza rural e fluxos migratórios em direção à sede dos distritos e à cidade de Feira de Santana, o que contribui (não como causa exclusiva, mas como uma das causas) para fortalecer os bolsões de miséria nas periferias desta cidade e de outras mais.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) (2007),

O segmento da agricultura familiar tem um papel crucial na economia das pequenas cidades, estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento, por meio de sua maior inserção no mercado, tem impacto importante no interior do país e, por consequência, nas grandes metrópoles (http://www.embrapa.br/linhas_de_acao/desenvolvimento/agri_familiar).

As lavouras permanentes e temporárias, produzidas no município de Feira de Santana, principalmente nos estabelecimentos familiares, estão intimamente ligadas a culturas tradicionais, as quais são voltadas basicamente para a subsistência familiar e venda de pequenos excedentes a atravessadores, feiras livres e no Centro de Abastecimento local.



Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela>, acesso em 21 de maio de 2007

Figura 11 – Feira de Santana: quantidade produzida e área plantada das principais lavouras temporárias – 2005

Dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, realizada em 2005 no município de Feira de Santana, destacam que a cultura do feijão foi a que ocupou maior área, com 18.120 ha de plantio, tendo uma quantidade produzida de 14.460 t. Em segundo lugar, veio o milho, ocupando uma área de 18.000 ha, com produção de 11.700 t, e em terceiro, a mandioca, ocupando uma área de 8.000 ha e produção de 96.000 t. A Figura 11 informa as principais lavouras temporárias produzidas no município. Observa-se que a mandioca, o feijão e o milho possuem lugar de destaque na agricultura feirense.

O tamanho reduzido dos estabelecimentos faz com que os agricultores aproveitem todos os espaços para plantio, inclusive ao redor da própria casa como verifica-se nas figuras 12 e 13.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 12 – Agricultor familiar observa plantação consorciada de milho e feijão.
Distrito de Bonfim da Feira, foto: junho de 2007.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 13 – Plantação consorciada de milho e feijão. Distrito da Bonfim da Feira,
foto: junho de 2007.

Conforme se pode verificar na pesquisa de campo, as culturas de subsistência, em sua maioria, são cultivadas em pequenos estabelecimentos com até 5 ha e voltadas principalmente para o abastecimento familiar, o que expressa a forte presença da agricultura familiar. Dos três produtos mais importantes, o único que passa por algum tipo de beneficiamento é a mandioca (Figuras 14 e 15), que em grande parte é transformada em farinha e em beiju (Figuras 16 e 17). Tem destaque também o fumo, principalmente no Distrito de Bonfim da Feira (produtor antigo), ocupando 450 ha e produção de 405 t e a cana-de-açúcar ocupando 29 ha e tendo uma produção de 1.740 t.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 14 – Preparo da terra para o plantio de mandioca. Distrito de Maria Quitéria, foto: maio de 2007.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 15 – Lavoura de mandioca. Distrito de Tiquaruçu, foto: maio de 2007.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 16 – Beneficiamento da mandioca para produção de farinha e beiju. Distrito de Humildes, foto: maio de 2007.

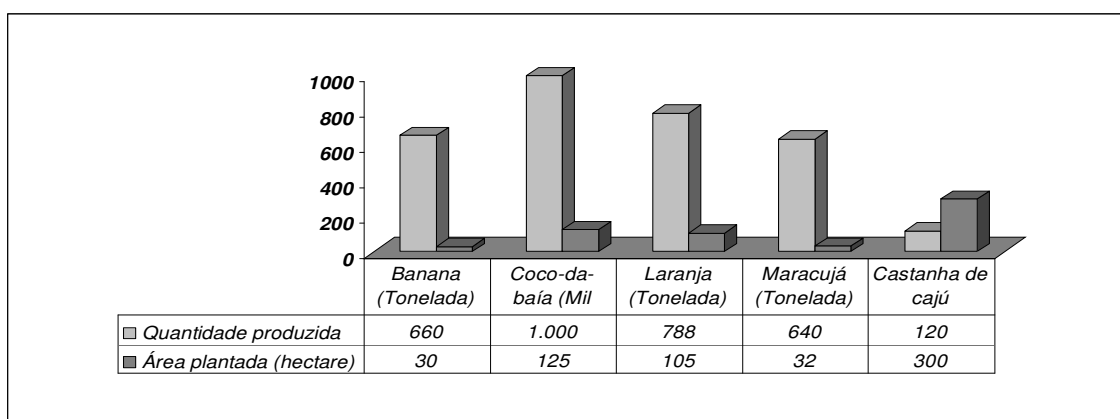


Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 17 – Agricultora familiar produzindo farinha e beiju. Distrito de Tiquaruçu, foto: maio de 2007.

Nota-se que o trabalho é quase totalmente manual e realizado basicamente por mulheres e até crianças. Essa realidade retrata a tentativa dos agricultores familiares de agregar valor à mandioca. Parte dessa produção é consumida pela própria família e o excedente é comercializado, na maioria das vezes, por intermédio de atravessadores.

Nas lavouras permanentes (Figura 18) tem destaque a castanha de caju, ocupando 300 ha e produção de 120 t, o coco-da-baía ocupando 125 ha e produção de 1.000 frutos e a laranja ocupando 105 ha com produção de 788 t. É válido destacar também a produção de banana que ocupa cerca de 30 ha, tendo uma produção de 660 t e o maracujá ocupando uma área de 32 ha e produção de 640 t.



Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela>, acesso em 21 de maio de 2007

Figura 18 – Feira de Santana: lavouras permanentes – quantidade produzida e área plantada – 2005.

Assim como as culturas temporárias, as permanentes estão concentradas, principalmente, nas terras dos pequenos agricultores. A banana, o coco-da-baía e a castanha-de-caju são culturas facilmente encontradas nos pequenos estabelecimentos familiares, espalhados entre as plantações de mandioca, milho e feijão e também (principalmente os cajueiros e coqueiros) em divisas de terra, cujos troncos das árvores servem para ajudar na demarcação da terra e proteger as cercas.

Esses produtos geralmente são cultivados sem a aplicação de técnica alguma, na maioria das vezes, se traduzindo na utilização da enxada, do facão, da foice e outras ferramentas, as quais não permitem aumento de produtividade por ha. Esse fato tende a dificultar ainda mais a ampliação na renda nos estabelecimentos

familiares. Outro fator é o emprego da mão-de-obra que, na maioria dos estabelecimentos, conta com a própria família, oscilando e, ocasionalmente, com alguns trabalhadores temporários nos períodos de colheita.

Essa realidade retrata as dificuldades diárias enfrentadas pelos agricultores familiares do município. Porém as dificuldades não estão concentradas somente no cultivo das lavouras, mas também na criação de animais, uma vez que os criatórios, em sua maioria, não contam com técnicas eficientes no trato com os animais.

O efetivo de rebanhos do município (Tabela 10) conta com a histórica presença da pecuária bovina com 64.755 cabeças (1,83%) do total de rebanhos, que em sua maioria, conforme atestou a pesquisa de campo, está concentrada nos estabelecimentos rurais acima de 10 ha. A criação de gado tem um significado econômico e cultural muito importante, principalmente no município. Econômico, por ser uma das principais fontes de renda para os proprietários dos estabelecimentos com tamanho médio entre 10 e 200 ha, e também, por abastecer parte do mercado local e regional com carne e leite. Cultural, pelo fato do transporte seguido da criação de gado, ter sido um dos marcos de grande importância para o surgimento do município como freguesia, vila e posteriormente, cidade.

Tabela 10 – Feira de Santana: efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho – 2005.

Tipo de rebanho	Variável	
	Rebanhos em Cabeças	Rebanhos em %
Total	3.539.698	100
Bovino	64.755	1,83
Suíno	58.917	1,66
Eqüino	18.632	0,53
Asinino	11.609	0,33
Muar	3.089	0,09
Coelhos	3.895	0,11
Ovino	38.618	1,09
Galinhas	2.224.544	62,85
Galos, Frangos e Pintos	986.400	27,87
Codornas	122.831	3,47
Caprino	6.408	0,18

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela>, acesso em 21 de maio de 2007.

A criação de suínos também está em destaque com um efetivo de 58.917 cabeças e percentual de 1,66% no total de rebanhos. Contudo, o que mais chama atenção, na questão da criação de animais, é o expressivo número de galinhas caipiras, com mais de 2 milhões de cabeças, 62,85% do efetivo de rebanhos, e

apresentando forte crescimento da criação entre os anos de 1999 a 2005. Para se ter uma idéia, em 1999, o município possuía um total de apenas 33.000 aves desse tipo, ou seja, um crescimento percentual de 1.500% em 6 anos¹⁶. Esses dados especificam o fortalecimento da criação de galinhas caipiras ao longo dos anos no município, a qual é uma atividade peculiarmente familiar e que, em sua maioria, é desenvolvida nos pequenos estabelecimentos com até 5 ha.

Verifica-se uma forte presença da criação de codornas, com mais de 100 mil aves. Há também a criação de galos, frangas, frangos e pintos com quase um milhão de aves. Esses números, bastante expressivos, retratam o crescimento da avicultura de corte, não só no município, mas em boa parte da Região Econômica do Paraguaçu, certamente incentivada pelas agroindústrias, ligadas ao setor como, por exemplo, a Avipal, Avigro, Gurjão e outras.

A criação de ovinos e caprinos, juntos, soma mais de 45 mil cabeças. O que chama a atenção é que o caprino, sendo um animal que ocupa pouco espaço, para a criação intensiva, se comparado ao gado, e que tende a se adaptar com mais facilidade às características climáticas do Semi-árido, poderia ser mais aproveitado, sobretudo nos pequenos estabelecimentos, o qual serviria como uma importante fonte de alimento, seja com o leite, a carne, e também para comercialização com a venda do próprio animal.

Na questão da extração vegetal, destaca-se a utilização da lenha (Figuras 19 e 20) com uma produção de 5.321 metros cúbicos e do carvão vegetal com uma produção de 14 t, no ano de 2005. A lenha é utilizada como fonte de energia nos fornos das pequenas fábricas de biscoitos e de boa parte das panificadoras do município, sendo essencial também num grande número de estabelecimentos familiares, que utilizam fogões a lenha para cozinhar os alimentos no dia a dia, o que é muito comum na zona rural. Verifica-se também grande utilização dessa fonte de energia nos fornos das casas de farinha do município, as quais beneficiam a mandioca, produzindo basicamente a farinha e o beiju.

É válido chamar a atenção que o uso constante da lenha como fonte de energia vem causando fortes impactos ambientais no município e sua região. Pois a utilização desse material implica numa destruição acelerado da vegetação local, o

¹⁶Salienta-se que esses dados comparativos entre 1999 e 2005, serão analisados mais detalhadamente no capítulo seguinte, onde buscar-se-á analisar os impactos do Pronaf na produção agropecuária, na renda, mercado e ocupação da mão de obra dos pequenos agricultores familiares.

que está causando um desflorestamento da zona rural do município. Diante desse contexto se faz necessário a inclusão de técnicas que possam utilizar outras fontes de energia, como, por exemplo, a elétrica e a termo elétrica, porém, para isso é necessário que se crie condições que possam proporcionar aos agricultores familiares educação ambiental e acesso a tecnologia.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 19 – Reserva de lenha, a qual será utilizada pela família no cozimento dos alimentos durante os dias da semana. Distrito de Tiquaruçu, foto: maio de 2007.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 20 – A lenha sendo utilizada pela casa de farinha Lourenço Oliveira, como principal fonte de energia na produção de farinha e beiju. Distrito de Humildes, foto: junho de 2007.

4 ESTRUTURA DO PRONAF NO BRASIL E SUA ESPACIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Com base no MDA (2007), o Pronaf foi criado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento rural no Brasil. A meta estipulada é gerar condições para o aumento da capacidade produtiva, geração de empregos no campo e melhoria na renda das pessoas, o que auxiliaria na melhoria das condições de vida e das famílias dos agricultores familiares.

O Pronaf foi criado em 1995, em substituição a um outro programa conhecido como Provap. O surgimento do Pronaf possibilitou uma maior abrangência na aplicação de recursos e também promoveu uma concepção diferenciada, no que diz respeito ao trato com a agricultura familiar. Segundo Silva, E. (1999, p. 01),

Em 1996, o PRONAF deixou de ser apenas uma linha de crédito e adquiriu *status* de programa governamental, passando naquele ano, a integrar o Orçamento Geral da União com recursos módicos de R\$ 10,0 milhões, os quais seriam aplicados em infra-estrutura rural nos municípios e em capacitação dos produtores rurais familiares.

Belik (1999) argumenta que, além de uma ampliação na oferta de crédito disponível para a agricultura familiar, houve também uma mudança na forma de definir este segmento do ponto de vista governamental. Belik (1999, p. 01) afirma que:

Até 1993 não se tem notícias de recursos específicos para o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Na realidade, não existia o próprio conceito de agricultura familiar. O agricultor familiar era considerado "mini-produtor" para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural. Com isto, além do produtor familiar disputar o crédito com os demais produtores, este era obrigado a seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor.

O autor aponta que, para superar estes problemas, o governo Itamar Franco criou o PROVAP em 1994, que trabalhava, basicamente, com créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dois anos depois, este programa passou a se denominar Pronaf, assumindo uma maior dinâmica e com uma concepção diferente na hora de definir seu público alvo, como aponta o autor:

O termo agricultor familiar jamais foi utilizado explicitamente como público-meta de qualquer plano de apoio ao campo. No passado havia uma confusão quanto ao termo agricultura familiar. Para efeito de estatísticas, considerava-se a agricultura familiar como sendo equivalente a pequena produção. Estes produtores eram aqueles cuja área do estabelecimento era inferior a 50 ha. Mais tarde, criou-se a categoria dos mini-produtores tendo como base a renda obtida na produção. Definida a renda deste produtor nas atividades agrícolas, o mesmo poderia ser classificado como mini-produtor ou pequeno produtor, fazendo jus ao acesso aos recursos do FAT. (BELIK,1999, p.16).

Desde 1995, o Governo passou a se utilizar da definição de agricultura familiar, a partir dos resultados obtidos pelos estudos desenvolvidos com o convênio FAO/INCRA em 1994. A agricultura familiar, segundo estes critérios, estaria baseada em três elementos: gestão familiar, tempo de trabalho dedicado ao estabelecimento e o tamanho do estabelecimento, ou seja, acabou por levar em conta elementos que refletem as relações sociais, que se dão na própria produção e nos estabelecimentos e não somente o tamanho do estabelecimento e a renda.

O Pronaf reflete um importante momento em que, pela primeira vez, houve uma destinação específica de recursos para a agricultura familiar, porém, cabe a realização de uma análise mais detalhada, buscando verificar em que contexto surgiu o Programa.

Para Belik (1999), o Pronaf é oriundo da culminância de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais, que encontrou ressonância nas instâncias internas do Governo federal. É considerado um programa em permanente construção, dado que, desde sua criação, passou por uma série de modificações, visando atender às reivindicações de seu público alvo.

Segundo Silva, E. (1999), as reivindicações por políticas específicas para a agricultura familiar ganharam evidência a partir da Constituição de 1988, com a elaboração de uma proposta de Lei Agrícola pelos movimentos sindicais, que incluía uma política de crédito voltada para a agricultura familiar.

Em 1993, os movimentos sociais apresentaram ao governo uma proposta de crédito de investimento subsidiado para os agricultores familiares que destacava a necessidade de um programa que contemplasse a diversidade existente no interior da agricultura familiar (SILVA, E. 1999, p. 01/02).

Silva, E. (1999) também reforça a idéia de que a elaboração de estudos realizados em 1994 por meio de parceria entre a FAO e o INCRA, quando se propôs vários instrumentos de política para a agricultura familiar, foi uma das bases para o

surgimento do Pronaf em 1995.

Fernandes (2001b) critica os objetivos das políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar, criadas a partir de 1990. Segundo o autor (2001b), a meta dessas políticas é integrar o que chama de camponeses ao mercado e, conseqüentemente, ao capital e o Governo passa a ter papel central nesse processo. O autor diz que:

Essas políticas foram criadas em resposta às ações dos trabalhadores sem-terra, mas também são resultados de um novo paradigma da questão agrária, denominado de agricultura familiar, que tem como principal referência o papel central do Estado como gestor de projetos para a integração dos camponeses ao mercado (FERNANDES, 2001b, p. 02).

O Pronaf é entendido por Fernandes (2001b, p. 07) como uma dessas políticas que tem como perspectiva de desenvolvimento, a capitalização dos camponeses, transformando-os em pequenos capitalistas. Segundo o autor (2001b), “[...] esse Programa é determinado para todos, sem direito a negociação dos princípios, como pode ser observado no projeto Novo Mundo Rural elaborado pelo Governo”.

A opinião de Fernandes põe em cheque o que determinou realmente a criação do Pronaf. Porém, entende-se que é necessário compreender, antes de qualquer coisa, qual é o objetivo central do Programa, para daí poder mensurar o que teve mais peso dentro do jogo político e ideológico que norteou sua criação.

Segundo a Cartilha do Agricultor Familiar (2006, p. 01), publicada pelo MDA, o Pronaf tem como parte de seus objetivos:

O fortalecimento e a valorização do agricultor familiar, visando integrá-lo à cadeia de agronegócios e proporcionar-lhe aumento de renda e agregação de valor ao produto e à propriedade, com sua profissionalização e com modernização do seu sistema produtivo.

Com base nesses objetivos, o Programa visa atingir cinco parâmetros básicos que são: 1- ajustar políticas públicas às realidades da agricultura familiar; 2- viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo e da melhoria de vida da população rural; 3- fortalecer os serviços de apoio ou desenvolvimento da agricultura familiar; 4- elevar o nível de profissionalização do agricultor familiar e, por fim, integrar os agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.

Não resta dúvida de que o Pronaf pode, sim, ser colocado como uma ferramenta de inserção do agricultor familiar no mercado, não só na comercialização da produção, como também no mercado financeiro, por meio da abertura de conta nos bancos e tomada de empréstimos, como também no mercado de máquinas e insumos agrícolas, contudo, é válido ressaltar que esse Programa configura-se como uma das poucas iniciativas na história do Brasil de apoio específico à agricultura familiar.

É importante saber em quais termos esses agricultores familiares estão sendo inseridos no mercado através do Pronaf. Se como meros suporte à exploração capitalista de sua renda fundiária, ou como um agente de participação coletiva, que define os rumos de sua produção e a gestão do estabelecimento rural.

Questiona-se aqui os argumentos que justificam a criação do Pronaf, simplesmente por conta das pressões dos movimentos sociais. Entende-se que os movimentos sociais ligados à luta pela terra e em defesa do trabalhador rural têm papel fundamental na sociedade como instrumento que desata os nós de parte da estrutura fundiária brasileira e que, certamente, tiveram peso na criação do Pronaf e de outros programas. Contudo, a criação do Pronaf deve ir além das reivindicações dessas vertentes de luta.

O surgimento do Pronaf remonta, além de outras coisas, a uma das estratégias de reprodução do capitalismo, sobretudo com a injeção de uma massa de recursos nas mãos de pequenos agricultores, que podem facilmente ter sua renda fundiária expropriada pelas lógicas de mercado e pelo capital financeiro, por meio dos atravessadores, do sistema de preços e das altas taxas de juros. “Dessa forma, o capital desenvolve-se, permitindo a reprodução da produção camponesa, mas subordinando-a por todos os lados” (OLIVEIRA, 1996, p. 60).

Outro fator importante é o incentivo ao aumento da produção de alimentos básicos como feijão, mandioca, milho e outros, com o intuito de baixar preços e, com isso, diminuir o peso do custo desses alimentos no orçamento da população, para que essa possa poupar e, com isso, buscar consumir bens, tidos como de consumo durável para seu conforto. Portanto, discutir a criação do Pronaf à luz de seus objetivos é fundamental para se compreender as amarras que estão por trás dessa proposta, que demorou tanto tempo para chegar, mas que pode não atingir o objetivo esperado pelos agricultores familiares, no que compete à autonomia produtiva e melhorias nas condições de vida dos pequenos agricultores.

4.1 ESTRUTURA E FUNCIONALIDADE DO PRONAF

O Pronaf disponibiliza recursos que visam atender atividades diversas. Tais recursos estão divididos em custeio da produção, investimento, integralização de cotas-partes de cooperativas de produção e também comercialização. Essa diversidade na aplicação do crédito é importante, quando busca garantir que o agricultor familiar tenha recursos que atendam às diversas etapas do processo produtivo, que vão desde a preparação da terra até a comercialização dos produtos no mercado.

Crédito de Custeio

O crédito de custeio é composto pelos recursos voltados para o financiamento das despesas que são feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção. Incluem-se aqui as despesas com as atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção própria da agricultura familiar ou de terceiros. Por exemplo: custeio da plantação do milho, feijão, óleo para barco de pesca, material para confecção de artesanato rural, aquisição de embalagens e formação de estoques de matéria-prima de agroindústrias.

Segundo a Cartilha Crédito Rural do Pronaf para o Ano Safra (2005/2006), publicada pelo MDA, os créditos de custeio agrícola ou pecuário podem ser realizados com base em orçamento simples, padronizados nas planilhas dos bancos, dispensando-se quase sempre a apresentação de plano e projeto técnico. O crédito de custeio pode ser renovado automaticamente, sempre que o pagamento é efetuado na data definida no contrato. Nesses casos, a época de liberação dos recursos deve observar e respeitar as necessidades das atividades que foram financiadas. Quando houver mudança da cultura (ex. plantava milho e vai passar a plantar feijão), o banco deve ser informado.

Crédito de Investimento

São recursos destinados ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não

agropecuários no estabelecimento rural, ou em áreas comunitárias rurais próximas. Por exemplo: correção do solo e adubação corretiva, compra de animais para rebanho, compra de máquinas e equipamentos para produção e beneficiamento, obras de irrigação, formação de lavouras permanentes, formação de pastagens, construção de benfeitorias como galpões, cercas e armazéns.

Esse crédito de investimento, até certo ponto, também reforça a questão do custeio da produção, pois nas operações de investimento do Pronaf, até 35% dos recursos podem ser destinados a atividades de custeio associadas ao projeto apresentado como proposta para o investimento. Por exemplo, óleo para embarcação, no caso de pescadores, compra de ração para alimentar os animais adquiridos, entre outros.

Salienta-se que essa margem de 35% para custeio é importante, porque grande parte dos investimentos sempre acaba demandando algum custo, seja com transporte, alimento ou outro. Ressalta-se também que o micro-crédito rural, o qual está concentrado no Pronaf B e que atende grande parte do chamado agricultor familiar periférico¹⁷, é voltado para o investimento, possuindo apenas essa margem de 35% para custeio da produção.

De acordo com a Cartilha Crédito Rural do Pronaf para o Ano Safra (2005/2006), os financiamentos de investimento no Pronaf são concedidos mediante a apresentação de um projeto técnico ou uma proposta simplificada de crédito, elaborados pela assistência técnica e extensão rural. A assistência técnica, quando contratada, deve acompanhar obrigatoriamente o desenvolvimento do projeto.

É importante ressaltar que a flexibilidade com a qual o agricultor familiar pode apresentar uma proposta simplificada de aplicação do crédito, facilitou muito o acesso e contribuiu para desburocratizar parte do Programa, que no início (1995/1996) exigia projetos com grande nível de detalhes e com rigores técnicos, que praticamente impossibilitava o pequeno agricultor de conseguir o financiamento.

¹⁷ Segundo Silva, E. (1999), a agricultura familiar periférica é constituída por, aproximadamente, 2,2 milhões de estabelecimentos rurais, geralmente inadequados em termos de infra-estrutura e cuja integração produtiva à economia nacional depende de programas de reforma agrária, de créditos, de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, de agro-industrialização, de comercialização, entre outros.

Crédito para Cotas-Parte

Essa modalidade de crédito é concretizada no chamado Pronaf Cotas-Parte, onde o investimento é voltado para beneficiar agricultores familiares enquadrados nos Grupos "B", "C", "D" ou "E", filiados a cooperativas de crédito rural para financiamento da integralização de cotas-parte de cooperativas de produção. Os recursos provenientes do crédito podem ser aplicados em capital de giro, custeio e investimento na cooperativa.

Créditos para Comercialização

O crédito de comercialização visa proporcionar recursos financeiros a agricultores familiares, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos para venda futura em melhores condições de mercado. Os créditos de comercialização têm papel importante, já que a integração do agricultor familiar ao mercado é sempre uma tarefa difícil e que exige produtos competitivos e certo planejamento.

Segundo a Cartilha Crédito Rural do Pronaf para o Ano Safra (2005/2006), o crédito de comercialização pode ser concedido para: a) produtores rurais ou suas cooperativas; b) outras categorias de pessoas físicas ou jurídicas, quando de interesse da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), mediante autorização do Conselho Monetário Nacional.

4.1.1 Linhas de financiamento do Pronaf

O Programa em questão é dividido em linhas de crédito que disponibilizam recursos para custeio e investimento na produção agropecuária e não agropecuária, explorada com a força do trabalho familiar. Vinculadas a essas linhas de crédito existem também o que se chama de linhas especiais, as quais buscam atingir um público específico dentro da agricultura familiar, como, por exemplo, mulheres e jovens.

Pronaf A

Essa linha de crédito divide-se em Pronaf A (investimento), A (recuperação) e A/C (custeio) e é voltada para atender as famílias assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O objetivo é proporcionar, às famílias assentadas, condições de montar uma infra-estrutura produtiva na propriedade e, com isso, garantir a alimentação básica da família e também passar a fazer parte dos circuitos produtivos e de mercado, através da comercialização de excedentes da produção.

O Pronaf A – Investimento é um recurso destinado diretamente à estruturação das unidades produtivas das famílias. Segundo a SAF (2006), a família poderá financiar o limite de até R\$ 16,5 mil, mais R\$ 1,5 mil para assistência técnica. No total são até R\$ 18 mil com juros de 1,15% ao ano. Os recursos poderão ser retirados em até duas operações e até 35% dos recursos podem ser utilizados para custeio, associado ao projeto de investimento, por exemplo, ração e medicamentos para o caso de financiamento de animais.

O Pronaf A – Recuperação é o crédito de investimento para as famílias que estão adimplentes, ou seja, em dia com o pagamento do Pronaf, assentadas pela reforma agrária ou beneficiadas pelo crédito fundiário antes de 1º de agosto de 2002, que não pegaram ainda nenhum crédito de investimento fora do Grupo “A” e que participam do Programa de Recuperação de Assentamentos do Incra ou do Programa de Recuperação do Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário. Nessa modalidade, cada família poderá financiar o valor máximo de R\$ 6 mil, com juros de 1% ao ano e prazo para pagamento de até 10 anos, incluindo 3 anos de carência.

O Pronaf A/C – É voltado para o custeio da produção; geralmente é liberado depois que a família assentada ou beneficiada pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário já teve acesso ao Pronaf A – investimento, e com isso já possui teoricamente uma infra-estrutura básica de produção montada. Cada família poderá financiar o valor mínimo de R\$ 500 e o máximo de R\$ 3 mil, com juros de 2% ao ano e desconto fixo de R\$ 200,00 em cada operação paga até a data do vencimento. O prazo para pagamento é de até um ano, podendo chegar a dois anos para culturas de ciclo longo.

O Pronaf A vem recebendo críticas dentro dos movimentos sociais,

principalmente do MST e também no meio acadêmico. A questão envolve a substituição de um outro programa, conhecido como Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), que em 1995 foi substituído pelo Pronaf A, ou seja, deixou de ser um programa específico para se tornar uma linha de crédito dentro de um outro Programa.

De acordo com os críticos, o Procera era tido como um elemento essencial no processo de reforma agrária, não só por disponibilizar recursos para os assentados, mas principalmente pelo fato de ser um programa exclusivo da reforma agrária, que internamente, no âmbito das deliberações, a reforma agrária e a condição dos assentados eram a pauta principal. Fernandes (2001b, p. 5) é um dos críticos desse processo, afirmando que “[...] essa mudança não representa somente uma perda econômica para os trabalhadores, mas uma derrota política na implantação de um projeto de resistência da luta pela terra [...]”.

Entende-se que a substituição do Procera pelo Pronaf A pode, sim, ser considerada como perda, porque cada vez mais no Brasil a reforma agrária e a situação dos trabalhadores assentados tendem a ser estrategicamente homogêneos com a situação dos agricultores familiares como um todo. É válido afirmar que existem particularidades e que essas devem ser preservadas e discutidas de modo específico, porém, não se pode pensar a reforma agrária de forma isolada, sem levar em conta a gama de transformações que o espaço rural e a própria sociedade como um todo vêm passando nos últimos tempos.

Pronaf (B) – Micro-crédito rural

O Pronaf B é uma linha de micro-crédito rural de investimento, voltada para atender agricultores familiares com renda bruta anual de no máximo R\$ 3 mil, excluídos benefícios sociais e aposentadoria decorrente de atividade rural. Essa linha de crédito é voltada para a promoção e inclusão das famílias de baixa renda do campo, por meio de estímulos às atividades produtivas, incluindo famílias agricultoras, extrativistas, pescadoras, silvicultoras, quilombolas e indígenas.

De acordo com a Cartilha Crédito Rural do Pronaf para o Ano Safra (2005/2006), o micro-crédito rural Grupo “B” tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de qualquer atividade, agrícola e não agrícola, geradora de renda no meio rural. É vista como uma ação não assistencialista de combate à pobreza,

que valoriza, potencializa e estimula a pequena produção e o pequeno negócio no meio rural.

Nessa modalidade de crédito, cada família poderá financiar o valor de até R\$ 4,5 mil, podendo esse valor ser liberado em quantas operações a família desejar, contanto que não ultrapasse o valor máximo de R\$ 1,5 mil por operação. Os juros são de 1% ao ano e existe um desconto de 25% sobre cada parcela paga, até a data do vencimento. As famílias têm prazo máximo de dois anos para liquidar a operação. Do total, até 35% podem ser para custeio associado e até 3% para o pagamento da assistência técnica e extensão rural.

O micro-crédito do Pronaf B é a linha básica de financiamento analisada nesse estudo, pois atende a mais de 90% dos agricultores familiares do município de Feira de Santana, os quais possuem contratos do Pronaf. Outra questão é que esse micro-crédito tem o objetivo de atender às comunidades quilombolas, indígenas, pescadores e outros, o que amplia a ação do programa e, com isso, ressalta a importância dessa linha para as famílias de renda baixa da zona rural.

Pronaf C – Custeio e Investimento

O Grupo “C” atua com crédito voltado para investimento e custeio, ou seja, os agricultores familiares cadastrados no Pronaf C têm crédito de custeio e de investimento de forma diferenciada para aplicar na propriedade. O Grupo “C” é destinado às famílias do campo com renda bruta anual familiar superior a R\$ 2 mil e de até R\$ 14 mil.

Verifica-se que essa linha de financiamento é voltada para agricultores familiares que estão, no que diz respeito à renda, num patamar um pouco mais elevado que o público atingido pelo micro-crédito do Pronaf B, pois agricultores com faturamento de até 14 mil reais por ano podem ter acesso ao Pronaf C.

Pronaf C – Investimento (solto), cada família poderá financiar no mínimo R\$ 1,5 mil e no máximo de R\$ 6 mil. Os juros são de 3% ao ano e há um desconto fixo de 700 reais, distribuído proporcionalmente em cada parcela paga até a data do vencimento. O prazo para pagamento é de até oito anos com carência de até três ou cinco anos.

Com o recurso voltado para o investimento, podem ser financiadas várias atividades que gerem renda tais como: correção e adubação do solo, as práticas

conservacionistas do solo, máquinas e equipamentos, animais, redes de pesca, instalação de pomares e de pastagens, armazéns e outras, enfim, tudo que possa garantir melhorias no sistema produtivo da propriedade.

Pronaf C – Custeio; cada família poderá financiar o mínimo de R\$ 500 e o máximo de 3 mil reais. Os juros são de 4% ao ano e desconto fixo de 200 reais em cada operação paga até a data do vencimento. O prazo para pagamento é de até um ano, podendo chegar a dois anos para o caso de culturas de ciclo longo. Essa modalidade é muito utilizada no custeio básico da produção, como, por exemplo, a compra de ração para alimentar animais, preparo da terra para o plantio, despesas com transporte da produção, entre outros.

Pronaf D – Custeio e Investimento

É o crédito de custeio e de investimento destinado às famílias agricultoras com renda bruta anual superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil. Com esses patamares de renda, verifica-se uma substancial mudança nas características do agricultor familiar, ou seja, começa a surgir o agricultor familiar mais capitalizado com relação àquele que participa do Pronaf A, B e C.

Esse agricultor capitalizado¹⁸ representa cerca de 1,5 milhão de estabelecimentos rurais no Brasil, cerca de 33,8% do total de estabelecimentos tidos como familiares. Não só o Pronaf D, mas também o Pronaf E são voltados para esses agricultores.

Pronaf D – Investimento; cada família poderá financiar até R\$ 18 mil. Os juros são de 3% ao ano e o prazo de pagamento de até 8 anos, com carência de até três ou cinco anos, conforme o projeto definir.

Pronaf D – Custeio; cada família poderá financiar até R\$ 6 mil com juros de 4% ao ano. O prazo para pagamento é de até um ano, podendo chegar a dois anos para culturas de ciclo longo.

¹⁸ Agricultura familiar capitalizada ou consolidada é constituída, segundo Silva, E. (1999), por estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com acesso a inovações tecnológicas e a políticas de Governo; a maioria funciona em padrões empresariais, alguns chegando a integrar o *agrobusiness*.

Pronaf E – Custeio e Investimento

Essa linha de crédito consolida a participação do chamado agricultor familiar capitalizado no Pronaf, pois é o crédito de custeio e de investimento destinado às famílias agricultoras com renda bruta anual superior a R\$ 40 mil e até R\$ 60 mil.

Pronaf E – Investimento; cada família poderá financiar até R\$ 36 mil, com juros de 7,25% ao ano. O prazo para pagamento é de até oito anos com carência de até três ou cinco anos, conforme o projeto definir.

Pronaf E – Custeio; cada família poderá financiar até R\$ 28 mil, com juros de 7,25% ao ano. O prazo para pagamento é de até um ano, podendo chegar a dois anos no caso das culturas de ciclo longo.

Por meio dessas condições de financiamento, constata-se que o Pronaf tem bom potencial para contribuir com a melhoria na vida dos agricultores familiares, sobretudo os menores. Tornar os pobres menos pobres e com autonomia, sobretudo para gerir seu negócio é um passo importante no sentido de garantir melhores oportunidades na vida desses agentes sociais.

Além das linhas básicas de financiamento, o Pronaf possui linhas especiais de crédito voltadas para atender um público e atividades específicas no contexto da agricultura familiar. Pode-se citar, como exemplo, o Pronaf Jovem, Mulher, semi-árido, turismo rural e outros (Apêndice B). O que chama a atenção é que praticamente essas linhas especiais de crédito não existem no município de Feira de Santana, o que reduz as possibilidades dos agricultores de poderem ter mais acesso ao crédito, inclusive, jovens e mulheres. Ao mesmo tempo, atividades como o turismo rural, a agroindústria familiar e outras atividades cobertas pelo Pronaf especial deixam de ser exploradas pela agricultura familiar do município por falta de recursos.

Quadro 04 - Síntese das condições do crédito rural do Pronaf - modalidades e grupos

GRUPO /MODALIDADE	LIMITES	CUSTEIO	ENCARGOS	BÔNUS ADIMPLÊNCIA	PRAZO
GRUPO A	Investimento: R\$ 16,5 mil R\$ 18 mil com ATER	Até 35% associado	1,15% a.a.	40% - s/ ATER 45% - c/ ATER	Até 10 anos total Até 5 carência
GRUPO A/C	Custeio de R\$ 500 a R\$ 3 mil + Sobreteto - 30%*	-	2% a. a.	R\$ 200	Até 2 anos Conforme atividade
GRUPO A novo financiamento (Recuperação)	Investimento: até R\$ 6 mil	Até 35% associado	1% a a.	-	Até 10 anos Carência até 3 anos
GRUPO B	Até R\$ 4.500 mil	Até 35% associado	1% a. a.	25% sobre cada parcela	Até 2 anos total
GRUPO C	Custeio De R\$ 500 a R\$ 3,0 mil + sobreteto 30% (*) ou 50% (**)	-	4% a. a.	R\$ 200	Até 2 anos Conforme atividade
	Investimento R\$ 1,5 mil a R\$ 6 mil + sobreteto – 50%**	Até 35% associado	3% a. a.	R\$ 700 fixo	Até 8 anos total. Carência até 3 ou 5 anos
GRUPO D	Custeio Até R\$ 6 mil /ano (+ sobreteto - 30%*)	-	4% a. a.	-	Até 2 anos
	Investimento R\$ 18 mil + sobreteto –50%**	Até 35% associado	3% a. a.	-	Até 8 anos total. Carência até 3 ou 5 anos
GRUPO E	Custeio - R\$ 28 mil	-	7,25% a. a.	-	Até 2 anos
	Investimento R\$ 36 mil	Até 35% associado	7,25% a. a.	-	Até 8 anos total, carência até 3 ou 5 anos

Fonte: Elaborado por Santos, J. (2007).

*Sobreteto de 30% para as atividades de produção de arroz, milho, feijão, trigo e mandioca, ** sobreteto de 50 % para as atividades de bovinocultura de leite e/ou corte, bubalinocultura, carcinicultura, olericultura, fruticultura ovinocaprino cultura, avicultura, suinocultura e transição agroecológica, obras hídricas.

4.1.2 – Suporte complementar à produção da agricultura familiar

Como suporte ao crédito, o Pronaf possui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). Esses dois suportes complementares são de suma importância ao sucesso do Pronaf como um todo, porém, a falta de acesso por parte dos agricultores familiares ao PAA e ao SEAF compromete o desempenho adequado do Programa.

O PAA é voltado para o apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar e se traduz num conjunto de ações voltadas ao incentivo, à formação de estoques e também à distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Esse programa apresenta como objetivo a aquisição de produtos agropecuários, produzidos pelas famílias agricultoras que se enquadrem no Pronaf.

O PAA adquire a produção da agricultura familiar por meio de pólos de compras, organizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Na compra, o PAA prioriza a negociação direta com as famílias agricultoras, vinculadas ao Pronaf. É importante ressaltar que a aquisição da produção pelo Pronaf tem sua importância ao contribuir para a inserção da produção familiar no mercado de consumo e também eliminar o atravessador, o qual fica com grande parte da renda fundiária dos produtores.

O SEAF tem como objetivo garantir a cobertura do financiamento em até 65% da renda estimada da família produtora que perder a safra em razão de fenômenos meteorológicos como: seca, geada, tromba d'água, vendaval, chuvas excessivas ou pragas e doenças sem método de controle. O seguro é importante, pois garante certa tranquilidade no plantio e também o pagamento do empréstimo junto ao Pronaf em caso de perda da produção.

Segundo a Cartilha Crédito Rural do Pronaf para o Ano Safra (2005/2006), para o agricultor(a) familiar dos Grupos "A/C", "C" e "D" do Pronaf que solicitar financiamento de custeio para as culturas zoneadas (algodão, arroz, feijão, feijão caupi, maçã, milho, soja, sorgo e trigo) e para culturas de banana, caju, mandioca, mamona e uva, a adesão ao SEAF será automática, pagando o adicional de 2% sobre o valor segurado. No Grupo "E" a adesão é optativa e o adicional é de 4%. Assim, conforme dados, mais de 95% dos financiamentos de custeio agrícola

contratados no Pronaf poderão ser cobertos pelo SEAF.

O seguro agrícola é vinculado às condições do zoneamento agrícola e disposições legais, particularmente no que se refere a: indicativo da pesquisa agrícola para plantio da lavoura no município; utilização de cultivar habilitada; tipo de solo, observando que deverá ter no mínimo de 10% de argila; profundidade do solo igual ou superior a 50 centímetros; inclinação do terreno inferior a 45%. Outro fator importante é a atenção com as condições adequadas de plantio, inclusive umidade no solo e previsão de chuvas, assim como a utilização de tecnologia recomendada para a cultura a ser plantada, entre outros cuidados necessários. O não cumprimento desses critérios poderá implicar o não recebimento do seguro em caso de perda da lavoura.

4.1.3 – Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Uma boa orientação técnica, somada com o acesso ao aparato técnico adequado, disponível para a agropecuária, é de fundamental importância no sentido de garantir melhor produtividade, com melhores produtos na lavoura e criação de animais. Porém, o que se observa, principalmente em partes da região Nordeste, é que a assistência técnica é bastante reduzida e concentrada em poucos estabelecimentos rurais.

A assistência técnica é um fator de grande importância por várias situações tais como: garantia de maior produtividade na agropecuária; diminuição dos impactos ao meio ambiente, como, por exemplo, eliminar o tradicional recurso das queimadas no preparo da terra para o plantio; obtenção de produtos com melhor qualidade; trabalhar o lado educativo dos agricultores, a partir da orientação técnica, uma vez que os mesmos acabam tendo acesso e aprendendo novos métodos de trabalho com os técnicos. Os resultados de uma correta assistência técnica são refletidos também no mercado, pois a qualidade dos produtos ajuda na comercialização, inclusive se forem voltados para a exportação, os quais passam a ter preço competitivo no mercado.

A Cartilha Crédito Rural do Pronaf para o Ano Safra (2005/2006) sugere que os serviços de ATER no crédito Pronaf devem compreender o estudo técnico,

representado pelo plano simples, projeto ou projeto integrado e a orientação técnica para o imóvel ou agroindústria. Devem ainda contemplar, no mínimo, o tempo necessário à fase de implantação do projeto, limitado ao máximo de quatro anos e, no caso das agroindústrias, devem contemplar aspectos gerenciais, tecnológicos, contábeis e de planejamento.

As despesas com ATER podem ser pagas dentro do próprio crédito ou com recursos próprios da família agricultora. Quando financiados pelo próprio crédito do Pronaf, seus custos não podem exceder 2% ao ano do valor do financiamento, com exclusão do Grupo “A”, que possui regra específica.

No caso das operações de custeio do Grupo “C” e operações do Grupo “B”, as instituições que prestam ATER para o crédito Pronaf deverão estar credenciadas, segundo normas do Sistema Nacional Descentralizado de ATER Pública para implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) (Portaria nº 10 MDA/INCRA). Para o Grupo “B”, até 3% do valor do financiamento poderá ser destinado ao pagamento do serviço de assistência técnica, caso a família considere necessário.

Para o Grupo “C” - Custeio, as entidades de ATER, devidamente credenciadas, poderão estabelecer convênio com a SAF. Dessa forma, o Governo federal fornecerá gratuitamente os serviços de ATER no Grupo “C”, pagando diretamente às empresas os 2% sobre o valor financiado, sem que a família precise desembolsar recursos do crédito para isso. As empresas de ATER, credenciadas e conveniadas com a SAF, prestarão assistência técnica coletiva em quatro etapas do processo produtivo, acompanharão individualmente um percentual das famílias agricultoras do Pronaf e darão orientação para o cumprimento do zoneamento agrícola e dos procedimentos do SEAF.

Aqui se identifica um grande contra-senso na questão da assistência técnica, pois é possibilitada mediante convênio, a assistência gratuita aos agricultores pertencentes ao Grupo “C” custeio do Pronaf, os quais, teoricamente, estão em melhores condições de produção e renda do que os agricultores do Grupo “B”, que só podem ter acesso mediante pagamento próprio ou descontando (no máximo 3%) no valor do financiamento obtido pela família. Então, como entender um processo como esse, no qual o mais desprovido, que recebe menor quantidade de crédito e que possui menor renda, é menos favorecido no quesito assistência técnica?

4.1.4 Estrutura de gestão

Um fato que chama atenção na estrutura organizacional do Pronaf é a participação das instâncias municipal, estadual e federal, todas com seus órgãos de coordenação, porém, possibilitando, pelo menos teoricamente, a participação de entidades representativas dos movimentos sociais organizados. Esse é um bom sinal, visto que essa estrutura de gestão possibilita a participação das diversas instituições administrativas do país, através do princípio da parceria entre o executivo municipal, estadual e federal.

Estrutura em âmbito Federal:

1- A coordenação nacional do Pronaf é do MDA, que é exercida por meio da SAF; 2- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), composto por representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério da Fazenda; Ministério do Trabalho; Secretaria Especial de Políticas Regionais; Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária; Fórum dos Secretários de Agricultura; CONTAG; Organização das Cooperativas Brasileiras e Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural; 3- Caixa Econômica Federal (CEF), como repassadora dos recursos orçamentários aos municípios.

Estrutura em âmbito Estadual:

1- Governos Estaduais; 2- Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), com a participação, das representações estaduais dos agricultores familiares; 3- Secretaria Executiva Estadual do Pronaf; 4- As Superintendências Regionais do INCRA (SRI).

Estrutura em âmbito Municipal

1- Prefeituras Municipais; 2- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), dos quais devem participar, com pelo menos 50% de

representatividade, os agricultores familiares e as organizações de agricultura familiar que, direta e indiretamente, devem realizar ações relacionadas com o desenvolvimento rural e proteção ambiental.

Quadro 05 – Estrutura de gestão do Pronaf

Nível Administrativo	Órgão Gestor			
	Federal	MDA	CNDRS	SAF
Estadual	Governo Estadual	CEDRS	SRI	–
Municipal	Prefeitura Municipal	CMDRS	–	–

Fonte: Elaborado por Santos, J. com base em http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas.htm, acesso em julho de 2007.

Silva, E. (1999, p. 4) sublinha que,

As parcerias entre as diversas instâncias e a participação dos movimentos sociais são viabilizadas pela existência de conselhos municipais, estaduais e nacional, os quais expressam uma articulação institucional, que envolve as representações dos agricultores e dos governos estaduais e municipais, sendo que estes últimos participam na qualidade de coordenadores locais do programa.

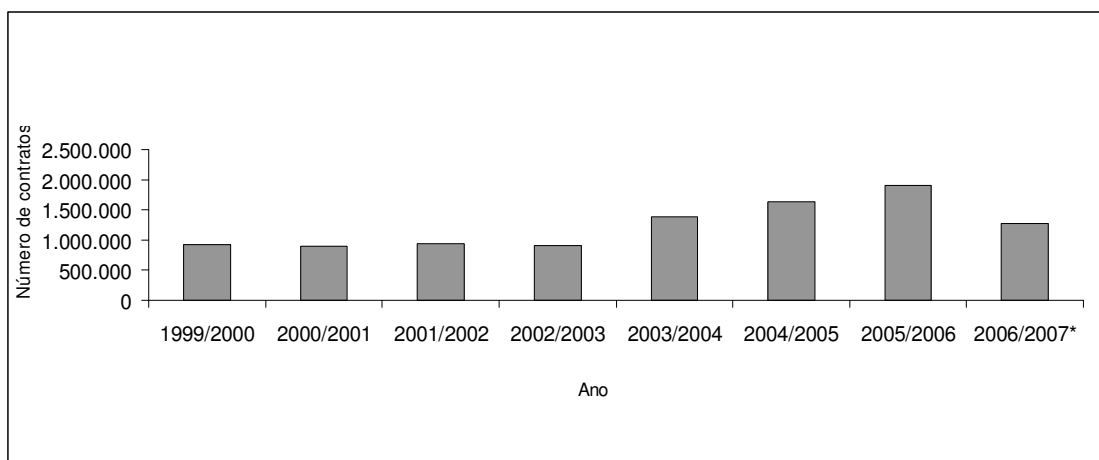
No que diz respeito à existência de conselhos, o que se verifica é que apesar da presença dos mesmos, enquanto espaços deliberativos e opinativos de participação social, na maioria dos municípios, eles não funcionam e até mesmo grande parte dos agricultores familiares nem sabe que existem.

4.2 CRÉDITO RURAL DO PRONAF NO BRASIL

O número de contratos firmados pelo Pronaf vem apresentando forte crescimento no Brasil, principalmente a partir do ano de 2003, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, especialmente com o crédito do Grupo "B" do Pronaf, o micro-crédito rural. Nessas regiões, os agricultores familiares praticamente não tinham acesso ao crédito rural, mas, a partir de 2003, muitos deles passaram a acessar o crédito pela primeira vez.

A Figura 21 evidencia a expansão da oferta do crédito rural do Pronaf

destinado à agricultura familiar no Brasil.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007.

Figura 21 – Brasil: número de contratos do Pronaf por ano agrícola 1999-2007

Entre 1999 e abril de 2007, foram realizados mais de 9,8 milhões de contratos entre agricultores familiares e o Pronaf no Brasil com um montante de recursos aplicados na ordem de mais de R\$ 32,4 bilhões. O período com maior número de contratos e recursos aplicados foi entre os anos de 2005/2006 com mais de R\$ 1,9 milhões de contratos e mais de R\$ 7,6 bilhões aplicados nas diversas linhas de crédito do Programa (Tabela 11).

Apesar de o Pronaf ser tido como um Programa especialmente voltado para atender a agricultura familiar menos capitalizada e os assentados da reforma agrária, conforme afirma Silva, E. (1999, p. 04),

[...] o PRONAF foi concebido para atender ao conjunto dos agricultores familiares, porém, dando prioridade ao segmento em transição e ao segmento dos agricultores periféricos, desde que, para este último, o recurso fundiário não representasse fator impeditivo ao seu desenvolvimento.

Verifica-se que grande parte dos recursos são destinados para os agricultores familiares mais capitalizados e com um melhor nível de acesso a técnicas e integração ao mercado, contrariando os objetivos do Programa.

Tabela 11 – Brasil: número total de contratos e recursos aplicados do Pronaf e do Pronaf B por ano agrícola – 1999 a 2007*

Ano	Contratos	Montante (R\$ 1,00)	Pronaf B	Montante (R\$ 1,00)
1999/2000	926.422	2.149.434.466,14	2	2.764
2000/2001	893.112	2.168.486.228,50	52.442	26.076.567,96
2001/2002	932.927	2.189.275.083,64	154.481	77.110.900,13
2002/2003	904.214	2.376.465.864,08	139.760	69.838.802,76
2003/2004	1.390.168	4.490.478.228,25	333.555	327.010.055,39
2004/2005	1.635.051	6.131.600.933,40	358.456	358.593.958,49
2005/2006	1.913.043	7.611.929.143,94	559.664	561.429.680,32
2006/2007	1.274.525	5.338.464.561,33	370.902	457.316.536,19
Total	9.869.462	32.456.134.509,28	1.969.262	1.877.379.265,24

Fonte: Elaborada por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007.

A análise da Tabela 12 mostra que o Pronaf B, que é voltado para o micro-crédito rural, responde por aproximadamente R\$ 1,97 milhões de contratos em todo o Brasil, equivalendo a 20% do total de contratos do Programa. Porém, analisando o montante de recursos aplicados, nota-se que apenas 5,8 % foram investidos no micro-crédito (Pronaf B), somando cerca de R\$ 1,87 bilhões.

Tabela 12 – Brasil: grupo “B”, “A” e “A/C” do Pronaf - número contratos e recursos aplicados – 1999 a 2007*.

	Pronaf B	%	Pronaf A e A/C	%	Outras linhas	%
Número de contratos	1.969.262	20,0	477.141	4,8	7.423.059	75,0
Montante aplicado (R\$ 1,00)	1.877.379.265	5,8	3.749.403.341	11,6	26.289.351.902	82,7

Fonte: Elaborada por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007.

A situação do Grupo “A” e “A/C” do Pronaf, linha de crédito específica para assentados da reforma agrária, é ainda mais grave, pois entre 1999 e 2007 foram feitos apenas 477.141 contratos, equivalendo a apenas 4,8% do total. Com relação à aplicação de recursos, foram disponibilizados, através das linhas de custeio da produção e investimento, cerca de R\$3,74 bilhões. Parece muito, mas só corresponde a 11,6% do total de recursos liberados pelo Pronaf.

Esses dados põem em xeque os objetivos do Programa, que tem, como uma de suas principais metas, estruturar o sistema produtivo dos estabelecimentos familiares periféricos, melhorar o acesso a utilização de técnicas e insumos agrícolas

e integro-las ao mercado. Certamente, continuando da forma que está, sendo grande parte do montante de crédito direcionado para os grupos familiares com maiores rendimentos, através das linhas “C”, “D” e “E” do Pronaf, o Programa vai passar muito longe das metas estabelecidas dentro de seus objetivos.

Mais de R\$ 26,2 bilhões, 75% dos recursos, entre os anos de 1999 a 2007, foram destinados para as linhas dos Grupos “C”, “D” e “E”, cuja média de renda dos agricultores familiares vai de R\$ 2 mil a R\$ 60 mil por ano. Por um lado, essa situação descaracteriza o Pronaf como um Programa exclusivamente voltado para o agricultor familiar menos capitalizado, e, por outro lado, reforça a tese de que o crédito rural no Brasil, historicamente, atendeu aos grandes proprietários com maior grau de participação no mercado.

Somando o número de contratos do Pronaf dos Grupos “B”, “A” e “A/C” chega-se a 2.446.403 (24,8%) do total de contratos no Brasil e a apenas R\$ 5.626.782.606 (17,35%) dos recursos aplicados. Esses dados confirmam que o Pronaf está mais voltado para a agricultura familiar capitalizada, porém é válido lembrar que esses agricultores familiares mais capitalizados representam apenas 1,4 milhões (28,8%) dos estabelecimentos rurais com relação ao total da agricultura familiar no país. Em contrapartida, a chamada agricultura familiar em transição e periférica, que estão nos patamares de renda baixa e quase sem renda, representam juntas 2,7 milhões (51,8%) de estabelecimentos rurais da agricultura familiar.

Portanto, volta-se a afirmar, é incompreensível que os agricultores familiares mais necessitados de apoio, por meio das políticas de governo, fiquem com a menor fatia do crédito em um programa que foi criado justamente para atender a esse público e tentar mudar a realidade rural vivida no Brasil, onde mais de 51% dos agricultores familiares têm grande dificuldade na obtenção de renda, inclusive para garantir a sua própria reprodução física.

4.3 CRÉDITO RURAL DO PRONAF NO ESTADO DA BAHIA

No estado da Bahia, o percentual de agricultores considerados familiares é de 89,1% e desses, 71,5% são considerados de renda baixa e quase sem renda. Porém, não se observa uma aplicação de recursos, através do Pronaf, na mesma

proporção para esses agricultores familiares periféricos. De acordo com a Tabela 13, o Pronaf efetuou, no estado da Bahia, um total de 720.350 mil contratos entre os anos de 2000 a abril de 2007, com um volume de recursos aplicados na ordem de mais de R\$ 1,64 bilhões.

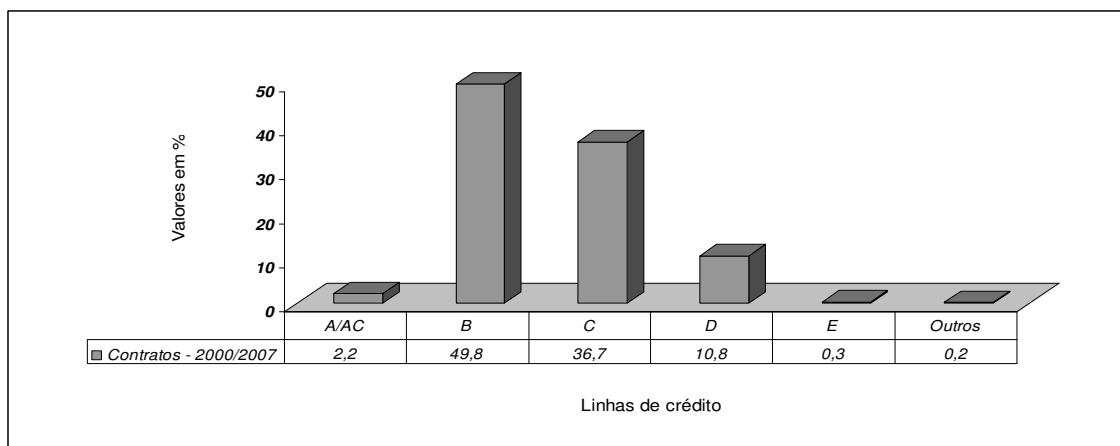
Tabela 13 – Bahia: número de contratos do Pronaf por linha de crédito e ano agrícola – 2000 a 2007*

Crédito do Pronaf	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
Pronaf A e AC	105	3.069	3.098	2.959	3.526	2.525	786
Pronaf B	0	46.976	32.565	58.189	68.210	91.130	61.696
Pronaf C	25.646	29.341	31.052	55.280	42.945	46.303	33.485
Pronaf D	15.052	8.038	11.279	12.130	9.880	12.852	8.464
Pronaf E	-	-	-	461	690	754	545
Sem enquadramento	-	-	-	-	942	25	-
Agroindústria Familiar	-	-	-	-	2	-	-
Mini-produtores	-	-	-	-	350	-	-
Total	40.803	87.424	77.994	129.019	126.545	153.589	104.976

Fonte: Elaborada por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007: – dado numérico igual a zero.

As operações do Pronaf, na Bahia, concentram-se basicamente no micro-crédito rural (Pronaf B), no Pronaf C e D. O Pronaf B foi a linha de financiamento com maior percentual de operações com 358.766 contratos (49,8%), em seguida, o Pronaf C 264.052 contratos (36,7%) e o Pronaf D com 10,8% (77.695 contratos), conforme a Figura 22.

O Pronaf A aparece com apenas 16.068 (2,2%) dos contratos. Essa baixa participação leva a crer que a linha especial de crédito para os assentados da reforma agrária não está sendo prioridade do Programa na Bahia. O que é preocupante, pois o estado baiano possui uma estrutura fundiária altamente concentrada e, em contrapartida, a maior população residente em área rural do Brasil, com cerca de 5 milhões de habitantes.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007.

Figura 22 – Bahia: número de contratos do Pronaf em percentual por linha de crédito – 2000/2007*.

Chama-se atenção também, com relação à fraca participação na Bahia das linhas especiais de crédito, voltadas para a agroindústria familiar e para o atendimento a mini-produtores familiares, pois, entre 2000 e 2007, foram efetivadas apenas 2 operações entre os anos de 2004/2005 com a agroindústria familiar, e 350 operações, também no mesmo período, com mini-produtores familiares. Salienta-se que o estímulo à organização social dos mini-produtores e à organização coletiva empresarial, através da montagem de agroindústria familiar é um passo importante para o desenvolvimento rural e não pode ficar relegado a uma inexpressiva participação no crédito, como vem acontecendo na Bahia.

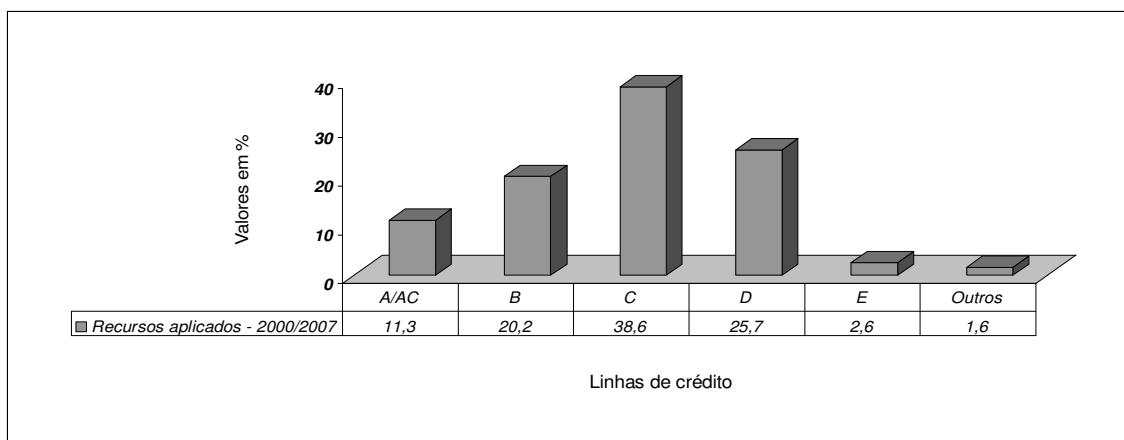
Tabela 14 – Bahia: recurso aplicado (R\$ 1,00) por linha de crédito do Pronaf e ano agrícola - 2001 a 2007*.

Crédito do Pronaf	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
A/AC	26.959.503	26.598.227	29.667.122	37.687.641	27.705.207	10.559.842
B	23.453.581	16.275.120	56.903.970	68.027.310	91.173.632	76.292.019
C	35.997.816	43.058.103	95.945.811	125.242.343	171.938.502	129.482.746
D	25.058.231	39.697.634	63.306.699	66.537.869	93.054.836	64.283.985
E	-	-	5.509.461	13.155.097	14.025.575	10.547.223
Sem enquadramento	-	-	-	12.368.887	100.000	-
Agroindústria Familiar	-	-	-	14.146	-	-
Mini-produtores	-	-	-	5.837.271	-	-
Total	111.469.131	125.629.084	251.333.063	328.870.564	397.997.752	291.165.815

Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007: – dado numérico igual a zero.

A Tabela 14 evidencia o montante de recursos aplicados nas diversas linhas do Pronaf, entre os anos de 2001 a 2007 no estado da Bahia. A análise dos dados permite dizer que grande parte dos recursos se encontraram, respectivamente, nas linhas C, D e B. O Grupo C ficou com R\$ 633.884.100 (38,6%), o Grupo D com R\$ 421.634.383 (25,7%) e o Grupo B – micro-crédito com R\$ 332.125.632 (20,2%) dos recursos disponibilizados nas operações de crédito.

O que é totalmente desproporcional é que o Pronaf B tem expressiva participação no número de contratos (49,8%). No entanto, fica com apenas 20,2% dos recursos aplicados nas operações de crédito. Essa situação revela, na prática, que o Pronaf, enquanto uma política de governo, ainda precisa avançar no sentido de repensar sua estrutura de fornecimento de crédito, pois os números mostram que o agricultor familiar mais capitalizado, com renda média entre R\$ 2 a R\$ 60 mil por ano, está sendo beneficiado com grande parte dos recursos do Programa.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007.

Figura 23 – Bahia: recursos do Pronaf aplicados em percentual por linha de crédito – 2000/2007*

Com base na Figura 23, compreende-se que 66,9% dos recursos foram liberados para os Grupos C, D, e E, enquanto apenas 31,5% disponibilizados para o micro-crédito rural (Pronaf B) e para os assentados da Reforma Agrária (Pronaf A e A/C). Essa desigualdade contrasta fortemente com os 71,5% de agricultores familiares da Bahia, que segundo dados do MDA (2006), oriundos das tabulações do convênio FAO/INCRA (1996), estão no patamar de baixa renda a quase sem renda.

Portanto, é necessário repensar a espacialização do programa, não só no

estado da Bahia, mas em todo o Brasil, principalmente na Região Nordeste, onde cerca de 80% dos agricultores familiares são considerados, conforme FAO/INCRA (1996), como de renda baixa, a quase sem rendimentos.

4.4 CRÉDITO RURAL DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

O Município de Feira de Santana apresenta uma situação um pouco diferente com relação ao que foi observado no estado da Bahia e nos números totais do Brasil. Em Feira de Santana, o Pronaf B predomina com relação às demais linhas de crédito do Programa. A Tabela 15 e a Figura 24 evidenciam que o micro-crédito rural do Grupo “B” concentra a maioria dos contratos do Pronaf, efetuados no município.

Verifica-se que o Grupo “B” é responsável por 5.178 (94,9%) dos contratos, o Grupo “C” vem em seguida com 244 (4,5%) dos contratos e o Grupo “D” também aparece em destaque com 23 (0,4%) dos contratos, as demais linhas juntas somam 0,2% (09 contratos).

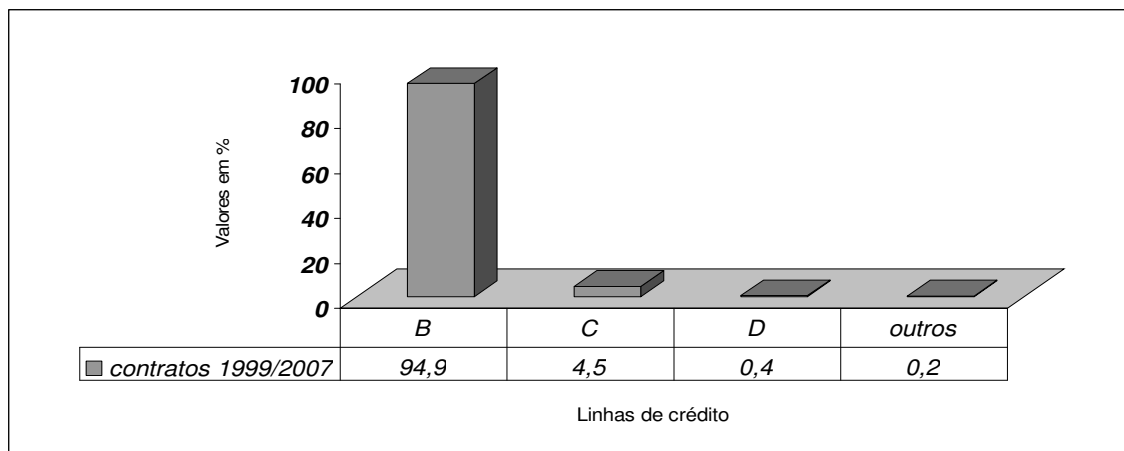
Tabela 15 – Feira de Santana: número de contratos do Pronaf por linha de crédito e ano agrícola - 1999 a 2007*.

Linhas de crédito do Pronaf	1999 /2000	2000 /2001	2001 /2002	2002 /2003	2003 /2004	2004 /2005	2005 /2006	2006 /2007
A/AC	-	-	-	1	-	-	-	-
B	-	-	851	600	366	1.858	1.032	471
C	93	31	8	1	8	92	9	2
D	4	8	3	1	-	3	3	1
E	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem enquadramento	-	-	-	-	-	6	-	-
Agroindústria Familiar	-	-	-	-	-	-	-	-
Mini-produtores	-	-	-	-	-	2	-	-
Total	97	39	862	603	374	1.961	1.044	474

Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007; – dado numérico igual a zero.

Em números totais, de 1999 a abril de 2007, foram efetuados 5.454 contratos no município, o que atinge apenas 0,7% do total de operações realizadas no estado da Bahia nesse período. Com relação ao Pronaf B, as operações em Feira de Santana totalizaram 5.178 contratos, o que representa 1,4% do total de contratos do

Grupo “B” no estado da Bahia.

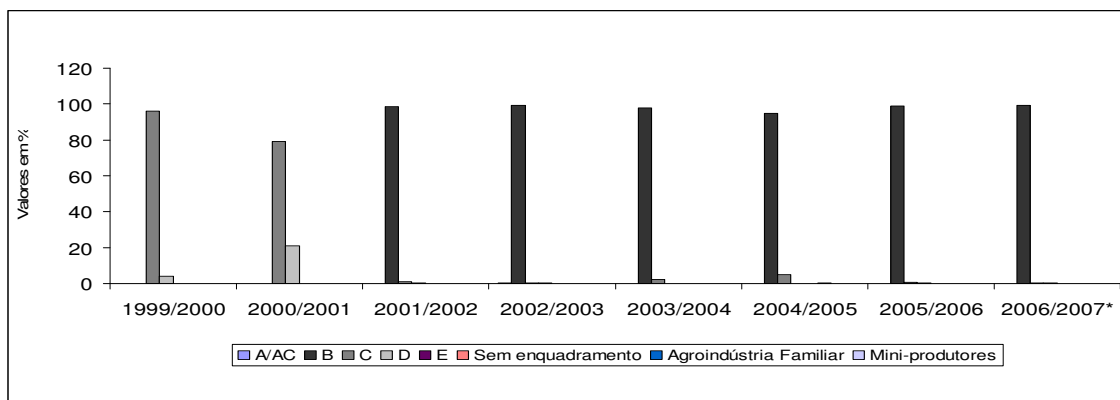


Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007.

Figura 24 – Feira de Santana: número de contratos do Pronaf em percentual por linha de crédito – 1999 – 2007*

Na Figura 25 e Tabela 16, pode-se avaliar o número de contratos do Pronaf ano a ano. Registra-se que entre 2004 e 2005 houve forte dinâmica do Programa em Feira de Santana. Nesse período, foi efetuado o maior número de contratos: 1.961. O que chama a atenção é que pela primeira vez, desde a chegada do Programa ao município, duas operações de crédito foram realizadas por meio da linha especial de crédito voltada para atender mini-produtores, disponibilizando R\$ 33.872 mil para esse segmento da agricultura familiar. Verifica-se também, que no período em questão, houve o maior número de operações do grupo “B” do Pronaf, com a efetivação de 1.858 contratos.

É válido afirmar que no referido período aconteceram as eleições para prefeitos e vereadores nos municípios, o que certamente contribuiu para que houvesse um aumento no número de contratos do Pronaf, uma vez que, historicamente, esses programas de Governo sempre foram utilizados como moeda política em ano de eleição.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007.

Figura 25 – Feira de Santana: número de contratos do Pronaf em percentual por linha de crédito e ano agrícola – 1999 – 2007*

No que diz respeito à aplicação de recursos pelas diversas linhas de crédito do Pronaf, pode-se dizer que o micro-crédito do Grupo “B” concentrou as maiores somas. Foi aplicado no período entre 1999 até o mês de abril do ano de 2007, um total de R\$ 5.152.132,00 na agricultura familiar do município. Desses, R\$ 4.554.470 (88,4%) direcionados para o micro-crédito rural (Pronaf B), R\$ 437.615 (8,5%) para o Pronaf C, R\$ 166.492 (3,2%) para o Pronaf D e R\$ 90.570 (1,8%) para outras linhas de crédito do Programa (Tabela 16 e Figura 26).

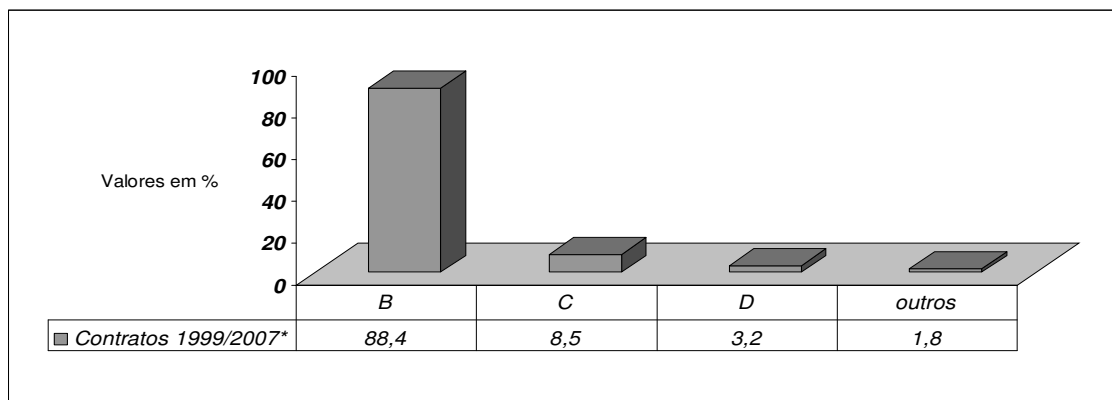
Tabela 16 – Feira de Santana: recursos aplicados (R\$ 1,00) por linha de crédito do Pronaf e ano agrícola – 2000 a 2007*

Linhas de crédito	2000 /2001	2001 /2002	2002 /2003	2003 /2004	2004 /2005	2005 /2006	2006 /2007
A/AC	0	0	4.050	0	0	0	0
B	0	425.500	300.000	365.910	1.857.560	1.032.000	573.500
C	38.813	5.373	3.896	34.913	198.261	63.048	9.748
D	12.714	18.720	10.990	-	40.604	52.294	13.668
E	-	-	-	-	-	-	-
Sem enquadramento	-	-	-	-	56.698	-	-
Agroindústria Familiar	-	-	-	-	-	-	-
Mini-produtores	-	-	-	-	33.872	-	-
Total	51.527	449.593	318.936	400.823	2.186.995	1.147.342	596.916

Fonte: Elaborada por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007: – dado numérico igual a zero.

Em sintonia com o número de contratos, o período entre os anos de 2004 e 2005 registrou maior montante de recursos aplicados, com total de R\$ 2.186.995

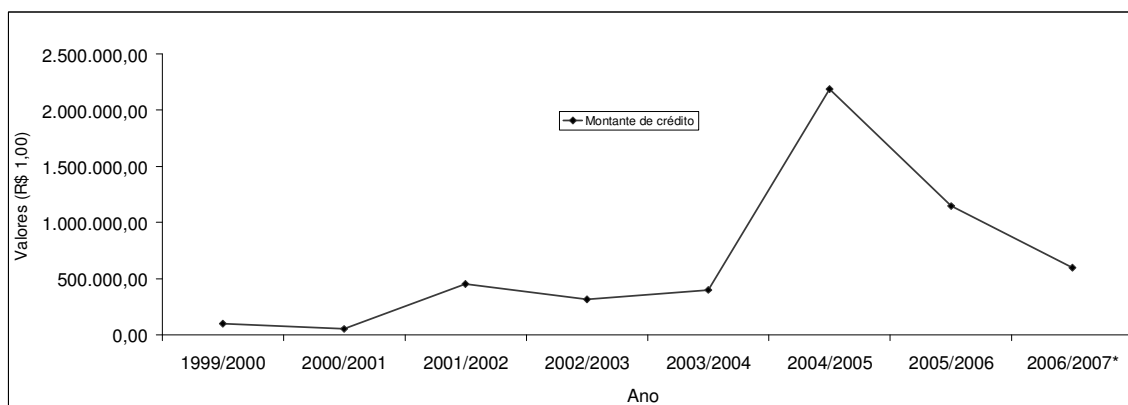
liberados para as operações efetuadas. Mais uma vez, o Pronaf B ficou em destaque com R\$ 1.857.560 aplicados no micro-crédito rural.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007.

Figura 26 – Feira de Santana: recursos aplicados em percentual por linha de crédito do Pronaf – 1999 – 2007*

Houve forte crescimento do montante de recursos aplicados através do Pronaf no município até o período compreendido entre os anos de 2004 e 2005. Daí por diante, percebe-se uma diminuição na aplicação de recursos (Figura 27). No intervalo entre o ano de 2006 a abril de 2007, foram efetuadas apenas 474 operações do Pronaf, das quais onde 471 foram do Grupo “B”, 2 do “C” e apenas 1 do Grupo “D”. Nesse período não houve nenhuma operação com as demais linhas do Programa.



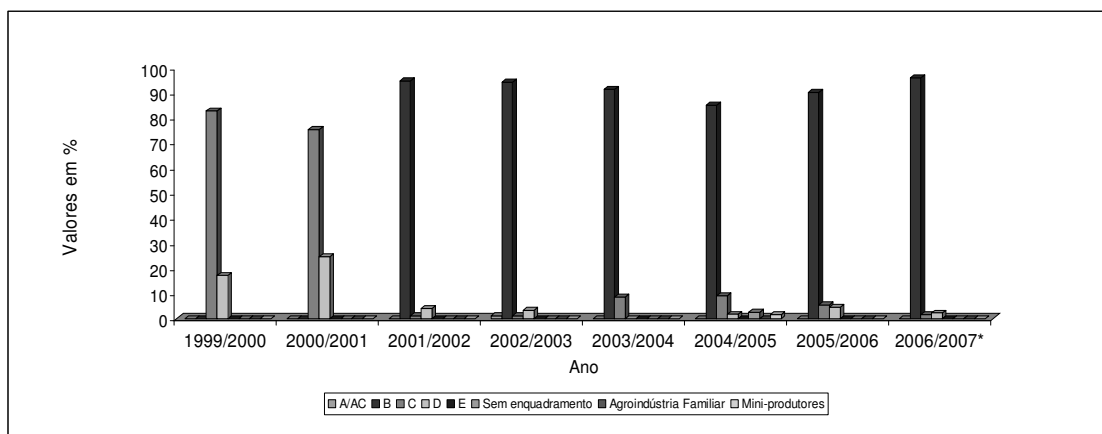
Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007.

Figura 27 – Feira de Santana: recursos do Pronaf aplicados por ano agrícola – 1999/2007*

Analisando o montante de recursos aplicados anualmente, verifica-se que entre os anos de 1999 a 2001, não existia o micro-crédito do Pronaf B, tal como existe atualmente, porém, a partir de 2001, essa linha de crédito vai dominar completamente as operações contratuais e os recursos oriundos do Programa no município de Feira de Santana.

A Figura 28 mostra que desde o ano de 2001, o Pronaf B vem concentrando mais de 90% dos recursos, com 95% entre os anos de 2001/2002, 94% entre 2002/2003, 91% entre 2003/2004, 85% entre 2004/2005, 90% entre 2005/2006 e fechando com 96% entre 2006 ao mês de abril de 2007.

Essa forte predominância do micro-crédito rural no município de Feira de Santana é reflexo da pobreza rural existente, onde, segundo dados do MDA (2006), com base nas tabulações FAO/INCRA (1996), disponível no banco de dados do MDA, 18,6% dos estabelecimentos rurais familiares são considerados de baixa renda e 54,5% como quase sem renda, o que mostra que 73,1% dos estabelecimentos rurais familiares do município são assolados por um profundo estado de pobreza rural.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007.

Figura 28 – Feira de Santana: recursos aplicados em percentual por linha de crédito do Pronaf e ano agrícola – 1999 – 2007*

A baixa condição sócio-econômica dos agricultores familiares, cuja renda gira em torno de R\$ 2 mil por ano, os aproxima bastante do Pronaf B, o qual é voltado para agricultores com renda de até R\$ 3 mil por ano, e os distancia das demais linhas de crédito do Pronaf, visto que essas exigem um público com rendimentos

entre R\$ 2 a R\$ 60 mil por ano. Na Tabela 17, pode-se observar claramente a forte predominância do Pronaf B, no que diz respeito ao número de contratos firmados no município de Feira da Santana.

Tabela 17 – Feira de Santana: percentual do número de contratos do Pronaf B com relação ao número total – 1999/2007*

Anos	Total de contratos do Pronaf	Contratos do Pronaf B em %
1999	97	-
2000	39	-
2001	862	98,7
2002	603	99,5
2003	374	97,9
2004	1.961	94,7
2005	1.044	98,8
2006	474	99,3
Total	5.454	% Médio 94,9

Fonte: Por Santos, J., com base no banco de dados do crédito rural do Pronaf, MDA (2007). * dados até abril do ano de 2007: – dado numérico igual a zero.

Entraves como a permanência do latifúndio, a fragmentação do estabelecimento familiar, que já é pequeno, em média 6 ha e que acaba ficando ainda menor, com a divisão por herança ou pela venda; a falta de acesso a educação, técnicas agropecuárias, insumos agrícolas, integração ao mercado e participação nas políticas de Governo, contribuem para a permanência da pobreza rural no campo, o que dificulta bastante a inclusão dos agricultores familiares nas linhas de crédito do Pronaf, as quais disponibilizam maior quantidade de recursos para investimento e custeio da produção.

Uma outra questão passível de críticas é a inexistência de contratos com a linha especial do Pronaf, voltada para a agroindústria familiar, a qual destina recursos para investimentos e custeio que visam o beneficiamento, processamento, comercialização da produção agropecuária e também de produtos florestais, extrativismo, ou de produtos artesanais e até exploração de turismo rural.

Também não existe contrato com a linha especial do Pronaf destinada para Cooperativas (Pronaf Cotas - Parte) de produção familiar, em que, no mínimo, 90% de seus sócios ativos devem ser classificados como agricultores familiares. Isso demonstra que o desenvolvimento do cooperativismo e o beneficiamento dos produtos agropecuários não estão sendo prioridades no perfil do desenvolvimento rural do município, o que dificulta muito a integração dessa massa de agricultores familiares ao mercado.

Diante das questões expostas, cabe uma análise mais detalhada sobre os impactos que o Pronaf, especificamente o Grupo “B”, vem causando no espaço rural do município, principalmente no que compete à renda, ocupação da mão-de-obra e melhorias na vida dos agricultores familiares cadastrados no Pronaf B.

5 IMPLICAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF

Neste momento da pesquisa o objetivo é mostrar os principais impactos causados pelo Pronaf no espaço rural do município de Feira de Santana. Para tanto, a observação direta em campo, juntamente com as entrevistas realizadas e os questionários aplicados foram fundamentais. Os resultados mostram que o Programa vem tendo papel importante no contexto político, econômico e social dos agricultores familiares do município.

Os resultados atestam que o Pronaf pode ser considerado um instrumento de emancipação social e autonomia para os agricultores, frente às condições de pobreza e dependência política e financeira, porém, concluiu-se que o Programa tem sérias deficiências que, se não forem corrigidas, dificilmente poderá contribuir para melhorar as condições de vida dos agricultores familiares em Feira de Santana.

O estudo das variáveis, renda, ocupação da mão-de-obra e melhorias de condições de vida, revelaram que, desde a chegada do Programa, em 1999, até o ano de 2006, houve aumento na produção agropecuária e na renda média dos agricultores familiares. Verificou-se também mudanças no comportamento da mão-de-obra, pois se atestou que o agricultor está dedicando mais tempo ao trabalho, no estabelecimento rural, juntamente com sua família. A questão é que essas mudanças, verificadas nas variáveis, não se concretizaram em melhoria nas condições de vida para grande parte dos agricultores familiares do município.

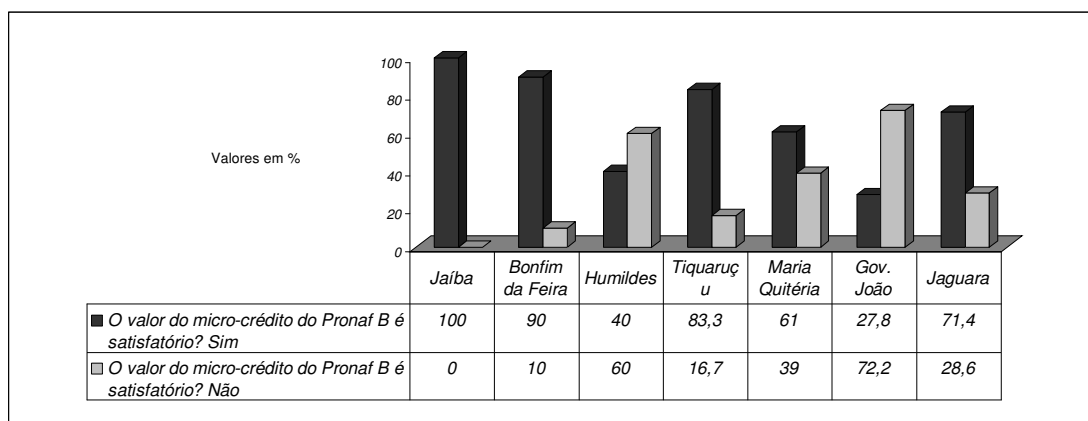
5.1 IMPLICAÇÕES DO PRONAF NA RENDA FAMILIAR

A renda familiar é uma das três variáveis analisadas nesta pesquisa, pois é uma componente essencial para avaliar se houve ou não melhorias nas condições de vida para os agricultores familiares de Feira de Santana, visto que um dos principais objetivos do Pronaf é gerar condições que garantam melhorias nos rendimentos das famílias que praticam a agricultura familiar. A pesquisa de campo verificou que o Programa vem tendo papel de destaque no aumento da renda dos agricultores familiares de Feira de Santana, e que, para a maioria dos agricultores, a

quantia financiada pelo micro-crédito do Pronaf está sendo satisfatória para a realização de investimentos no estabelecimento.

Até o ano de 2006, o Pronaf disponibilizava ao agricultor do grupo “B” um total de R\$ 3.000, com saques de no máximo R\$ 1.000 por vez, em três operações, com juros de 1% ao ano, prazo de dois anos para pagar a parcela e 25% de abatimento no valor da parcela, em forma de bônus, para os agricultores que pagarem na data determinada pelo banco. Atualmente, o Grupo B está disponibilizando um valor total de R\$ 4.500, sendo os saques de no máximo R\$ 1.500 por vez em três operações. Além do valor, mudou a forma de pagamento. Agora o agricultor paga metade do que recebeu, mais o juro de 1% depois de um ano, e a outra metade no ano seguinte.

O grau de satisfação dos agricultores com o micro-crédito disponibilizado pelo Programa é retratado na Figura 29. Verifica-se que, na maioria dos distritos, os agricultores estão satisfeitos com o valor disponibilizado para o Grupo “B”. O Distrito de Jaíba com 100%, Bonfim da Feira, 90% e Tiquarucu, 83,3%, estes são os que tiveram maiores percentuais de agricultores satisfeitos com o valor financiado pelo micro-crédito rural. Já nos Distritos de Gov. João Durval com 72,2%, e Humildes, 60%, a maioria dos agricultores entrevistados se mostraram insatisfeitos com o valor do financiamento.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base na pesquisa de campo.

Figura 29 – Feira de Santana: percentual de satisfação com o valor do micro-crédito do Pronaf B – 2007.

No total, o percentual médio do município ficou em 54,9% de agricultores

satisfeitos e 45,1% de insatisfeitos. Sendo o patamar de proximidade entre os que aprovam e desaprovam, uma diferença percentual de apenas 9,8%, o valor oferecido revela que, de certa forma, o micro-crédito não está contemplando determinados tipos de investimentos.

O percentual de 60% de agricultores insatisfeitos no Distrito de Humildes expressa o tipo de investimento que é feito com o crédito nessa localidade. O distrito é marcado por pequenos estabelecimentos, geralmente muito próximos uns dos outros e sofre com uma constante pressão demográfica, com várias famílias vivendo num mesmo estabelecimento rural. Nesse distrito, grande parte do crédito é investido em criação de galinhas, porcos, cultivo de hortaliças e frutas.

O valor oferecido pelo Pronaf B tem se mostrado suficiente para o cultivo de determinadas lavouras, como mandioca, feijão e milho, e criação de galinhas. Porém, não é suficiente para investimentos maiores como, por exemplo, criação de suínos, no caso do agricultor que não possui uma estrutura montada para o criatório de bois, avestruzes, entre outros. As reclamações com relação ao valor do crédito em Humildes e Gov. João Durval, entre outras questões, estão ligadas a esse fato.

Em Humildes, boa parte dos agricultores direciona o financiamento para a criação de suínos, sendo que a maioria não possui estrutura montada, comprometendo a eficiência do crédito, uma vez que o custo da estrutura básica de criação e da alimentação dos animais compromete os rendimentos. Um agricultor residente no Distrito de Humildes explicou que:

É muito difícil aqui, o dinheiro é pouco, aqui muita gente cria porco, mas para a gente que não tem criatório é difícil, se for comprar os bichos, ração e tudo, o dinheiro do Pronaf não dá, é melhor criar galinha mesmo, é mais fácil e o dinheiro dá, come menos e de noite fica em qualquer pé de pau.

No Distrito Gov. João Durval, que tem predomínio de estabelecimentos rurais de porte médio, entre 5 a 200 ha, forte na pecuária e plantação de fumo, muitos agricultores, contrariando a orientação do Programa, investem na criação de gado, ou seja, num tipo de criação em que um valor, entre R\$ 3.000 a 4.500, não vai surtir muito efeito, bem como o tempo que demora para dar retorno, em média 24 meses.

Outro problema identificado nesse distrito é que boa parte dos pronafianos não possui terra, ou seja, adquirem o crédito por meio de contrato de comodato, e aplicam o recurso do Programa na produção em terras de terceiros, mediante

regime de parceria ou arrendamento. Essas relações de produção fazem com que parte da renda do agricultor seja diretamente transferida para o proprietário da terra, conforme constata Silva, L. (1991),

Seja na grande, ou seja, na pequena exploração e suas variantes intermediárias, inclusive nos regimes de parceria [...] o que está sempre presente é a exploração econômica. Exploração que se materializa na apropriação de trabalho não pago, incorporado à mercadoria, por parte daqueles que detêm o controle dos meios e dos instrumentos de trabalho (SILVA, L., 1991, p. 64).

O fato de não ter terra para produzir ou possuir um estabelecimento muito pequeno, que também não permite uma produção satisfatória para a sobrevivência da família, cria uma situação de subordinação dos trabalhadores rurais sem terra e agricultores familiares àqueles que detêm o monopólio da terra. Essa subordinação se traduz em dominação política e expropriação da renda desses trabalhadores. Frank (2005) explica que o processo histórico de monopolização da terra no Brasil coloca o agricultor sem terra numa situação de perda de grande parte de sua renda. O autor diz que:

A monopolização da terra obriga os não possuidores, e mesmo os pequenos proprietários, a comprar acesso a esse recurso decisivo ou a seus frutos. Não tem outro modo de fazê-lo se não vendendo seu trabalho ao próprio comprador monopolista (FRANK, 2005, p. 86).

Essa constatação revela que a concentração fundiária existente no distrito e no município, como um todo, é um empecilho ao sucesso do Programa, pois parte da renda é escoada para os que detêm o monopólio da terra. No regime de parceria, o agricultor paga pelo uso ao proprietário do estabelecimento, sendo o pagamento feito em produtos. Já no caso de pagamento pelo uso da terra em dinheiro, este se dá na relação de arrendamento. No Distrito Gov. João Durval, verificou-se que a forma de pagamento geralmente acontece em produtos, o que caracteriza a relação de parceria.

Segundo informações do Banco Brasil (BB), cerca de 50% dos contratos do Pronaf realizados no município são feitos por meio de contrato de comodato ou declaração de posse da terra por herança. O contrato de comodato reflete um acordo entre o agricultor familiar sem terra e o proprietário de um estabelecimento rural, para que o agricultor possa produzir no estabelecimento durante determinado

tempo. Esse acordo permite ao trabalhador rural sem terra poder participar do programa, visto que terá onde aplicar o recurso financiado pelo Pronaf.

Com relação ao alto percentual de agricultores, que são obrigados a fazer contratos para trabalhar em terras de terceiros, por não possuir um estabelecimento próprio, Silva, L. (1991), declara que esse processo reflete as implicações da questão agrária brasileira. Com base nisso, a autora afirma que:

Os desdobramentos dos problemas sociais e econômicos envolvem uma fração significativa da população agrária brasileira. Mais de 50% são trabalhadores assalariados – expropriados, ou semi-expropriados – e um outro percentual significativo diz respeito aos micro e pequenos proprietários, parceiros, meeiros e pequenos arrendatários. Esse contingente constitui a base da pirâmide populacional do quadro agrário que, de uma forma aproximada, corresponde a uns 90% sobre o total da população do campo [...] (SILVA, L., 1991 p. 62).

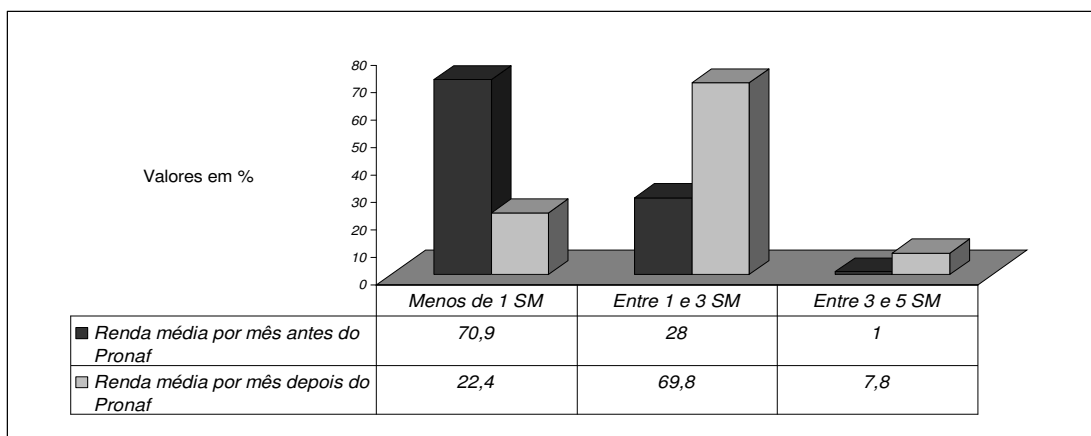
Essa realidade é verificada em Feira de Santana através do forte monopólio da terra, visto que, de acordo com o IBGE (1996), 25% da área rural do município está concentrada em apenas 20 estabelecimentos, sendo que o município possui um total de 3.926 estabelecimentos rurais.

Em meio à avaliação sobre a satisfação dos agricultores com o valor do micro-crédito, o servidor do Banco do Nordeste (BNB) responsável pelo setor de elaboração dos contratos do Pronaf no município, explicou que o micro-crédito é tido, pelo Programa, muito mais como uma espécie de preparação do agricultor familiar para que este comece, aos poucos, a assumir responsabilidades com metas de produção e compromissos financeiros, e com isso poder participar de outras linhas do Programa, como por exemplo, o Pronaf C, D e E, as quais trabalham com financiamento entre R\$ 4.500 a R\$ 60.000.

Em linhas gerais, verifica-se que o Pronaf vem contribuindo para o aumento da renda dos agricultores familiares do município. Antes do Programa, 68,2% alegaram que a renda obtida pela família não era satisfatória à sobrevivência e 31,8% afirmaram que já possuíam renda familiar satisfatória. Já com o Pronaf, 85,4% dos agricultores disseram que estão tendo renda satisfatória, o que retrata um expressivo aumento percentual de 53,6% e apenas 14,6%, mesmo fazendo parte do Programa, continuam com renda insuficiente à sobrevivência.

Antes do Pronaf, a renda média mensal de 70,9% dos agricultores familiares era menor que um salário mínimo, 28% entre um e três salários mínimos e apenas

1% era maior que um salário mínimo. Essa situação revela a marcante pobreza característica em grande parte da zona rural brasileira. Depois do Programa, observa-se um aumento de 28% para 69,8% no percentual de agricultores ganhando entre um e três salários mínimos e de 1% para 7,8% com renda média por mês acima de três salários mínimos. Em contrapartida, houve uma diminuição percentual de 70,9% para 22,4% nos que obtinham renda menor que um salário mínimo (Figura 30).



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base na pesquisa de campo.

Figura 30 – Feira de Santana: renda média mensal dos agricultores familiares – 2007.

Os números são positivos quando se discute a questão da renda, porém deve-se ter cuidado com conclusões apressadas, visto que, outros programas como por exemplo, o Bolsa Família, que disponibiliza até R\$ 90,00 por mês, é distribuído entre as famílias mais carentes, o que, até certo ponto, também contribui no apoio a determinadas atividades no meio rural. Outro recurso financeiro à disposição para parte da população é o benefício da Previdência Social, que, em muitos casos, é o recurso básico de sobrevivência para grande número de famílias com membros aposentados ou inválidos.

É válido observar que o sistema previdenciário do país é uma fonte de renda de grande importância, sobretudo, para a zona rural, já que as atividades agropecuárias variam em tempo e espaço, principalmente devido a variações meteorológicas e relações de produção, o que implica, muitas vezes, em situações de pobreza crônica, falta de produção, principalmente nas regiões mais áridas da Bahia e do Nordeste.

Em Feira de Santana, a aposentadoria e a pensão representam, além de outras coisas, uma oportunidade de sobrevivência para muitas famílias, pois segundo dados do MDA (2006), com base nas tabulações FAO/INCRA (1996), 73,1% dos estabelecimentos rurais familiares do município são assolados por um profundo estado de pobreza rural. A SEI (1999b) reforça esses argumentos, afirmando:

Ressalta-se a importância dos benefícios previdenciários no meio rural como fonte de renda para muitas famílias ou indivíduos, cuja situação laboral, antes do benefício, caracterizava-se por ser típica, ou predominantemente rural, na condição de produtor ou trabalhador, e é com 1 salário mínimo que sobrevivem quase 100% dos aposentados, pensionistas, e demais beneficiários do meio rural. Ao mesmo tempo em que tal renda apresenta-se como uma quantia irrisória (dado o valor do salário mínimo nominal e real), consiste numa alternativa segura e garantida, complementar ou até única, principalmente quando dos momentos mais críticos de seca, de muitas famílias rurais, residentes no campo ou em áreas urbanas.

Feitas as ressalvas, certamente os recursos do Pronaf contribuíram para possíveis melhorias na renda da agricultura familiar em Feira de Santana, porém problemas identificados na prestação de assistência técnica, promoção do acesso a novas tecnologias e inclusão dos produtos da agricultura familiar ao mercado, eliminam a possibilidade de maiores rendimentos na produção, o que contribuiu para que, mesmo fazendo parte do Programa, apenas 7,8% das famílias tenham conseguido obter renda acima de três salários mínimos.

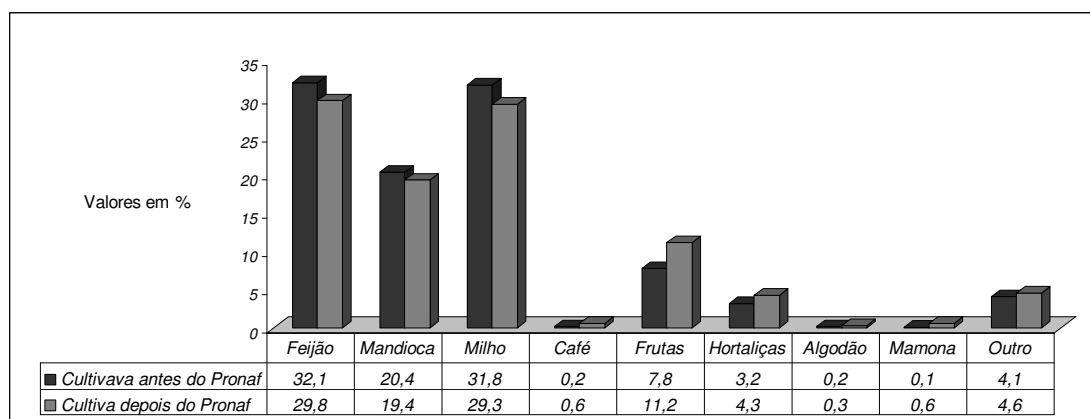
A melhoria na renda reflete a taxa de inadimplência dos agricultores junto ao Programa no município, a qual, segundo o BB e o BNB, é em torno de 4%, o que é considerada baixa pelas instituições financeiras. Segundo os bancos, o rebate (desconto de 25%) no pagamento da parcela do Pronaf B é um instrumento que incentiva o agricultor a pagar antes da data estipulada, e ao mesmo tempo o beneficia, pois ao final, paga menos do que recebeu. O servidor do BB, se referindo ao pagamento do crédito, explicou que:

Até agora, nos dois anos que estou fazendo contratos do Pronaf, os agricultores estão pagando antes do tempo, para receber o rebate. É uma vantagem que ajuda. Além do Pronaf B, as outras linhas também estão pagando em dia, a inadimplência até agora está pequena, cerca de 4%.

A constatação de aumento na renda média dos agricultores foi comprovada,

porém cabem as seguintes perguntas: a partir de que fator essa renda está sendo gerada? Até que ponto o agricultor familiar está se beneficiando da mesma? E de fato para que serve esse aumento de renda? Para responder a essas perguntas cabe uma análise sobre que tipo de investimento foi feito com os recursos do Pronaf B no município, como os agricultores se apropriam dos rendimentos de sua produção a partir desses investimentos e como se dá o apoio governamental ao longo desse processo, no que diz respeito à assistência técnica e aquisição da produção.

Os agricultores familiares estão aplicando os recursos do Pronaf na produção agropecuária. Ao longo do trabalho, verificou-se que os investimentos estão atendendo basicamente ao cultivo de lavouras temporárias e à criação de animais. Conforme atesta a Figura 31, a agricultura no município é voltada basicamente para o cultivo de feijão, milho e mandioca, contudo, destaca-se também o cultivo de hortaliças e frutas, principalmente a acerola no Distrito de Humildes. O que chama a atenção é que não houve introdução de novos tipos de lavouras com o crédito do Programa; os agricultores continuaram cultivando praticamente as mesmas lavouras, com poucas alterações.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base na pesquisa de campo.

Figura 31 – Feira de Santana: lavouras cultivadas pelos agricultores familiares – 2007.

Com a chegada do Pronaf, houve uma pequena diminuição no número de agricultores familiares que cultivam feijão, milho e mandioca. Antes do Programa, era de 84,4% o percentual total de agricultores que cultivavam feijão, mandioca e milho; depois do Programa, 78,5% declararam continuar com as mesmas

plantações, o que se traduz numa redução percentual de 5,8%. Quanto ao cultivo de frutas e hortaliças, a pesquisa mostrou que 7,8% dos agricultores produziam frutas e 3,2%, hortaliças, antes do Programa; agora, 11,2% e 4,3% declararam estar cultivando esses produtos.

Esses dados permitem afirmar que o Pronaf vem provocando certa dinâmica na produção agropecuária, a partir do micro-crédito rural, o qual possibilita ao agricultor familiar aumentar o cultivo de determinadas lavouras e também passar a cultivar outras, como se verificou com o crescimento do número de agricultores produzindo frutas e hortaliças (alface, coentro, cebolinha e outras). Porém, existe baixa mobilidade no tipo de cultura produzida, com a continuidade absoluta das plantações de feijão, milho e mandioca. Essa situação está relacionada a questões culturais, econômicas e técnicas.

Pode-se inferir que grande parte dos agricultores prefere trabalhar com lavouras as quais já estão acostumados a lidar no dia a dia e que, ao longo de suas vidas, viram seus avôs e pais lidarem também, como é o caso da mandioca, feijão e milho. Outro fator é a limitação técnica, visto que os agricultores produzem, na maioria dos casos, de forma rudimentar, utilizando técnicas de preparo da terra, plantio e colheita, herdadas como conhecimento coletivo dos agricultores mais velhos. Esse fator inibe o agricultor de trabalhar com outras culturas, das quais não dominam as técnicas de produção.

No momento da produção, a questão da alimentação da família, mercado e tamanho do estabelecimento é fundamental, pois além das culturas tradicionais terem peso nessa alimentação, principalmente a mandioca com a produção de farinha, os agricultores já possuem compradores para os produtos, seja através do atravessador que pega a produção no estabelecimento, ou o que compra na Ceasa. A melhoria na assistência técnica e abertura de mercados para novos produtos agropecuários certamente funcionarão como elementos incentivadores à produção de outras lavouras.

De acordo com o STR, a mandioca, o feijão e o milho são culturas adaptadas às condições climáticas da região, apresentam baixo custo e ciclo rápido de produção, além do fato de que o feijão e o milho podem ser cultivados de forma consorciada, o que ajuda bastante, devido ao tamanho reduzido (em média 2 ha) da maioria dos estabelecimentos no município. Diante desse contexto, Santos, L. (1996) diz que:

Nos cultivos de subsistência há predomínio de consorciamento [...]. Este é explicado principalmente pela escassez de terras, constituindo também em uma estratégia por parte dos camponeses, apesar de diminuir a produtividade da terra (SANTOS, L. 1996, p.54).

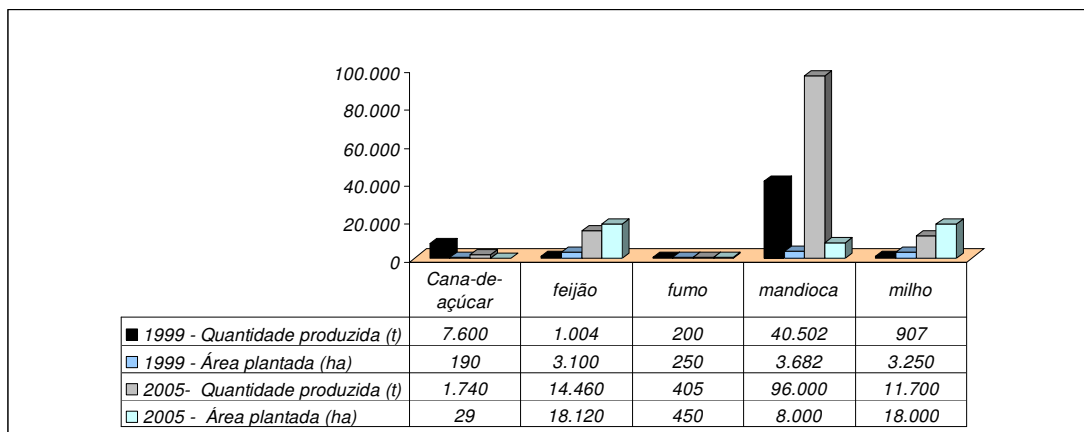
Em meio ao debate, constata-se que o Pronaf causou pequena diminuição no número de agricultores familiares que produzem as culturas tradicionais (feijão, milho e mandioca), características da agricultura familiar da região Nordeste. Atribui-se essa mudança ao Pronaf, uma vez que, desde o ano de 2001, o Programa vem, através do micro-crédito, injetando capital nos agricultores familiares, o que gerou possibilidades de investimento para os agricultores na produção de outras culturas, para vender a supermercados e/ou de porta em porta nos distritos e na cidade.

O estudo mostrou que houve um deslocamento de parte desses agricultores para trabalhar com outras atividades, principalmente cultivo de frutas, hortaliças e criação de animais. É importante ressaltar que essa mudança não reflete diminuição da quantidade produzida de feijão, milho e mandioca, muito pelo contrário, com a chegada do crédito rural, houve expressivo aumento de área plantada e da quantidade produzida de grande parte das lavouras do município, assim como a criação de animais.

A Figura 32 compara a quantidade produzida e a área plantada das principais lavouras temporárias do município, entre os anos de 1999 a 2005²¹. Nesse intervalo, verifica-se que houve forte expansão, tanto na área plantada quanto na quantidade produzida das culturas.

Os dados comprovam o incremento que o Programa está causando na agricultura familiar de Feira de Santana, contudo é importante chamar a atenção quanto à questão da produtividade, pois esse aumento verificado na quantidade produzida deve-se à ampliação da área plantada, o que não pode ser entendido necessariamente como aumento na produtividade, pois seu aumento significa produzir, por exemplo, mais toneladas de feijão por ha, o que não vem acontecendo no município.

²¹ É válido ressaltar que o Pronaf foi implantado no município em 1999 e que o micro-crédito rural, na modalidade do Pronaf "B", passou a ser ofertado a partir de 2001. Com base nisso, busca-se analisar a variação na produção agropecuária entre os anos de 1999 e 2005, ou seja, antes e depois do Programa. O ano de 2005 dispõe dos dados mais atualizados até o momento pelo IBGE, publicados na Pesquisa Agrícola e Pecuária Municipal.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base no IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal de 1999 e 2005.

Figura 32 – Feira de Santana: principais lavouras temporárias cultivadas – 1999-2005.

O ganho na produtividade é um dos principais objetivos do Programa, porém, em Feira de Santana, ainda não está ocorrendo um crescimento real. Por exemplo, o feijão que em 1999 teve uma produção média de 0,32 t/ha, passou para apenas 0,79 t./ha em 2005. Há que se levar em conta, também, as condições meteorológicas do local, as quais podem fazer variar bastante a produtividade das lavouras entre um ano e outro.

O baixo ganho de produtividade é preocupante pelo fato de que o público do Pronaf, principalmente do grupo “B”, possui pouca extensão de terra, ou seja, são estabelecimentos com até 5 ha. Se não houver um significativo crescimento na produtividade desses estabelecimentos, o crédito rural vai girar em círculos e mal vai conseguir garantir o abastecimento familiar, e, muito menos, inserir o agricultor no mercado, visto que o objetivo do Programa é garantir o abastecimento da família e gerar excedente na produção, para que esse possa ser comercializado no mercado, garantindo a segurança alimentar e o bem estar dos agricultores.

Um fator que tem interferência direta na questão da produtividade e conseqüentemente na renda dos agricultores, é a assistência técnica. O acesso à tecnologia, pelos agricultores vinculados ao Pronaf, é um elemento importante para o sucesso do Programa, inclusive esse é um dos principais objetivos, que visa modernizar o sistema produtivo do agricultor, e, com isso, proporcionar aumento de produtividade com menores custos de produção e melhor qualidade nos produtos agropecuários. Silva (2003), com relação à importância da assistência técnica e acesso do agricultor à tecnologia, afirma que:

Assim, a introdução de novos processos técnicos, como a mecanização, adubação química, a irrigação, etc., as transformações nas relações sociais de trabalho, a divisão mais eficiente das tarefas agrícolas, enfim as modificações destinadas a incrementar a produtividade na agricultura, se traduzem não apenas no aumento do trabalho excedente da própria agricultura: elas contribuem, também, para rebaixar o valor da força de trabalho na sociedade como um todo. (SILVA, 2003, p. 23).

Com isso, salienta-se que uma boa e regular orientação técnica garante melhores rendimentos na produção e possibilita ao agricultor familiar ter mais segurança na aplicação dos recursos do Pronaf.

No sentido de avaliar a situação dos agricultores, com relação à assistência técnica, antes e depois do Pronaf, verificou-se que, com o Programa, houve um aumento na prestação desse serviço ao agricultor familiar no município de Feira de Santana. Assim, quando questionado sobre assistência técnica, antes do acesso ao crédito rural do Pronaf, 86,3% dos pequenos agricultores responderam que não recebiam nenhum tipo de auxílio nesse sentido e apenas 13,7% disseram já ter recebido apoio técnico. Com o Pronaf, houve uma presença maior de assistência técnica rural entre os agricultores, pois 66% afirmaram que continuam sem a assistência e 34% responderam que com Programa também veio o apoio técnico.

Por meio do Pronaf houve um aumento percentual de 20,3% na prestação de assistência técnica aos agricultores cadastrados, porém, não pode passar despercebido que a maioria, 66%, ainda continua desprovida de qualquer apoio técnico, o que compromete consideravelmente a meta do Programa de modernizar o sistema produtivo de seu público alvo.

Além do percentual de prestação de assistência técnica, deve-se considerar, também, o tipo de assistência oferecida, pois a maioria dos entrevistados respondeu que não recebeu apoio individual, mas sim, através de reuniões coletivas, ou seja, palestras sobre determinada técnica que poderá ser usada na produção, como, por exemplo, fazer correção do solo, controlar infestação nos criatórios de porcos, entre outros. De acordo com os agricultores, o auxílio, na maioria dos casos, vem através da EBDA, do STR e da SMA.

A EBDA é a empresa oficial vinculada ao Governo do estado da Bahia, devidamente credenciada junto ao MDA, para avaliar o agricultor e enquadrá-lo ou não, como agricultor familiar, através da emissão de uma declaração de aptidão à agricultura familiar (DAP), para que esse possa participar do Pronaf, e também de prestar a assistência técnica. Em entrevista, a Gerência Regional do órgão, sediado

em Feira de Santana, admitiu que a EBDA não está prestando a assistência necessária aos agricultores, afirmando que:

Nossa avaliação é crítica, a EBDA não vem cumprindo seu papel de assistência técnica, nós não somos uma empresa somente para viabilizar o crédito, o crédito tem que ser orientado, se não, não produz desenvolvimento, nossa preocupação hoje é que a empresa se estruture para que de forma efetiva, eficaz e sem interrupção, proporcione o crédito ao agricultor e também o acompanhamento desse crédito [...].

De acordo com a informante, o órgão foi totalmente desestruturado nos últimos anos, por falta de interesse dos gestores ligados ao grupo do ex-governador Paulo Souto, com a agricultura familiar. A gerência afirmou que o citado grupo, por motivos políticos estratégicos, não vinha incentivando a aplicação das políticas oriundas do Governo federal, voltadas para a agricultura familiar, como o Pronaf, Seguro Safra, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Aquisição do Leite (PAL) e outros, e que, além disso, desestruturou completamente a EBDA ao longo dos anos, inclusive deixando o órgão endividado. Com relação a essas questões a Gerência ressaltou que:

Estamos inadimplentes junto ao MDA e outros órgãos que apóiam a EBDA. Temos a necessidade de tornar a empresa adimplente para que tenhamos os recursos necessários para dar acompanhamento e capacitação aos agricultores. Tínhamos uma diretoria passada que só fazia propaganda em conformidade com o secretário de agricultura do município que nunca defendeu a agricultura familiar e sim o agronegócio, só serviam para organizar os chamados agrishows e com isso os técnicos da EBDA ficavam num picadeiro servindo a essa forma de extensão rural.

Em resumo, ficou comprovado, através da própria EBDA, que a maioria dos agricultores familiares de Feira de Santana estão desprovidos de assistência técnica, o que é extremamente prejudicial, pois os mesmos não estão recebendo capacitação e muito menos acesso à tecnologia. As conseqüências imediatas disso são: baixa produtividade das lavouras e criação de animais; baixa qualidade dos produtos; maior custo de produção; baixa competitividade dos produtos no mercado; e conseqüentemente, menor renda para os agricultores.

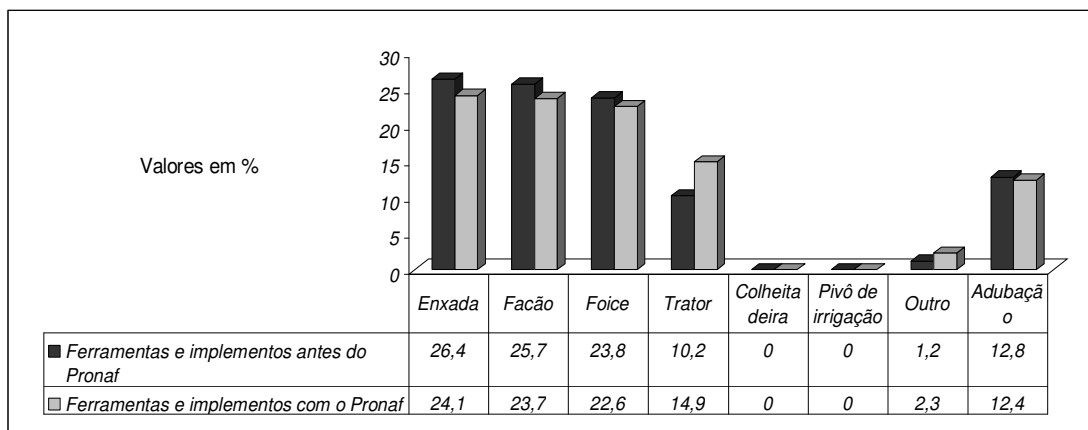
É válido lembrar que a forma de atendimento coletivo que os técnicos da EBDA estão executando no município de Feira de Santana, para atender aos agricultores vinculados ao Pronaf, não contempla as necessidades, pois esta não trabalha as individualidades de cada projeto e de cada estabelecimento rural, como

também não considera as limitações de cada agricultor, tratando a todos de forma homogênea.

As informações atestam que o problema não reside somente na questão da precariedade na assistência técnica, mas também no acesso à tecnologia. Com base nos dados da pesquisa de campo (Figura 33) verifica-se que as ferramentas e implementos utilizados na produção agropecuária são rudimentares, o que dificulta bastante a obtenção de melhorias nos índices de produtividade. Para Silva (2003), o acesso à tecnologia é uma relação social, pois este entende que a tecnologia tem caráter de classe. Para o autor, a tecnologia possui duas funções básicas na sociedade capitalista que são:

A primeira, de natureza essencialmente econômica, é a de, aumentando a produtividade do trabalho, proporcionar a formação de um lucro extraordinário para os capitais individuais. A outra, atuando como forma de dominação social, tem por finalidade a reprodução da divisão social do trabalho – portanto, reprodução das classes sociais – para a manutenção do modo capitalista de produção [...] (SILVA, 2003, p. 16).

Os argumentos do autor permitem uma reflexão sobre a questão da tecnologia na agricultura familiar em Feira de Santana. Por que historicamente esses agricultores nunca fizeram uso da tecnologia? Em conformidade com a idéia de Silva (2003), entende-se que não é de interesse para os grandes proprietários, muito menos, dos Governos, possibilitar que determinada classe social tenha o conhecimento e o domínio de uso de determinadas técnicas, por dois fatores: primeiro, sabe-se que o interesse dos grandes proprietários, os que detêm o monopólio da terra no Brasil, é expropriar os pequenos agricultores, visando adquirir suas terras e sua força de trabalho, a preços irrisórios para poder acumular mais capital; segundo, o Governo geralmente está alinhado com a classe dos grandes capitalistas e, com isso, valoriza e investe basicamente no *agrobussines*, em detrimento da agricultura familiar.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base na pesquisa de campo.

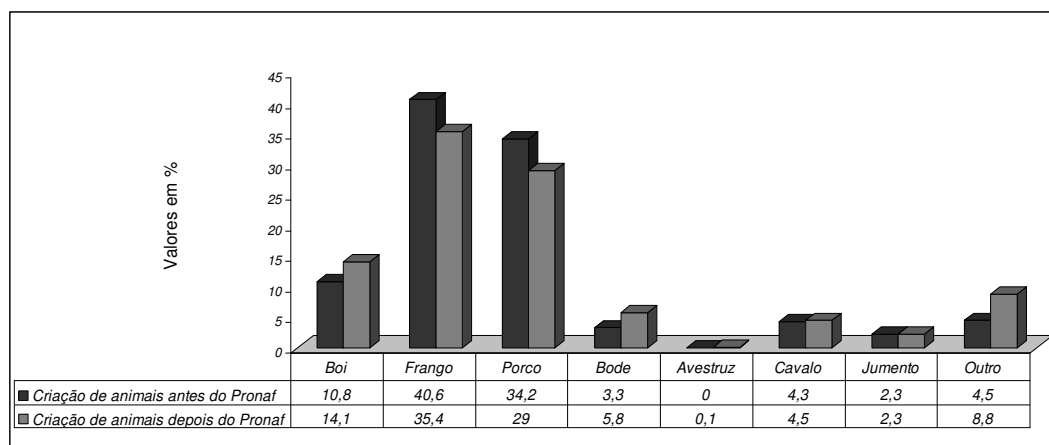
Figura 33 – Feira de Santana: ferramentas e implementos utilizados pelos agricultores – 2007.

A análise da Figura 33 atesta que o acesso à tecnologia é extremamente limitado; os dados revelam que, por exemplo, colheitadeira e pivô de irrigação são aparatos técnicos distantes dos agricultores familiares de Feira de Santana, pois nenhum dos informantes faz uso desses equipamentos. Já as ferramentas básicas de trabalho, que tradicionalmente são utilizadas nas culturas de subsistência, alcançaram percentuais elevados de utilização entre os agricultores, tanto antes, quanto depois do Pronaf.

Antes de fazer parte do Programa, 75,9% dos agricultores utilizavam basicamente a enxada, o facão e a foice no trabalho cotidiano e apenas 12,8% utilizava o adubo no solo. Com o Pronaf, 70,4% continua utilizando as mesmas ferramentas e 12,4% o adubo, o que comprova que, até o momento, o Programa não está possibilitando o acesso a novas tecnologias de produção. O que chama a atenção é que, depois do Pronaf, houve um pequeno aumento de 10,2% para 14,9% na utilização do trator para arar a terra. A máquina é cedida pela prefeitura do município ao agricultor uma vez por ano, durante um tempo que varia de 1 a 2 h. Geralmente, o trator é utilizado no preparo da terra para o plantio, porém, o pequeno tempo disponível só permite ao agricultor arar uma parte do estabelecimento.

O micro-crédito do Pronaf B está sendo, na maioria dos contratos efetuados no município, direcionado por incentivo dos órgãos intermediários, principalmente STR e EBDA, para a criação de animais, geralmente de pequeno porte e de baixo custo de criação como, por exemplo, a galinha caipira ou de quintal, o bode e a ovelha. A Figura 34 evidencia que boa parte dos agricultores pronafianos estão se

dedicando basicamente à criação de aves, suínos, bois, bodes e ovelhas.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base na pesquisa de campo.

Figura 34 – Feira de Santana: agricultores familiares e criação de animais – 2007.

Os questionários revelaram que, apesar do incentivo dado pelo STR e EBDA para que os agricultores adquirissem animais com os recursos do Pronaf, houve uma diminuição no número de agricultores que criam galinhas caipiras e suínos. Antes do Pronaf, 40,6% afirmaram criar galinha caipira e 34,2%, suínos, depois do Programa, notou-se uma pequena redução, em que somente 35,4% disseram continuar criando galinhas caipiras e 29%, criando suínos. Como explicar isso, visto que grande parte dos pronafianos estão sendo incentivados a criar animais? O fato é que parte dos agricultores está optando por outros tipos de aves ou bodes, ovelhas e bois. Por meio da Figura 34, verifica-se que, entre antes e depois do Pronaf, houve um crescimento de 3,3% no número de agricultores criando gado, 2,5%, na criação de bode e ovelha e de 4,3% na criação de outros tipos de animais.

Apesar de uma ligeira redução no número de agricultores que criam galinhas caipiras, pode-se dizer que o Pronaf está contribuindo para aumentar consideravelmente a produção dessa ave no município. A galinha caipira, segundo dados de 2005 do IBGE, representa 62,85% do efetivo de rebanhos em Feira de Santana. Em 1999, existiam apenas 33.000 aves, já em 2005, esse número aumentou para mais de 2,2 milhões de aves.

Esses dados mostram que, apesar da pequena redução no número de criadores, houve fortalecimento da produção de galinha caipira, a qual é uma atividade peculiarmente familiar e que, em sua maioria, é desenvolvida nas

pequenos estabelecimentos com até 5 ha. Porém, chama-se a atenção para uma questão fundamental que é o risco de uma crise oriunda da grande oferta da ave e também de ovos de quintal.

Boa parte dos agricultores familiares está investindo os recursos do microcrédito do Pronaf em criatórios de galinha caipira (Figura 35), e dependem do sucesso da produção para arcar com o pagamento do crédito, que lhe foi concedido pelo Programa, contudo, uma crise oriunda da superprodução tiraria a possibilidade de obtenção de rendimentos com a criação, por conta de uma possível queda no preço das aves e dos ovos, o que inviabilizaria a comercialização. Isso traria prejuízos aos agricultores, os quais ficariam impossibilitados de pagar a dívida com o Programa, tirando-lhes a condição de obter mais financiamentos e deixando-os endividados.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 35 - Agricultor familiar alimentando a criação de galinhas caipiras adquirida com recursos do Pronaf B. Distrito de Bonfim da Feira, foto: maio de 2007.

Entende-se que uma das lógicas de mercado é baratear o produto para que o produtor possa lucrar na quantidade comercializada, no entanto, o grande crescimento verificado na criação de galinhas caipiras no município não está sendo

acompanhado pela abertura de novas oportunidades de mercado para os agricultores, ou seja, não foi identificada, até o momento, nenhuma proposta, seja da EBDA, do STR ou da SMA, voltada para a ampliação do mercado que possa absorver a oferta de galinhas caipiras, ou mesmo, uma proposta que vise agregar valor ao produto, como, por exemplo, montando um abatedouro comunitário para vender diretamente aos supermercados e aos consumidores. Outro fator é que a falta de assistência técnica e o baixo valor do micro-crédito tira a condição dos agricultores familiares de produzirem com menor custo de produção, o que dificulta a participação no mercado.

A criação, no caso da galinha caipira, se dá de forma simples, com as aves vivendo soltas na propriedade ou em galinheiros rudimentares, construídos pelos próprios agricultores (Figura 36).



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 36 - Galinheiro rudimentar feito pelos próprios agricultores. Distrito de Bonfim da Feira, foto: maio de 2007.

Verificou-se, também, uma forte presença da criação de codornas, frangas, frangos e pintos com quase um milhão de aves contabilizadas em 2005 no município. Esses números, bastante expressivos, no caso do frango (conhecido como galinha de granja), retratam o crescimento da avicultura de corte, não só no

município, mas em boa parte da região, por incentivo de agroindústrias ligadas ao setor como, por exemplo, a Avipal, Avigro, Gurjão e outras.

Até o momento, não existe no município articulação entre as agroindústrias ligadas à avicultura de corte e os agricultores do Pronaf, pois essas agroindústrias visam a especialização produtiva do agricultor com os criatórios de frango e o aprisionamento por meio de contratos de compra da produção. Já no Pronaf, os objetivos buscam a diversificação produtiva e autonomia para produzir e comercializar os produtos no mercado, o que se torna um fator incompatível com os interesses das agroindústrias.

Destaca-se a criação de suínos, bode e ovelha com recursos do Pronaf B (Figuras 37 e 38). Nos casos observados, verifica-se que os animais estão sendo criados em pocilgas e áreas improvisadas construída pelos próprios agricultores, com os animais confinados em pequenos estabelecimentos e criados sem qualquer auxílio técnico, o que retrata a falta de recursos suficientes para melhorar a estrutura produtiva da agricultura familiar.

Salienta-se que esse tipo de criação demanda maior investimento para adquirir os animais e também nos gastos com alimentação e montagem de pocilga para o caso dos suínos. Com isso, a maioria dos agricultores, que estão investindo nesse tipo de atividade, reclama que o financiamento do Pronaf B, que vai de R\$ 500 a R\$ 1.500 por vez, não contempla os gastos necessários à aquisição dos animais, alimentação e montagem da estrutura.

É importante lembrar que o micro-crédito rural do Pronaf B é voltado para o investimento, destinando apenas 35% para custeio da produção e 3% para assistência técnica. Com isso, é obrigatório que 72% do valor financiado seja destinado à compra dos animais, se for o caso, e montagem de infra-estrutura, ficando apenas 38% para apoio técnico e para cobrir os custos com a produção, como, por exemplo, alimentação dos animais, vacinas, entre outros. Portanto, entende-se que o valor oferecido pelo micro-crédito rural do Pronaf tem se mostrado viável para atividades que demandam menores custos de produção, a exemplo da criação de galinha caipira, codorna e plantação de culturas tradicionais, principalmente a mandioca; porém, revela-se insatisfatório para a criação de suínos, bois, bodes e ovelhas, no caso em que o agricultor não possua uma infra-estrutura já montada.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

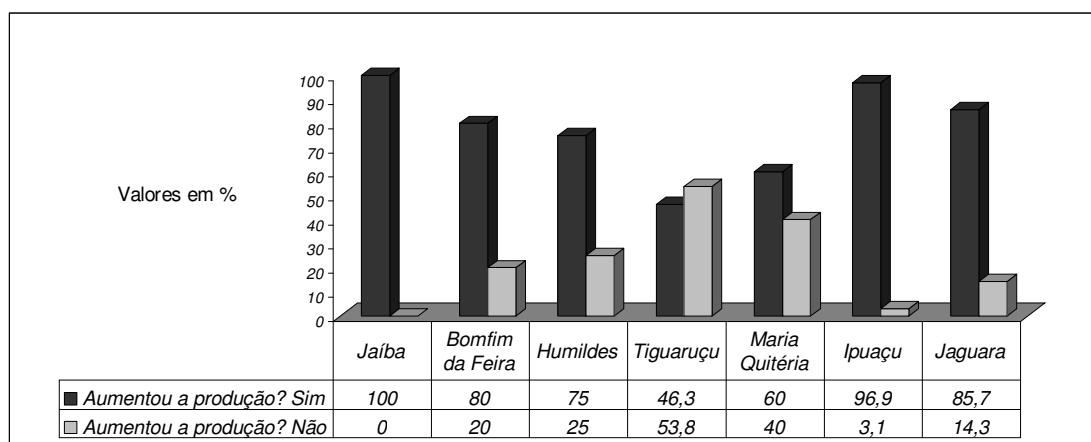
Figura 37 - Criação de suínos com recursos do Pronaf B. Distrito de Maria Quitéria, foto: maio de 2007.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 38 - Criação de bodes e ovelhas com recursos do Pronaf B. Distrito de Humildes, foto: maio de 2007.

Constata-se que apesar das deficiências verificadas, principalmente no baixo valor do financiamento, na falta de assistência técnica e nas dificuldades encontradas para escoar a produção no mercado, que o Pronaf está contribuindo para aumentar a produção agropecuária dos agricultores familiares em Feira de Santana. Os dados da Figura 39 comprovam que praticamente em quase todos os distritos, os agricultores consultados afirmaram estar produzindo mais agora que antes do Programa. Os distritos de Jaíba com 100%, Ipuacu, 96,9% e Jaguará, 85,7% foram os que atingiram maiores índices de respostas positivas, onde os agricultores afirmaram estar produzindo mais.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base na pesquisa de campo.

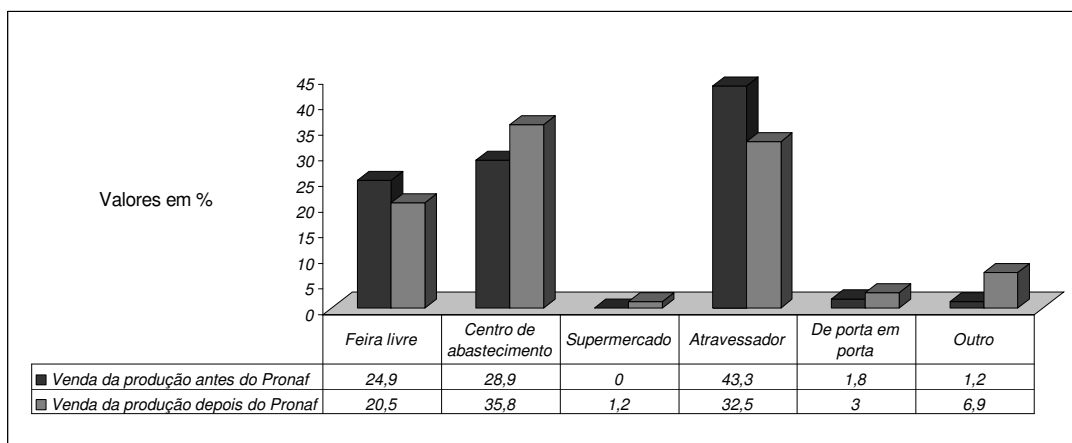
Figura 39 – Feira de Santana: variação da produção agropecuária dos agricultores após a utilização dos recursos do Pronaf – 2007.

A pesquisa de campo revelou que a agricultura familiar do município está produzindo mais e que o crédito rural do Pronaf tem participação nesse processo, mas não se pode esquecer que essa produção ainda está muito concentrada em produtos básicos, voltados para a subsistência das famílias, o que de forma isolada não garante melhorias nas condições de vida dos agricultores, pois se não houver comercialização suficiente para pagar o empréstimo ao banco sobrarão dívidas e aumento da pobreza em pouco tempo, inclusive a venda da terra em último caso.

Entende-se que o acesso a novas tecnologias, educação, participação no mercado e organização social são fundamentais nessa caminhada e isso o Programa ainda não consolidou no município. Esses argumentos são constatados quando se analisa a relação dos agricultores familiares com o mercado. Até o momento o Pronaf não está garantindo acesso ao mercado para os agricultores

familiares do município, o que contribui para que grande parte da renda dos pequenos agricultores vá parar nas mãos de atravessadores e empresas.

Com base nos dados da pesquisa de campo (Figura 40), constata-se que antes do Pronaf, 43,3% dos agricultores pesquisados vendiam a produção ao atravessador, que nesse caso compra diretamente na propriedade, 28,9% comercializava na Ceasa²², 24,9% nas feiras livres do município e 1,2% de porta em porta. Com o Pronaf, 32,5% dos pesquisados responderam continuar vendendo para o atravessador, o que retrata uma queda percentual de 10,8%; 35,8% estão levando as mercadorias para a Ceasa, 20,5% para as feiras livres, 3% vendendo de porta em porta, 1,2% comercializando com supermercados e 6,9% por meio de outras formas.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base na pesquisa de campo.

Figura 40 – Feira de Santana: locais de venda da produção dos agricultores familiares antes e depois do Pronaf

Esses números retratam modificações na forma de inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado e o Pronaf está tendo participação nesse processo. Contudo, é válido chamar a atenção quanto à forte interferência do atravessador direto e indireto na comercialização dos produtos. Constata-se que, mesmo com o Pronaf, cerca de 68,3% dos agricultores continuam negociando com atravessadores, sejam eles diretos, os quais compram a produção na propriedade, ou indiretos, que compram a produção na Ceasa, o que compromete significativamente a renda da

²² A comercialização dos produtos na CEASA tem forte participação dos atravessadores que aqui se prefere chamar de indiretos, visto que estes não pegam os produtos diretamente na propriedade e parte desses comerciantes revende o que adquirem nos pontos de venda, localizados na própria CEASA, aos consumidores finais.

agricultura familiar. Para Silva, L. (1991), essa forte presença do atravessador é uma das formas do capital se apropriar do trabalho dos pequenos agricultores familiares.

O capital mantém as unidades de produção mercantil de pequeno porte; ou quando elas não existem, mas lhe interessa, ele cria condições para a disseminação da produção de cunho familiar, com a única pretensão de se apropriar de mais trabalho (SILVA, L., 1991, p. 62/63).

Fica explícito que o Pronaf, na questão de inserir o agricultor familiar no mercado, está servindo muito mais como ferramenta para que o capital explore os agricultores, pois apesar das modificações observadas, o atravessador continua, por meio das lógicas de mercado, expropriando grande parte do trabalho excedente dos agricultores familiares. Os atravessadores não plantam, não colhem, não se endividam com crédito agrícola, mas por adiantar rapidamente uma quantia em dinheiro ao produtor, acabam ficando com boa parte da renda fundiária dos agricultores familiares do município, conforme atesta uma agricultora do Distrito de Tiguaruçu, afirmando que:

A gente dá um duro danado, no fim vende um saco de farinha por R\$ 30,00 e a pessoa que compra revende por R\$ 42,00 na rua. Aqui na casa de farinha, a cada 6 sacos de farinha 1 é da casa, sem falar no gasto do transporte para trazer a mandioca, isso, eu não estou nem botando o trabalho para plantar e colher, porque aí é a família mesmo, é uma exploração, meu filho, no final, não dá para nada.

A agricultora retrata com clareza o que foi constatado no campo. O que se verifica é que, ao final da produção, o atravessador lucrou mais do que o agricultor, ou seja, “[...] o capital através do banco, [...] e do comerciante intermediário, apropria-se de grande parte do resultado do trabalho dos pequenos produtores” (SILVA, L., 1991, p. 63).

Em meio a esse contexto, não se pode negar também que a falta de organização social e política entre os agricultores contribui para a expropriação de suas rendas, pois é nisso que os atravessadores levam vantagem. Ou seja, em parte, os agricultores também têm parcela de culpa nesse processo.

Outro fator passível de críticas é a fraca participação do PAA no município, o qual tem como objetivo adquirir a produção da agricultura familiar, por meio de pólos de compra organizados pela CONAB, priorizando, por meio da compra direta, as famílias agricultoras cadastradas no Pronaf. A compra da produção familiar pelo

PAA é quase inexistente por dois motivos: primeiro, a falta de cooperativismo entre os agricultores, o que dificulta a venda em grupo dos produtos diretamente à CONAB, eliminando o atravessador; segundo, o descaso ou falta de compromisso dos gestores do Programa em montar uma estrutura que permita uma maior participação do PAA no município.

Com relação à falta de compromisso dos gestores com o PAA no município, a Gerência Regional da EBDA afirma que o PAA, o PAL, o Garantia Safra e outros programas do Governo federal não estão tendo presença maior no município por dois motivos: primeiro, por questões políticas, pois o grupo que comanda a prefeitura é ligado ao partido dos Democratas, antigo Partido da Frente Liberal (PFL), e, seja no plano nacional, estadual e local, são adversários políticos do grupo que dirige o Governo federal, ou seja, verifica-se que a questão entra no plano da disputa política; segundo, que quando chega o Programa, “este passa a ser utilizado pela prefeitura como um instrumento para colocar o agricultor no cabresto”, isto é, aquele agricultor que não estiver em sintonia com a gestão municipal e ligado diretamente a uma associação criada pela prefeitura, fica fora dos programas.

De acordo com a EBDA, a prefeitura criou, nos últimos 6 anos, 700 associações na zona rural, geralmente ligadas à prefeitura para, de forma política, encaminhar agricultores familiares para o Pronaf. A SMA, por meio do servidor responsável pelo Pronaf, entende como equivocada a avaliação feita pela EBDA, e relata que:

[...] estamos fazendo o Pronaf B desde 2002. Quando o prefeito José Ronaldo resolveu trazer o Programa para cá, ele disponibilizou toda a estrutura de computador e estagiários para fazer os projetos, tudo aqui. O agricultor chegando, fazemos uma entrevista preliminar, ele tem que ter um termo de responsabilidade, assinado pelo presidente da associação, que o encaminhou, para provar que ele é agricultor familiar. A política de Zé Ronaldo com associações é muito forte, elas que encaminham o agricultor para cá, fazemos tudo por aqui, projeto e também a DAP, depois de tudo pronto encaminhamos para a EBDA assinar, estando tudo pronto a gente encaminha para o banco, os dois parceiros, BB ou BNB. [...] esse tipo de elaboração foi transferido para aqui, porque realmente a EBDA não tinha estrutura, a princípio fazia as DAP lá e eles não tinham nem funcionário, até como agora não tem para fazer, não tem estrutura para atender às demandas das várias linhas do Pronaf, a prova disso é que um técnico saiu de férias e demoraram a substituir por não ter ninguém que queria assumir isso.

Segundo o servidor, a SMA, muitas vezes, substituiu as funções da EBDA, no que diz respeito à elaboração de contratos e emissão da DAP, pelo fato do órgão

estadual não ter a infra-estrutura necessária para atender aos agricultores familiares no município.

De acordo com o SMA, o objetivo é trabalhar em parceria, conforme atesta:

Trabalhamos aqui em parceria com a EBDA e o STR, mas como a legislação mudou e agora basta uma entidade assinar a DAP, estamos trabalhando mais com a EBDA, [...] trabalhamos também com o BB e o BNB, quando tem algum problema, levamos para o CMDR resolver, mas geralmente não têm grandes problemas [...].

Em meio ao debate, verifica-se que existe uma disputa política no plano local, entre o STR, EBDA, ambos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), que no momento ocupa o Governo do estado da Bahia, e a SMA, ligada aos Democratas. Essas disputas se materializam em estratégias que prejudicam profundamente a eficácia do Pronaf e outros programas no município.

Ao final, quem perde com isso é o agricultor, que fica desprovido de assistência técnica, participação no mercado e infra-estrutura, para que possa obter bons rendimentos com a produção. O que parece é que a disputa política se traduz numa busca para aprisionar o agricultor familiar a determinados grupos políticos, usando uma política de Governo, que, na prática, deveria libertá-lo desses vícios políticos oriundos do coronelismo brasileiro. Dessa forma, a execução do Pronaf em Feira de Santana esta contribuindo para agravar ainda mais a situação de pobreza e dependência política de grande parte dos agricultores familiares do município.

De acordo com informações de dirigentes do STR, a compra da produção, pela CONAB, foi realizada no município pela primeira vez no ano de 2006, por meio da Associação dos Pequenos Agricultores de Feira de Santana (APAEB – Feira de Santana), contudo, beneficiou de forma limitada os agricultores, pois tinham que trazer a produção para um local específico na sede do município sem que fosse oferecido o transporte. Esse fator foi um elemento que dificultou a participação dos agricultores, sobretudo, os que moram nos distritos mais distantes da sede, como por exemplo, em Jaguara e Bonfim da Feira. Em muitos casos, o custo com o transporte não compensava o deslocamento individual da produção.

Diante dessas dificuldades cabe questionar o papel do STR, como elemento responsável em organizar os trabalhadores rurais, pois a pesquisa mostra que a entidade sindical está tendo fraca atuação, no que diz respeito à montagem de sistemas de cooperativas e outras formas que possibilitem aos agricultores

familiares colocar a produção no mercado, o que favorece a atuação dos atravessadores e estratégias políticas dos grupos dominantes .

Essa conjuntura dificulta muito a participação do agricultor no mercado; é um fator que expõe o agricultor familiar à exploração do capital, o qual se apropria de grande parte de seu trabalho, uma vez que o capital, seja no campo ou na cidade, visa se reproduzir de forma ampliada, conforme atesta Silva, L. (1991):

[...] compreende-se que o movimento do capital como qualquer relação social subordinada ao modo de produção capitalista, é uma relação contraditória e contém no seu interior determinações e mediações responsáveis por manifestações diferenciadas, onde quer que ele atue. A sua única preocupação e finalidade é se reproduzir de forma crescente, ampliada, progressiva e isso só se dá com apropriação do trabalho alienado, que ele, através dos seus agentes, extrai direta ou indiretamente (SILVA, L., 1991, p. 66).

Essas questões põem em xeque a própria existência do Pronaf, pois os mecanismos de complementação do Programa, como, por exemplo o PAA, acabam entrando no contexto da disputa política eleitoral, no caso analisado, entre a SMA, o STR e a EBDA. É uma situação que compromete a eficácia do Programa e prejudica os agricultores; por outro lado, quem se beneficia com isso é o capital, o qual passa a ter mais oportunidades, através dos atravessadores, dos bancos, empresas, fazendeiros e outros agentes, para se apropriar do trabalho dos agricultores familiares e com isso ficar com parte da renda familiar.

Entende-se aqui que o aumento na renda dos agricultores, conforme foi verificado nesta pesquisa, de nada adianta, se os mesmos não tiverem como se apropriar dela. Se essas condições não forem garantidas, o Pronaf vai funcionar especificamente para duas coisas: primeiro, servir como instrumento para que grupos políticos controlem os agricultores que precisam do Programa; segundo, como uma peça de marketing eleitoral.

Não é esse tipo de política de Governo que essa parte da sociedade deseja. Defende-se aqui que o Pronaf seja um instrumento de autonomia e não de dominação política e econômica, pois, dessa forma, o problema da pobreza agrária persistirá. Portanto, concorda-se com Silva, L. (1991), quando afirma que:

[...] quer se apoderar de todo fruto da terra, produto de seu trabalho, [...]. A liberdade que os oprimidos almejam diz respeito a uma conquista de autodeterminação [...], saindo definitivamente das mãos dos exploradores que se apoderam do que eles produzem quase de graça (p. 70).

A utilização do Pronaf e de outros programas voltados para o desenvolvimento rural, sobretudo para a agricultura familiar, como instrumento de dominação política é possível, entre outros fatores, graças à fraca participação dos agricultores no CMDR²³ do município. Mas, será que esses agricultores não estão querendo participar? Ou de forma estratégica são impedidos de participar? Entende-se que as respostas a esses questionamentos estão dentro da própria estrutura do CMDR, pois sua composição exclui a participação dos agricultores familiares.

O CMDR é formado, segundo consta na lei 1.930/97, por 10 integrantes, porém destas vagas, apenas 2 são destinadas para entidades públicas que representam os agricultores familiares, 4 vagas são destinadas à própria prefeitura (secretarias municipais) e as demais (04 vagas) divididas entre outros setores da sociedade, como, por exemplo, a Associação dos Agrônomos do Estado da Bahia. É válido colocar que essa estrutura contraria o que determina o Pronaf, porque, para participar do Programa, o CMDR deve ter em sua composição no mínimo 50% de entidades que representem a agricultura familiar.

Outro problema é que, de acordo com a Lei 1.930/97, a presidência do CMDR é impositiva, ou seja, o presidente não é eleito pelos membros do conselho, e sim, ocupa a presidência do conselho aquele que estiver no cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico. Essa composição facilita a manipulação do CMDR pela prefeitura municipal, e com isso, possibilita que os programas voltados para a agricultura familiar, em muitos casos, fiquem a serviço da dominação política e econômica no município. O reflexo disso é a fraca participação dos agricultores familiares nas decisões que norteiam o desenvolvimento rural no município, principalmente através da implantação do Pronaf.

A pesquisa mostrou que a participação do agricultor familiar, sobretudo do Pronaf B (micro-crédito rural), tem se limitado a entregar a documentação necessária para a realização de cadastro junto ao Pronaf, em determinado órgão intermediário (sindicato rural, associação rural, EBDA, SMA ou outro) e após a liberação do cadastro, receber a quantia fornecida pelo Programa em determinada instituição

²³ O CMDR foi criado em 1997, pela Lei de número 1.930, com os objetivos básicos de: sugerir políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que concerne à produção, à preservação do meio ambiente, ao fomento agropecuário, à organização dos agricultores, e à regularidade do abastecimento alimentar do município; assegurar a participação efetiva dos seguidores promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no município; promover a articulações e compatibilizações entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural; acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), entre outros.

financeira. Salienta-se que, dessa forma, sem a devida participação do principal agente que é o agricultor, o Pronaf não se inova, e com isso, assume os velhos vícios das históricas políticas agrícolas voltadas aos interesses de grupos políticos e do capital.

É importante apontar que o CMDR é um elemento fundamental na operacionalização do Programa em âmbito municipal, inclusive a existência desse fórum é premissa básica para que o crédito do Pronaf possa chegar ao município. No entanto, os dados revelam um quadro em que a existência desse conselho é desconhecida por 93% dos informantes. Apenas 7% disseram saber da existência do órgão, contudo, desconhecendo suas ações e objetivos.

É curioso entender como um fórum coletivo e tão importante na gestão do Pronaf e de outros programas, voltados para o desenvolvimento rural, passe despercebido pela quase totalidade dos agricultores familiares do município. Como pode o agricultor conhecer os objetivos e interagir com o Pronaf, se este nem sabe que existe um CMDR, que tem a função de integrá-lo e representá-lo na gestão e aperfeiçoamento do Programa? Essas contradições não são por acaso, mas, sim, uma estratégia política de determinado grupo para manter a coletividade afastada de qualquer tipo de participação nas decisões de Governo na esfera local e também aproveitar o desconhecimento coletivo para utilizar os programas como peças eleitoreiras voltadas para favorecer grupos políticos dirigentes no município.

O desconhecimento compromete a eficácia do Programa no cumprimento de seus objetivos e vai de encontro à idéia de construção de novas relações nas políticas de Governo, pois não permite a participação da coletividade na implementação dessas políticas. Entende-se, em sintonia com Fernandes (2001b), que:

[...] a questão não é só a distribuição de terra, mas também construir novas relações de poder com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas. Esse é o sentido de se correlacionar forças políticas no plano dos conflitos no capitalismo. Políticas públicas eficazes se efetivam com a participação dos trabalhadores [...] (FERNANDES, 2001b, p. 4).

A constatação do desconhecimento do CMDR pelos agricultores familiares, seja por qual motivo for, quando não cerceia a participação dos agricultores familiares, dificulta a obtenção de melhores resultados na implementação do Pronaf no município de Feira de Santana.

A pesquisa atestou que 80,7% dos informantes disseram conhecer os objetivos do Programa e apenas 19,3% afirmaram desconhecer totalmente a finalidade do Pronaf, contudo, constatou-se que mesmo os que afirmaram conhecer os objetivos dessa política de Governo, não conseguem defini-los. O que ficou claro é que a grande parte dos agricultores do município desconhece totalmente, ou conhece apenas parcialmente, para que serve o Pronaf.

Os agricultores, em sua maioria, relacionaram os objetivos do Programa ao aumento de renda, criação de animais e ajuda social do Governo, dando respostas do tipo: “fazer com que o pequeno agricultor cresça”; “serve para criar porco, boi e galinha”; “para a pessoa comprar ovelha e aplicar no que o dinheiro der”; “ajudar o pobre a criar animais”; “fazer criatório e aumentar a renda”, entre outras. Essas respostas atestam o alto grau de desconhecimento sobre os objetivos do Programa²⁴.

Mas a grande questão é: a que se pode atribuir esse desconhecimento com relação aos objetivos do Programa? Aqui se entende que o conhecimento, nesse caso, vem através de um processo educativo contínuo, com participação direta na construção e aperfeiçoamento do Pronaf; desprovido disso, o agricultor fica alheio a uma política de Governo da qual ele faz parte, mas não sabe sequer definir quais são seus reais objetivos. Essa situação deixa os agricultores vulneráveis aos interesses de grupos políticos que usam os programas como instrumento de aprisionamento e subordinação dos agricultores a seus objetivos políticos e econômicos.

Analisando de que forma o agricultor familiar soube da existência do Pronaf, 58,3% disseram que foi através do STR, 19% através de amigos, 9% através de notícia do rádio, 2,3%, televisão e 10,8%, através de outras fontes (associação rural, EBDA, Banco, SMA e etc.). Fica evidente a forte participação do STR como fonte de informação e elaboração de contratos do Programa no município, visto que é uma entidade credenciada junto ao MDA para isso, porém, sua ação política ainda é muito limitada, o que nos permite inferir que a entidade ainda está presa a ações paternalistas.

²⁴ Segundo a Cartilha do Agricultor familiar (2006, p. 1), publicada pelo MDA, o Pronaf tem como objetivo: o fortalecimento e a valorização do agricultor familiar, visando integrá-lo à cadeia de agronegócios e proporcionar-lhe aumento de renda e agregação de valor ao produto e à propriedade, com sua profissionalização e com modernização do seu sistema produtivo.

Os percentuais mostram que a participação da mídia (rádio, jornal e TV) na divulgação do Programa não tem boa inserção no município; o problema é que geralmente a disseminação das informações relacionadas ao Pronaf, feitas nesses meios de comunicação, é de cunho nacional e pouco explicativo, o que acaba não informando com precisão ao agricultor sobre a existência do Programa. Certamente que um trabalho de mídia no rádio, jornal e TV, de forma regionalizada, e que busque a participação dos agentes envolvidos, terá efeitos mais concretos na divulgação do Programa.

O baixo nível educacional, a distância dos centros urbanos, a dificuldade com transporte e a falta de informação, entre outros fatores, são condições que dificultam a participação do agricultor familiar na formulação, gestão e aplicação das políticas agrícolas do Governo, como por exemplo, o Pronaf. No entanto, esses elementos não podem ser usados como desculpas pelos elaboradores dessas políticas para excluir a participação do homem e da mulher do campo na gestão das políticas voltadas para o desenvolvimento rural, visto que essas políticas interferem diretamente no cotidiano e nas condições de vida dessas pessoas.

5.2 IMPLICAÇÕES DO PRONAF NA OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Em sintonia com Ianni (2005, p. 130), entende-se que um dos principais elos da cadeia de produção, circulação e apropriação é o trabalhador agrícola. “Ele está no centro do sistema de relações e estruturas que caracteriza a dupla dependência em que se encontra a sociedade agrária brasileira”. É com base nesse contexto de exploração e dependência do trabalhador rural nas relações de produção capitalistas, que se pretende compreender os impactos do Pronaf na mão-de-obra da agricultura familiar em Feira de Santana.

A análise sobre os impactos do Pronaf na ocupação da mão-de-obra mostraram que o Programa está sendo uma ferramenta importante na consolidação do trabalho familiar e na manutenção do agricultor no campo. De acordo com as respostas dos agricultores quanto à ocupação diária em seu estabelecimento antes e depois do Pronaf, 67,5% dos informantes afirmaram trabalhar somente no estabelecimento, onde produzem e/ou moram e 32,5% disseram trabalhar em outros

locais, além do seu próprio estabelecimento rural. Com a chegada do Pronaf, verificou-se que houve um aumento de 18% no número de agricultores que trabalham apenas em seu estabelecimento e menos de 15% de agricultores trabalham fora.

Esse é um dado positivo, visto que o tamanho do estabelecimento, o baixo acesso a técnicas de produção e a fraca integração dos agricultores familiares ao mercado, comprometem os rendimentos da família, levando esses trabalhadores a buscarem outros afazeres fora de seus estabelecimentos como complemento de renda, visando garantir a sobrevivência da família. De acordo com Schneider (1999), esse processo, no qual o agricultor se torna um elemento pluriativo, ajuda na renda familiar, mas também pode ser o início do que chama de proletarização dos agricultores. Com base nessa idéia, o autor aponta que:

A agricultura em tempo parcial e a pluriatividade seriam formas residuais de persistência de um falso tipo de categoria social na agricultura que tende, no processo de desenvolvimento do capitalismo, ao assalariamento (proletarização) ou ao aburguesamento. No caso das propriedades de tempo parcial, elas se tornariam propriedades *full-time* ou se decomporiam como unidades produtivas, restando-lhes a venda da propriedade e o assalariamento (SCHNEIDER, p. 1999,181,).

Entendendo a pluriatividade²⁵ muito mais como uma estratégia de sobrevivência que uma escolha do agricultor familiar, pode-se dizer que o Pronaf está auxiliando o produtor a trabalhar em seu próprio estabelecimento rural. As respostas dos informantes apontaram que muitos agricultores até querem desenvolver outras atividades externas, contudo, apontam a falta de trabalho externo como um elemento de impedimento.

A maioria dos informantes afirmou que prefere trabalhar unicamente em seu estabelecimento e que o crédito rural do Pronaf está ajudando nesse processo, pois está possibilitando mais oportunidades de investimento na produção. Uma agricultora do Distrito de Jaguará afirmou que:

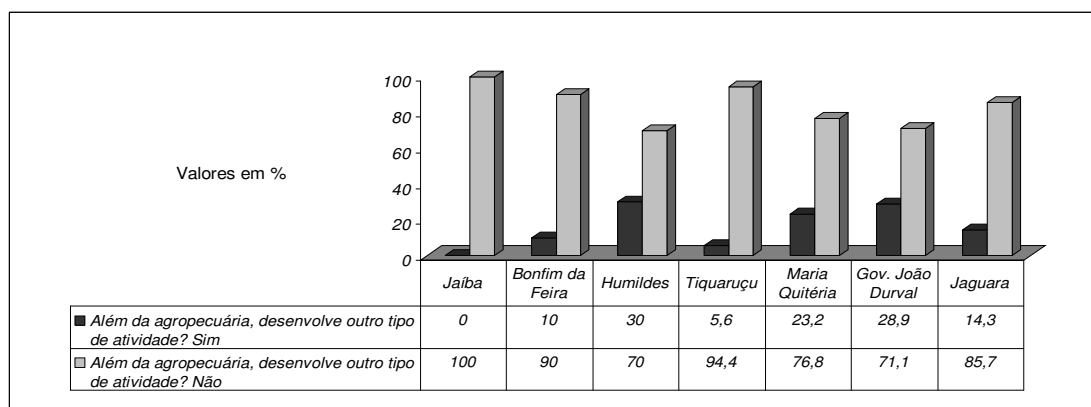
Um trabalho fora ajuda, dá um dinheiro a mais, mas prefiro trabalhar aqui mesmo, no que é meu, aqui o que a gente faz, a gente come, e também é muito difícil conseguir trabalhar lá fora. Não deixo minha terra por nada, é muito melhor trabalhar no que é nosso.

²⁵ Para Schneider (1999), trabalhador rural pluriativo é o indivíduo que combina a agricultura com uma multiplicidade de tarefas visando garantir sua renda e de sua família.

Essa afirmação traduz que, na visão da agricultora, trabalhar fora, em estabelecimentos de terceiros, é pior, visto que a exploração de seu trabalho é maior. Porém, entende-se que seja trabalhando em seu estabelecimento, ou fora dele, a apropriação dos excedentes de trabalho se dá de qualquer forma, segundo explica Ianni (2005):

Como fornecedor de força de trabalho produtiva, segundo as condições do setor agrário, o excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esse excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental (IANNI, 2005, p. 131).

Com base na pesquisa, pode-se afirmar que o Pronaf está contribuindo para a manutenção do predomínio das atividades agropecuárias no município. Este é um ponto que certamente está servindo para que os agricultores possam se dedicar mais a seu próprio estabelecimento, em detrimento do trabalho fora. De acordo com a Figura 41, verifica-se que, praticamente em todos os distritos, a maioria dos agricultores informantes estão se dedicando exclusivamente às atividades diretamente relacionadas com o campo. Os dados mostraram que depois do Pronaf, os Distritos de Jaíba, com 100%, Bonfim da Feira, 90%, Tiquarucu, 94,4% e Jaguará 85,7% são os que apresentaram maior percentual de famílias trabalhando somente com a agricultura e pecuária.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base na pesquisa de campo.

Figura 41 – Feira de Santana: percentual de agricultores que além da agropecuária atuam em outras atividades – 2007.

O Distrito de Humildes foi o que apresentou maior número de agricultores praticando atividades não-agrícolas, ou seja, além da agropecuária, estão atuando em outras coisas. Nesse caso, Humildes é uma particularidade, devido à sua proximidade com a cidade de Feira de Santana, à influência direta das BRs 101 e 324, que cortam o distrito e, principalmente, à influência do CIS, já que boa parte das indústrias instaladas no município estão localizadas no distrito, como por exemplo, a Nestlé, Pirelli, Brasfrut, entre outras, o que acaba proporcionando e possibilitando o desenvolvimento de outras atividades, ou seja, “[...] esse processo não decorre exclusivamente da queda da renda e da flexibilidade da produção agrícola, mas também de impulsos que vêm das próprias atividades não-agrícolas” (SEI, 1999b, p. 14).

No total do município, 78,9% dos agricultores, depois do Pronaf, disseram trabalhar somente na agropecuária e 21,1% na agropecuária e também em outras atividades. Esses dados revelam que a mão-de-obra agrícola no município está ocupada basicamente no cultivo agrícola e na criação de animais. Portanto, conclui-se que o crédito rural tem boa participação na dinamização e manutenção da mão-de-obra nas atividades agropecuárias e baixa participação no incentivo ao desenvolvimento de atividades tidas como não-agrícolas.

No município de Feira de Santana, verificou-se que o agricultor familiar que trabalha com atividades não-agrícolas, na maioria dos casos, está ocupado no emprego público, no setor de serviços e construção civil. As principais atividades verificadas no município são: pedreiro, servente e porteiro de escola pública, comerciante, entre outras (Figuras 42 e 43). Esse tipo de ocupação reafirma os argumentos da SEI (1999b), quando aponta que as atividades emergentes no meio rural estão relacionadas, principalmente, com moradia, comércio, serviços públicos e infra-estrutura.

É válido salientar que as atividades não-agrícolas, identificadas na pesquisa, são pouco rentáveis. Na maioria dos casos, essas atividades caracterizam o subemprego, o qual pode ser útil como complemento de renda, mas, sozinho não garante nem a reprodução física dos agricultores. Além dessas atividades, por si só, não garantem a sobrevivência, elas abrem caminho para o que Ianni (2005, p. 132) chama de proletarização do camponês, quando o autor diz que “[...] a origem do proletariado rural depende da efetiva transformação do camponês em trabalhador livre assalariado, ou seja, em vendedor da força de trabalho”.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 42 – Agricultor familiar ocupando a mão-de-obra em uma pequena mercearia (atividade não-agrícola), como estratégia para complementar a renda familiar. Distrito da Bonfim da Feira, foto: maio de 2007.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 43 – Agricultor familiar ocupando a mão-de-obra na construção civil, como estratégia para complementar a renda familiar. Distrito de Bonfim da Feira, foto: maio de 2007.

Ainda com base em Ianni (2005), pode-se afirmar que a falta de estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e o tamanho limitado do estabelecimento são condições que empurram os agricultores familiares à proletarização, no entanto, no caso de Feira de Santana, verifica-se que o Pronaf está dando forte impulso à ocupação da mão-de-obra em atividades agropecuárias, no estabelecimento dos próprios agricultores, o que reduz a possibilidade do agricultor se submeter facilmente à proletarização.

A contribuição do Pronaf na dinamização da produção agropecuária e consolidação do trabalho familiar está se refletindo numa diminuição da migração campo-cidade no município de Feira de Santana. A pesquisa constatou que o Programa também está ajudando na fixação dos agricultores no campo. Os dados comprovam que antes de fazer parte do Programa, 43,9% dos informantes relataram a saída de algum membro da família para morar na cidade; com o Pronaf, esse percentual diminuiu para 14,1%, uma diferença de 29,8%, o que é bastante expressivo. Antes do Pronaf, 56,1% dos agricultores atestaram não ter saído ninguém da família para viver na cidade, depois do Programa, esse percentual subiu para 85,9%.

Manter o trabalhador rural ocupado em suas próprias atividades e diminuir a migração campo-cidade é uma conquista que o Programa está consolidando aos poucos no município, mas analisando a migração campo-cidade mais detalhadamente, percebe-se que alguns distritos, mesmo depois do Pronaf, ainda apresentam alto percentual de migração.

O Distrito de Bonfim da Feira aumentou de 20% para 30%, e, em Jaguará, de 16% para 28% o percentual de informantes que relataram a saída de membros da família para viver na cidade. Esses distritos ficam entre os mais distantes da sede do município e também são os mais desprovidos de infra-estrutura, o que certamente deve estar contribuindo para a saída da população, dentre outros motivos.

Esse fato mostra que o Pronaf é mais um instrumento dentro do todo e que funcionará precariamente se não estiver vinculado a um amplo processo de melhoria da infra-estrutura rural (habitação, energia, esgotamento sanitário, fornecimento de água, transporte, entre outros) e principalmente, da participação dos agricultores na gestão e aplicação dos recursos do Programa. Contudo, conseguir atrelar o Pronaf a outras ações, voltadas para o desenvolvimento rural no município, exige sintonia e trabalho conjunto entre os órgãos responsáveis pelo Programa, a exemplo da EBDA,

STR, SMA, CMDR, BB e BNB, o que não acontece até o momento no município de Feira de Santana.

De acordo com a pesquisa, a mão-de-obra da agricultura familiar no município está concentrada basicamente na faixa etária entre 29 a 61 anos de idade. Na questão de gênero, houve uma predominância maior do sexo feminino com 62,8% contra 37,2% dos agricultores informantes do sexo masculino, o que dá uma diferença percentual de 25,6%. Isso mostra o crescimento do papel das mulheres chefiando as famílias, como, vem apontando o IBGE nos últimos censos demográficos e também o direcionamento dos programas de assistência social do Governo e políticas de crédito, como por exemplo, o Bolsa Família e o Pronaf, para atender às mulheres chefes de família. Na Figura 44, verifica-se marcante presença das mulheres numa reunião organizada pela Associação da Comunidade do Mergulho para discutir a participação dos agricultores familiares no Pronaf, mães de família, que mesmo com crianças de colo, ainda têm que cuidar da produção agropecuária do estabelecimento.



Foto: Santos, J. A. Lobo.

Figura 44 – Reunião organizada pela Associação da Comunidade do Mergulho. Distrito de Gov. João Durval, foto: Janeiro de 2007.

A presença das mulheres efetuando contratos junto ao Pronaf em Feira de Santana pode, em parte, ser explicada pela migração, sazonal e/ou pendular, dos homens em busca de trabalho não-agrícola, geralmente para a sede do município, do próprio distrito, ou até em outros municípios. Schneider (1999) aponta que a necessidade de complementar os rendimentos da família, leva boa parte dos

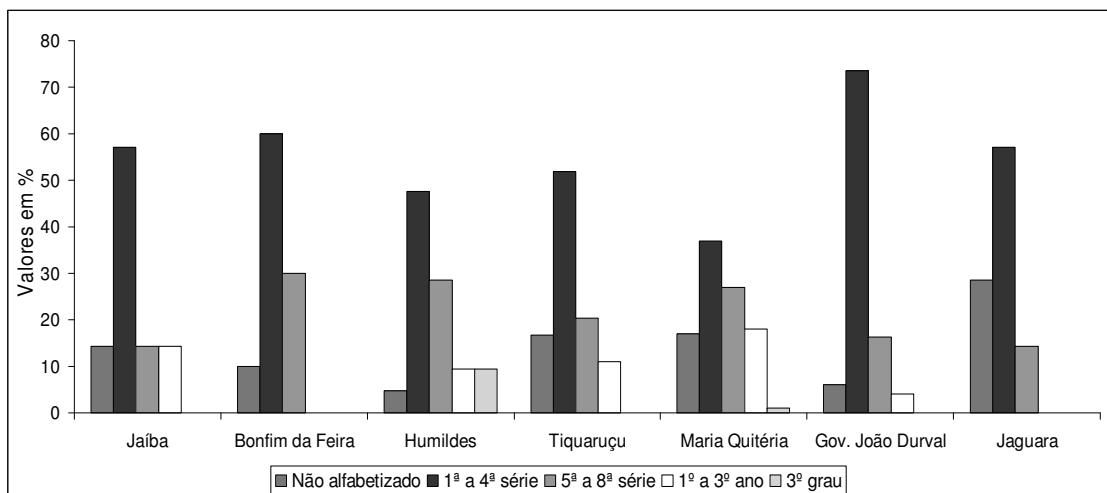
homens a fazer migrações sazonais e/ou pendulares em busca de trabalho. Esse fato muda o comportamento e a ação da mulher no núcleo familiar, pois a mesma passa a ter um acúmulo maior de trabalho nas atividades agropecuárias e a chefiar a família.

O tamanho médio das famílias que participam do Pronaf no município é de 4 a 6 pessoas com um percentual de 50% dos informantes, em seguida, com 22,7%, encontram-se famílias com uma média de 7 a 9 integrantes, com menor percentual (7%) ficam as famílias com mais de 10 integrantes, representando um total de 21 famílias dos 300 informantes. A análise da composição familiar é um elemento importante, pois o tamanho da prole interfere diretamente na questão da composição da mão-de-obra disponível e na fragmentação do estabelecimento rural.

No caso da mão-de-obra, parte-se do princípio que uma família com uma prole numerosa terá mais pessoas disponíveis para o trabalho, todavia, deve-se levar em conta que, quanto maior a família, maior será a fragmentação do estabelecimento por meio da herança, o que resultará, na maioria dos casos, em muita mão-de-obra disponível para pouca terra, repercutindo numa rápida e intensa liberação de mão-de-obra do campo em direção aos centros urbanos em busca de trabalho, já que o tamanho do estabelecimento familiar não garante trabalho e outras aspirações para todos os membros da família.

Essa é uma questão que deve ser observada pelos gestores do Pronaf, pois não se identifica no Programa nenhum tipo de diferenciação na aplicação do crédito rural com relação ao número de pessoas que compõe a família do agricultor em questão. Portanto, entende-se que a falta de adequação de determinadas linhas de crédito do Programa ao tamanho médio da prole familiar e, ao nível educacional dos agricultores diminui a eficiência do Pronaf na questão da manutenção das pessoas no campo, no acesso a novas tecnologias e conseqüentemente, na integração ao mercado e melhoria de vida, que são os objetivos básicos do Programa.

A pesquisa constatou que a mão-de-obra da agricultura familiar no município, em sua maioria, possui baixo nível educacional (Figura 45), o que se constituiu numa implicação de forte relevância para o sucesso do Pronaf. Infere-se que o analfabetismo está presente em todos os distritos do município, sendo que no Distrito de Jaguará registrou-se o maior percentual, com 28,6% dos agricultores pesquisados.



Fonte: Elaborado por Santos, J., com base na pesquisa de campo.

Figura 45 – Feira de Santana: escolaridade dos agricultores familiares – 2007.

A escolaridade básica de 1ª a 4ª série foi o que mais predominou em todos os distritos, chegando a 73,5% em Gov. João Durval e a 60% em Bonfim da Feira. A escolaridade média (1º ao 3º ano) e a escolaridade superior se mostraram pouco expressivas entre os agricultores; o maior percentual de agricultores que atingiram o ensino médio foi no distrito de Maria Quitéria, com apenas 18%, no caso do nível superior destacou-se o Distrito de Humildes, com 9,5% dos pesquisados.

A questão do baixo nível educacional é um ponto que merece destaque, pois esse fator torna-se um entrave ao desenvolvimento rural. É muito difícil obter bons resultados na aplicação de políticas agrícolas, mesmo que sejam voltadas especificamente para o agricultor familiar, como é o caso do Pronaf, sem que se melhore os índices educacionais dos agricultores. O que fica evidente é que o baixo nível educacional dos agricultores tira-lhes a condição de participar com altivez nas políticas de Governo.

Os dados revelam que, para obter melhores resultados no município, o Pronaf terá que incentivar também a qualificação dos agricultores familiares, se possível em parceria com outras políticas de Governo voltadas para a educação no campo, como, por exemplo, programas de alfabetização de adultos, cursos técnicos, entre outros.

5.3 HÁ MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES?

Verificou-se que o Pronaf está tendo uma participação muito tímida, ou seja, não está contemplando as expectativas propostas em seu objetivo final que é gerar melhores condições de vida para o agricultor familiar com renda baixa. Essa situação é incompatível com o que foi avaliado nas variáveis renda e ocupação da mão-de-obra. Houve, na média geral, crescimento da renda dos agricultores, aumento na produção agropecuária e também maior oferta de trabalho no próprio estabelecimento, a partir da dinamização da produção, no entanto, constata-se que essas mudanças não foram concretizadas em melhorias de vida para os agricultores vinculados ao Programa.

Avaliando o padrão alimentar dos agricultores vinculados ao Pronaf, atestou-se que, antes do Programa, a maioria dos agricultores, 89,8%, se alimentava três vezes ao dia, 7,5%, apenas duas vezes e somente 2,7% mais de três vezes. Com o Pronaf, grande parte dos agricultores, 78,6%, continua se alimentando três vezes ao dia, e o número dos que se alimentavam mais de três vezes aumentou de 2,7% para 20,7%. No total, houve um crescimento de 24,8% no percentual do número de famílias que estão se alimentando mais vezes por dia.

Esse aumento no número de refeições por dia é um dado positivo e reflete, até certo ponto, o que já foi apontado anteriormente, como, por exemplo, aumento na renda e produção agropecuária. Esses fatores estão possibilitando às famílias alimentarem-se mais vezes ao dia. Outro fator importante é averiguar que tipo de alimento está sendo consumido e qual a origem desses alimentos.

A pesquisa constatou que o Pronaf está possibilitando a cerca de 20,7% das famílias poderem fazer mais de três refeições por dia, porém, verifica-se que isso não está se traduzindo na entrada de novos alimentos na mesa do agricultor. Isso remete à conclusão de que esses agricultores estão se alimentando com mais frequência, porém com os produtos básicos de consumo (feijão, milho, farinha de mandioca, galinha caipira, entre outros) dos quais grande parte é oriunda do próprio estabelecimento rural, conforme atesta uma agricultora do Distrito de Tiguaruçu:

É melhor comer as coisas daqui mesmo, se for comprar na rua é muito caro, o dinheiro não dá, a renda é pouca, a gente planta uma roça de mandioca, no final não sobra quase nada, se a gente não separar a farinha do mês, fica sem comer, isso é muito ruim, às vezes dá vontade de comprar uma coisa diferente, mas o dinheiro é pouco.

O que se pode afirmar é que o Pronaf está contribuindo para que os agricultores, vinculados ao Programa, possam consumir uma parcela maior do que produzem, pois, antes do Programa, 58,7% dos agricultores informantes consumiam cerca de metade de sua própria produção, 24,5% uma pequena parte, 12,8% quase toda e apenas 0,3% e 3,7% dos agricultores pesquisados afirmaram, respectivamente, comercializar ou consumir toda a produção, o que reforça a tese de que estes consomem diretamente grande parte do que produzem, o que é uma característica da agricultura familiar.

Com o Pronaf houve um aumento de 10,7% no consumo familiar da produção, posto que 69,4% responderam estar consumindo metade do que produzem com relação a antes do programa. Verificou-se também uma diminuição percentual de 13,7% no número de famílias que consomem uma pequena parte e aumento de 2,4% das que passaram a consumir quase toda a produção. Nos extremos, verifica-se que 0,7% das famílias passaram a vender toda a produção e 4% a consumir toda a produção.

As mudanças no comportamento da alimentação dos agricultores, a partir do Pronaf, podem ser atribuídas à questão relacionada ao aumento na produção agropecuária, o que possibilitou maior oferta de alimentos básicos aos agricultores, principalmente, feijão, mandioca e galinha caipira, e nas dificuldades de comercialização dos produtos no mercado, pois a pesquisa constatou que grande parte da produção agropecuária da agricultura familiar do município, chega ao mercado através dos atravessadores²⁶, os quais acabam ficando com uma parte significativa da produção excedente dos agricultores.

Outro fator analisado foi a questão do conforto doméstico dos agricultores familiares. 59,7% dos informantes afirmaram que, com a participação no Pronaf, conseguiram adquirir novos bens domésticos (móveis e utensílios), contra 40,3% que alegaram não ter conseguido adquirir novos bens. Os maiores percentuais de agricultores que adquiriram novos bens são dos Distritos de Bonfim da Feira, com

²⁶ Indivíduos especializados em adquirir os produtos junto aos agricultores e revender por um preço maior a outros comerciantes, indústrias, e/ou diretamente aos consumidores finais.

70%, Maria Quitéria, 66% e Gov. João Durval, 72,4%. Porém, nos Distritos de Jaíba, com 57,1%, Humildes, 90%, Tiquaruçu, 52,8% e Jaguará, 71,4%, a maioria dos agricultores afirmou continuar com o que já possuía em casa.

O aparelho de DVD, a geladeira, a televisão, a cama e o sofá, estão entre os bens mais citados adquiridos pelos agricultores. De certa forma, esses bens ampliam o conforto e o entretenimento familiar, contudo verifica-se que, na maioria dos Distritos, os agricultores permanecem sem ter condições de adquirir novos bens.

De acordo com Silva, L. (1991), não adianta o agricultor produzir mais se ele não tiver plenas condições de colocar os produtos no mercado de forma que possa se apropriar do seu excedente de trabalho. Com base nessa idéia a autora diz que:

[...] o que o agricultor ganha não dá sequer para uma alimentação adequada [...]. O pequeno produtor é forçado a alienar grande parte de seu trabalho, contido na mercadoria produzida por ele. O comerciante, que compra seu produto, estabelece o preço, geralmente muito abaixo do preço real, para garantir lucros maiores para si. Dessa forma, o dinheiro que os produtores dispõem com a venda da sua safra, só dá para pagar ao banco, onde anteriormente adquiriram um empréstimo para a aquisição de adubos, defensivos e implementos agrícolas, restando um mínimo para trocarem por outras mercadorias necessárias a sua sobrevivência – vestuário, calçados, material escolar para os filhos, etc (SILVA, L., 1991, p. 72/73).

Concordando com a autora, entende-se que os agricultores não estão introduzindo novos alimentos (queijo, bolacha recheada, leite, iogurte, entre outros) nas refeições diárias, e nem todos estão conseguindo adquirir novos bens de uso doméstico para seu conforto, porque os entraves das relações capitalistas, através do mercado, bancos, empresas, Governos e outros, absorvem grande parte da renda oriunda do trabalho excedente desses agricultores, o que contribui para limitar a ação do Programa na melhoria das condições de vida.

Para a maioria dos agricultores, 60,2%, o consumo de energia elétrica em seus estabelecimentos não foi modificado, somente 39,8% disseram estar consumindo mais energia depois do Pronaf. Esse dado mostra que a participação do Programa tem sido tímida na dinamização tecnológica para a produção e no padrão de consumo dessas famílias.

É válido salientar que o aumento no consumo de energia elétrica, ou outro tipo de energia, é um importante indicador de mudanças no padrão de produção e consumo das famílias. Pode-se afirmar que um possível aumento no consumo de energia elétrica pode significar modernização da produção a partir do uso de

determinadas tecnologias, intensificação no uso de aparelhos eletro-eletrônicos, nos afazeres domésticos, no entretenimento familiar em casa, ou no estabelecimento como um todo. O que se verifica para a grande parte das famílias pronafianas é que não se registra importantes alterações para esse tipo de informação.

Mesmo com todas as implicações apontadas na pesquisa, verifica-se que o agricultor familiar vê com bons olhos o Pronaf. Grande parte, 92,1% dos agricultores informantes, deu nota acima de sete ao Programa, numa escala que vai de 0 a 10. Aqui se entende que essa aceitação, observada entre os agricultores, reflete muito mais a esperança de uma camada social que historicamente era ignorada pelo Governo, sem aplicação de políticas específicas que atendessem suas reivindicações, do que uma nota de aprovação, oriunda de um agricultor que está vendo sua vida e de sua família ter ganhos reais na produção, na renda e, principalmente, no bem estar das pessoas.

O que fica claro é que a proposta do Pronaf de fortalecer a agricultura familiar é oportuna e necessária, porém o Programa não conseguirá melhorar as condições de vida dos pequenos agricultores se continuar com os problemas verificados nesta pesquisa, visto que constatou-se que o capital está se apropriando de grande parte do trabalho excedente dos agricultores familiares vinculados ao Pronaf no município, por meio das lógicas do sistema capitalista que se materializam nos juros do crédito, na comercialização da produção com a ação dos atravessadores, na falta de assistência técnica e acesso à tecnologia e, principalmente, na falta de participação dos agricultores na gestão do Programa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa pesquisa, concluiu-se que o Pronaf está se consolidando como um importante instrumento na dinamização da produção agropecuária, renda e ocupação da mão-de-obra dos agricultores familiares no município de Feira de Santana. Essa dinamização se traduziu em aumento na renda média familiar, produção e mais oportunidades de trabalho agrícola, para parte dos agricultores vinculados ao Programa. O problema é que grande parcela desses agricultores não está conseguindo se apropriar dos frutos oriundos de seu trabalho.

A pesquisa constatou que o aumento na renda e na produção agropecuária ainda não se concretizou efetivamente em melhorias nas condições de vida para os agricultores familiares, visto que os problemas identificados na execução do Programa reduzem as possibilidades dos agricultores de se apropriar da maior parte de seus excedentes de trabalho. Os principais problemas verificados variam desde o plano da disputa local pela hegemonia política entre os gestores do Pronaf em âmbito municipal, até a falta de assistência técnica e acesso à tecnologia.

A grande questão é: como explicar uma situação na qual se tem crescimento na produção, na renda e na ocupação da mão-de-obra, mas isso não se materializa em melhorias nas condições de vida dos agricultores familiares? Aqui, parte-se do princípio que os problemas identificados na relação entre o agricultor familiar e o Pronaf podem fornecer as respostas necessárias aos questionamentos.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que as principais implicações verificadas são:

1 - disputa política entre os órgãos gestores do Pronaf, a qual resulta na falta de trabalho conjunto entre o STR, a EBDA e a SMA, pois cada órgão age de forma isolada com o objetivo estratégico de marcar posição política junto aos agricultores familiares do município. A falta de sintonia entre os gestores do Programa prejudica os agricultores, os quais ficam desprovidos de um atendimento eficiente e desburocratizado para que possam se beneficiar das oportunidades oferecidas pelo Pronaf.

2 - falta de participação dos agricultores na gestão e aplicação do Programa. A composição e a ação centralizadoras do CMDR, o qual não permite participação direta do agricultor familiar no processo decisório, que norteia as ações do Pronaf no

município, é um empecilho, pois não discute questões cruciais ao sucesso do Pronaf diretamente com os agricultores. A pesquisa revelou que mais de 80% dos trabalhadores rurais vinculados ao Pronaf nunca sequer ouviram falar que existe um CMDR.

3 - fraca atuação do Pronaf na integração do agricultor familiar ao mercado. A forte presença do atravessador na comercialização dos produtos agropecuários e a ausência do PAA no município contribuíram de forma direta para a expropriação de grande parte do trabalho excedente dos agricultores familiares, por meio das lógicas de mercado, pois comerciantes, empresas e outros acabam ficando com a maior parte da renda fundiária oriunda dos estabelecimentos familiares.

4 - falta de assistência técnica e acesso a novas tecnologias; os dados da pesquisa atestaram que, mesmo participando do Pronaf, aproximadamente 70% dos agricultores continuam sem receber qualquer tipo de assistência técnica, e os demais vêm sendo atendidos de forma precária, através de reuniões coletivas. Além da assistência técnica, verificou-se também que o acesso à tecnologia é extremamente limitado no município, pois os agricultores continuam utilizando ferramentas básicas de trabalho, como por exemplo, a enxada, a foice, o facão, entre outras.

5 – falta de investimento na infra-estrutura produtiva dos estabelecimentos rurais e de transporte nos distritos. A pesquisa constatou que o recurso disponibilizado pelo Pronaf B não permite a realização de investimentos, como, por exemplo, na criação de suínos, caso o agricultor já não possua uma estrutura básica montada, pois o custo da montagem do criatório vai além do valor que é liberado por essa linha de crédito.

Entende-se aqui, que caso o Pronaf não evolua no sentido de corrigir esses problemas, o Programa não vai contribuir para melhorar as condições de vida dos agricultores, mas, sim, servir como ferramenta ao capital para explorá-los. É válido dizer que esses problemas na aplicação do Pronaf se agravam quando vinculados a implicações oriundas da própria realidade da agricultura familiar no município, como, por exemplo, o tamanho do estabelecimento e o baixo nível educacional dos agricultores vinculados ao Programa.

Salienta-se que, dessa forma, o Pronaf vai continuar “capitalizando” essas famílias, por meio do crédito, mas, as mesmas não vão usufruir desses recursos, pois o trabalho excedente, materializado na produção, vai acabar nas mãos dos

atravessadores, bancos, indústrias e outros agentes, os quais comandam as relações de mercado. Entende-se que sem agir diretamente na resolução desses entraves, é praticamente impossível fortalecer a agricultura familiar no município e conseqüentemente melhorar as condições de vida dos agricultores.

Compreende-se que não tem sentido ter agricultores trabalhando e produzindo mais se os mesmos não conseguem usufruir dos frutos desse trabalho, pois seus excedentes de produção são rapidamente expropriados pelas lógicas de mercado, assim como é incompreensível que o agricultor faça parte de um Programa, onde ele é tido como um objeto passivo sem qualquer direito a participar com autonomia no processo decisório.

Concorda-se com Santos (1992, p. 1), quando o mesmo coloca que o espaço não pode ser pensado apenas pelas coisas que o compõe cujo conjunto nos dá a Natureza, pois o espaço é tudo isso, mais a sociedade. Com esse entendimento, não se pode conceber a aplicação de uma política de Governo, na qual grande parte da sociedade não participe de sua construção e aplicação prática, como vêm acontecendo com o Pronaf em Feira de Santana, onde a grande maioria dos agricultores nem conhece os objetivos do Programa.

O que se pode dizer é que o Pronaf está alimentando muito mais as esperanças do que transformado a realidade concreta dos agricultores familiares. Alguns ganhos na produção e na renda foram constatados, contudo, é possível afirmar que esses ganhos não foram transferidos na mesma proporção para o bem estar desses trabalhadores rurais.

Ao final dessa pesquisa, pode-se afirmar que se o Pronaf não evoluir, no sentido de eliminar os problemas identificados, o mesmo estará fadado ao fracasso. Não um fracasso a ponto de extinguir-se, mas sim, de destruir as esperanças que grande parte dos agricultores familiares está depositando nessa política de Governo, como uma das poucas na história do país a priorizar a agricultura familiar.

Diante de tudo que foi analisado, compreende-se que o Pronaf deve agir na questão da valorização do trabalho do agricultor familiar. Para tanto, é fundamental garantir a participação, em todos os momentos, desde a construção até a aplicação prática, dos agentes envolvidos no processo, principalmente dos agricultores familiares. É importante que esse agricultor se sinta como parte integrante de toda a caminhada em busca do desenvolvimento rural e não como um mero sujeito passivo que só serve para retirar, mediante abertura de conta no banco, o dinheiro do crédito

e pagar o financiamento no prazo previsto.

Entende-se que as políticas de Governo devem ser públicas, e como tal, estar a serviço da população e abertas à participação da sociedade em todos os momentos de sua existência, contudo, não é o que vem acontecendo no caso do Pronaf, enquanto uma política de Governo, no município de Feira de Santana.

O que fica evidente é que os resultados estão muito distantes dos objetivos propostos pelo Pronaf, portanto, cabe ao Programa, juntamente com os agricultores e gestores, buscar implementar modificações, no sentido de sanar as implicações negativas identificadas por essa pesquisa.

Com base no debate sobre o conceito de espaço rural e as políticas de Governo, pose-se afirmar que o novo rural defendido por Silva (1999), não foi verificado em Feira de Santana, pelo menos, no que compete à agricultura familiar, a qual representa mais de 90% dos estabelecimentos rurais do município. Segundo o autor, o novo rural implica em modificações nas relações de produção e mão-de-obra, porém a pesquisa atestou que as alterações causadas pelo programa não chegaram a modificar a estrutura agrária do município, uma vez que, continua o predomínio do latifúndio, falta de assistência técnica, falta de acesso a novas tecnologias, utilização de ferramentas rudimentares no trabalho agrícola, grande predomínio da mão-de-obra em atividades agropecuárias, entre outros fatores.

Na questão da rurbanização, também defendida por Silva (1999), nota-se uma concentração populacional na sede de alguns distritos, principalmente em Humildes, porém essa concentração reflete muito mais a falta de condições dos trabalhadores rurais de poderem sobreviver e trabalhar em seu estabelecimento rural do que a existência de atrativos desvinculados do trabalho com a terra. Nos distritos de Humildes e Jaguara, nota-se claramente a existência de um processo de favelização da população rural. O que está na contra-mão do que Silva (1999) defende como rurbanização.

Para o caso estudado é válido os argumentos de Alentejano (2000) e Oliveira (1996). Para Alentejano é precipitado dizer que existe uma nova realidade no campo brasileiro, visto que velhos problemas como a concentração fundiária, a pobreza extrema de grande parte dos pequenos agricultores ainda persistem. Contudo, o autor reconhece que a agricultura brasileira sofreu algumas transformações nas últimas décadas, com a formação de grandes complexos agroindustriais, porém coloca que essas transformações técnicas convivem com as velhas estruturas que

persistem nas relações rurais do campo brasileiro.

Oliveira (1996) retrata bem a realidade da agricultura familiar em Feira de Santana quando defende que a produção agrícola das pequenas propriedades, de cunho familiar, possui grande peso no abastecimento interno do país. Dessa forma, coloca a idéia de um novo rural a partir da reforma agrária com valorização da agricultura familiar.

É necessário que os gestores do Pronaf, juntamente com a sociedade, reflitam sobre essas questões, pois o Governo não pode ficar preso especificamente a nenhum tipo de conceito, seja ele de novo rural ou outro, no momento de criar e aplicar determinada política pública. O que se tem que analisar são as particularidades de cada local, para, de forma coletiva, construir as melhores oportunidades de aproveitamento dos recursos naturais e força de trabalho da agricultura familiar em benefício dos trabalhadores rurais.

Seguindo as idéias de Teixeira; Lages (1997), acredita-se que na formulação das políticas de governo, voltadas para o desenvolvimento rural, não se pode sucumbir à tentação de abraçar a diversidade dicotômica ou a de um *continuum* urbano, mas sim, de tentar compreender as relações de complementaridade entre ambos, enquanto partes de uma totalidade social.

Em meio à discussão conceitual, a qual foi aprofundada no segundo capítulo dessa pesquisa, verifica-se que a zona rural do município não avançou no sentido de construir novas relações sociais e conseqüentemente, um novo rural. Pode até ser, que se encontrem, algumas novidades, porém convivendo com as velhas formas, que ao longo do tempo contribuíram para concentrar riqueza e distribuir pobreza no espaço rural em questão. O que se pode afirmar é que o Pronaf deve estar atento a essas questões, pois ter uma noção clara do contexto econômico, social e político da zona rural de Feira de Santana é de fundamental importância para que se possam encontrar as melhores soluções para as especificidades locais. Porém para atingir esse grau de maturidade é necessário a produção de novos conceitos, participação social e muita vontade política.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2^o ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ALANTEJANO, Paulo Roberto. O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo, n. 21, p. 73-88, 2003.

ALMEIDA, A. de Souza. **Do sêmen ao pó, enquanto a clonagem deixar**. Santo Antônio de Jesus: Exemplar, 2004.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira, **Redes e centralidade em Feira de Santana (Ba) – o centro de abastecimento e o comércio de feijão**. Salvador, [2005]. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia.

ARAÚJO, W. Kleber. **A (re)produção da pequena propriedade rural no município de Feira de Santana-Ba**. Salvador, [2002]. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia.

ANDRADE, Manoel C. de. **O Brasil e a questão agrária**. Recife: Editora da UFPE, 2002.

BELIK, Walter. **Avaliação da operacionalização do programa Pronaf**. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/pesquisas/artigo.html>>. Acesso em: 16 jun. 2006, 23:30.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luiza Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

BLUME, Roni. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre, [2004]. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas de Porto Alegre.

BRITO, Cristóvão de C. da T. de. **A Petrobrás e a gestão do território no**

recôncavo baiano. Florianópolis, [2004]. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

BRUNET, Roger; FERRAS, R.; THERY, H. **Les notes de la Géographie.** Dictionnaire Critic. Paris: Reclus, La Documentation Française, 1992.

CÂMARA, L. **A concentração da propriedade agrária no Brasil.** Boletim Geográfico, IBGE, Rio de Janeiro : FIBGE, 1949.

CALMES, Roger. **L'espace rural français.** Paris: Masson, 1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná de, GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-47, 1995.

_____. O Espaço Geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton. (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1982, p. 25-34.

CRUZ, Rossini Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional.** Campinas, [1999]. 230 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAP.

DOLLFUS, Olivier. **L'analyse géographique.** Paris: PUF, 1980.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Agricultura Familiar,** São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.embrapa.br/linhas_de_acao/desenvolvimento/agri_familiar>. Acesso em: 30 de julho de 2007.

FERNANDES, Bernardo M. **A questão agrária no limiar do século XXI.** São Paulo, 2001a. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/agbnacional/documentos/textoaberto23.html>>. Acesso em: 22 ago. 2006, 9:00.

_____. **O que é questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001b.

FRANK, André Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960 – 1980.** São Paulo: Expressão Popular, p. 35-100, 2005.

GERADI, Lúcia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara Christine Nentwig. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GERMANI, Guiomar. Condiciones históricas e sociales el acceso a la tierra em el espacio agrario de Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciências Sociales**. Universidad de Barcelona, Barcelona, n. 6, 1 de agosto de 1997.

GOMES, Francisca Ferreira. **As transformações sócio-econômicas da agropecuária no município de Feira de Santa – Bahia**. Salvador, 1999. [130 pág]. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6^o edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, p. 127-146, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de Janeiro:IBGE, 2000.

_____. **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de Janeiro:IBGE, 1996.

_____. **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de Janeiro:IBGE, 1985.

_____. **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de Janeiro:IBGE, 1980.

_____. **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de Janeiro:IBGE, 1975.

_____. **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de Janeiro:IBGE, 1970.

_____. **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de Janeiro:IBGE, 1960.

_____. **Censo Demográfico da Bahia**. Rio de Janeiro:IBGE, 1950.

_____. **Anuário Estadístico do Brasil 1999**, Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

_____. **Bancos de dados agregados**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de Maio de 2007.

KLIEMANN, Luiza. H. S. **RS: terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **Agricultura familiar: do mito a realidade**. V. II, Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LEFÉBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p.162–177.

MARQUES, Inez Medeiros. O conceito de espaço rural. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95 a 112, 2002.

MORAES, Antônio C. R. de; DA COSTA, Wanderley. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Balço do Pronaf 2004/2005**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=677>>. Acesso em: 15 de Maio 2006, 15:00 h.

_____. **Banco de dados do crédito rural do Pronaf**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 14 de Abr. 2007, 18:00 h.

_____. **Cartilha Crédito Rural do Pronaf Ano Safra (2005/2006)**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 05 de Fev. 2006, 22:00 h.

_____. **Cartilha do agricultor familiar**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 10 de jan. 2006, 23:00 h.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, v. 16, n. 43, dezembro de 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**, 2. ed., São Paulo: Contexto, 1996.

RIBEIRO, Nelson de F. **Caminhada e esperança da reforma agrária: a questão da**

terra na Constituinte. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Salvador – Ba, 2004. Disponível em: <<http://www.ufba.br>>. Acesso em: 28 nov. 2004, 16:00 h.

SAF. **Secretaria da Agricultura Familiar**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2006, 16:00 h.

SANTOS, Lourival Santana (Org.). **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracajú: NPGeo/UFS, 1996.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Editora da USP, 2003.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 9ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2002.

_____. **Espaço e método**, 3. ed., São Paulo: Nobel, 1992.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, Enid Rocha Andrade. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Brasília, março de 1999. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/publicações>>. Acesso em: 20 maio 2006.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2ª ed., Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

_____. **A Nova dinâmica da agricultura no Brasil**, 2. ed., São Paulo: UNICAMP, 1997.

SILVA, Lenira Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Sylvio B. de M.; SILVA, Barbara Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003.

SILVA, Sylvio B. de M.; SILVA, Barbara Christine Nentwig; LEÃO, S. O. **O subsistema urbano-regional de Feira de Santana**. Recife: SUDENE, 1989.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Anuário estatístico da Bahia**, V. 1, Salvador: SEI, 2001.

_____. **Bahia 2000**, Salvador: SEI, 1999a.

_____. **Novos mundos rurais na Bahia**, Salvador: SEI, 1999b.

TEIXEIRA, M. A; LAGES, V. N. Transformações no espaço e a geografia rural: idéias para discussão. **Revista de Geografia**, São Paulo: UEP, v. 14, p. 1-185, 1997.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE- IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

APÊNDICE

A Questionário aplicado aos agricultores familiares cadastrados no Pronaf B do Município de Feira de Santana- Ba

Eixos do Questionário:

1- Informações gerais; 2- O Programa (PRONAF); 3- Assistência Técnica; 4- Produção agropecuária; 5- Ocupação da mão-de-obra; 6- Renda, 7- Qualidade de vida.

1- Informações gerais:

Distrito _____

Idade. _____; Sexo () M () F

Escolaridade. () Não alfabetizado, () 1ª a 4ª série, () 5ª a 8ª série, () 1º ao 3º ano, () 3º grau.

Quantas pessoas na família? _____

2- O Programa (PRONAF)

Em que ano foi cadastrado ao Pronaf? _____

Como soube do Programa. () rádio, () televisão, () jornal, () banco, () sindicato, () amigo, () outro _____

Conhece os objetivos do Pronaf () sim, quais? _____, () não

Conhece o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. () sim, () não

Houve alguma modificação no tamanho de sua propriedade com o Pronaf. () sim ampliou, () sim diminuiu, () não

3- Assistência Técnica:

Você recebia assistência técnica antes do Pronaf? () sim, através de que órgão _____, () não.

Você recebe assistência técnica depois do Pronaf? () sim, através de que órgão _____ () não.

4- Produção Agropecuária e Mercado:

O quê produzia antes do Pronaf? () feijão, () mandioca, () milho, () Café, () frutas, () hortaliças, () algodão, () mamona, () outro _____

O Quê produz depois do Pronaf? () feijão, () mandioca, () milho, () café, () frutas, () hortaliças, () algodão, () mamona, () outro _____

Que tipo de animais criava antes do Pronaf? () boi, () frango, () porco, () bode, () avestruz, () cavalo, () jumento, () outro _____

Que tipo de animais cria depois do Pronaf. () boi, () frango, () porco, () bode, () avestruz, () cavalo, () jumento, () outro _____

Que quantidade da produção familiar era consumida pela família antes do Pronaf? () nenhuma 0%, () uma pequena parte 10%, () metade 50%, () quase toda 80%, () Toda a produção 100%.

Que quantidade da produção familiar passou a ser consumida pela família depois do Pronaf? () nenhuma 0%, () uma pequena parte 10%, () metade 50%, () quase toda 80%, () Toda a produção 100%.

Onde vendia a produção antes do Pronaf? () feira livre, () centro de abastecimento, () supermercado, () atravessador, () de porta em porta, () outro.

Onde vende a produção com o Pronaf? () feira livre, () centro de abastecimento, () supermercado, () atravessador, () de porta em porta, () outro_____.

Que ferramentas e implementos utilizava antes do Pronaf? () Enxada, () facão, () foice, () trator, () colheitadeira, () pivô de irrigação, () Outro _____ () adubação tipo_____

Que ferramentas e implementos utiliza com o Pronaf? () Enxada, () facão, () foice, () trator, () colheitadeira, () pivô de irrigação, () Outro _____ () adubação tipo_____

Com o Pronaf houve aumento ou diminuição da produção? () sim, aumentou () sim, diminuiu () não, ficou como estava, Por que? _____

5- Ocupação da Mão-de-obra:

Você trabalhava fora de sua propriedade antes do Pronaf? () sim, onde? _____ () não, Por que? _____

Você trabalha fora de sua propriedade com o Pronaf? () sim, onde? _____ () não, Por que? _____

Antes do Pronaf saíram pessoas da família para viver na cidade? () sim, () não - Por que? _____

Depois do Pronaf saíram pessoas da família para viver na cidade? () sim, () não - Por que? _____

Além da agropecuária você desenvolve outro tipo de atividade? () sim, qual? _____, () não, por que? _____

6- Renda:

O valor do financiamento oferecido pelo Pronaf B é satisfatório? () sim, () não – por que? _____

Antes do Pronaf sua renda era satisfatória para a sobrevivência da família? () sim, () não, por que? _____

Com o Pronaf sua renda está sendo satisfatória para a sobrevivência da família? () sim, () não, por que? _____

Antes do Pronaf qual era sua renda media por mês aproximada? () menos de 1 SM, () entre 1 e 3 SM, () entre 3 e 5 SM, () outro _____

Depois do Pronaf qual a sua renda media por mês aproximada? () menos de 1 SM, () entre 1 e 3 SM, () entre 3 e 5 SM, () outro _____

7- Melhoria de vida:

Antes do Pronaf, quantas vezes por dia todos os membros da família se alimentavam? () 1 vez, () 2 vezes, () 3 vezes, () mais de 4 vezes.

Com o Pronaf, quantas vezes por dia todos os membros da família se alimentam? () 1 vez, () 2 vezes, () 3 vezes, () mais de 4 vezes.

Antes do Pronaf, quais os principais alimentos consumidos regularmente pela família? _____

Com o Pronaf, a família passou a consumir novos tipos de alimentos? () sim, () não, quais? _____

Antes do Pronaf, quais eram os principais bens de uso doméstico da família?

Quais os principais bens de uso doméstico que foram adquiridos com o Pronaf? _____

O consumo de energia elétrica aumentou com o Pronaf. () sim, quanto? _____ () não.

Em que o apoio do Pronaf ajuda a melhorar ou não a vida de sua família? _____

De zero a dez que nota você dá ao Pronaf? _____ por quê? _____

Que proposta você deixa para melhorar sua relação com o Pronaf? _____

Como você se identifica. () camponês, () produtor rural, () Agricultor familiar, () lavrador, () outro _____

B - Pronaf: Linhas especiais de financiamento

Pronaf Agroindústria

É uma linha voltada para investimentos e custeio que visem o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural. Abrange as famílias agricultoras enquadradas como pessoas físicas nos Grupos “A/C”, “B”, “C”, “D” ou “E” ou cooperativas, associações, ou outras pessoas jurídicas constituídas de famílias agricultoras enquadradas nos Grupos “B”, “C”, “D” ou “E”. A pessoa jurídica deve ter no mínimo 90% de seus participantes ativos agricultores(as) familiares, e que comprovarem, no projeto técnico, que mais de 70% da matéria-prima a ser beneficiada são de produção própria ou de associados participantes.

Pronaf Agroindústria – Investimento; cada família poderá financiar até R\$ 18 mil. Os juros são de 3% ao ano e o prazo para pagamento é de até oito anos, com as parcelas começando a serem pagas após três ou cinco anos, conforme o projeto definir. No caso dos recursos de origem dos Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FCO ou FNO, o prazo de pagamento poderá ser estendido em até 16 anos, quando envolvidos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Até no máximo 30% do valor do financiamento poderá ser destinado ao investimento na produção agropecuária, objeto de financiamento, processamento e comercialização. Até 15% do valor do financiamento de cada unidade agroindustrial pode ser aplicado para a unidade central de apoio gerencial, no caso de projetos de agroindústrias em rede, ou, quando for o caso de agroindústrias isoladas, para pagamento de serviços como contabilidade, desenvolvimento de produtos, controle de qualidade, assistência técnica gerencial e financeira.

Já no Pronaf Agroindústria – Custeio, cada família poderá financiar até R\$ 5 mil. No caso de operações grupais ou coletivas existe um valor máximo de R\$ 150 mil. Os juros são de 8,75% ao ano e prazo de 1 ano para pagamento.

Pronaf Floresta

Essa modalidade de crédito especial é voltada para investimentos em projetos de silvicultura, sistemas agroflorestais e exploração extrativista ecologicamente sustentável, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. Trata-se de um crédito voltado para investimento. No Pronaf Floresta, incluem-se as famílias agricultoras enquadradas nos Grupos “B”, “C” ou “D”.

Aqui se verifica uma particularidade regional, pois para a Região Norte, quando o financiamento é realizado com recursos do FNO, são garantidos limites diferenciados como forma de garantir maior estímulo ao manejo sustentável das florestas na Região.

O Pronaf Floresta destina recursos de forma diferenciada, conforme a linha de crédito a qual o agricultor familiar pertence dentro do Pronaf, da seguinte forma: para o Grupo “B”, cada família beneficiária poderá financiar até 1 mil reais; para o Grupo “C”, cada família beneficiária poderá financiar até 4 mil reais ou até 8 mil reais para a Região Norte pelo FNO; para o Grupo “D”, cada família poderá financiar até 6 mil reais ou até 12 mil reais para Região Norte pelo FNO.

As taxas de juros são um pouco altas, chegam a até 3% ao ano, porém, o prazo de pagamento é longo, podendo chegar até 12 (doze) anos ou até 16 anos, quando envolvidos recursos dos Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para início do pagamento, é considerada a data do primeiro corte, acrescida de 6 (seis) meses, desde que esse prazo não supere 8 (oito) anos. O cronograma dos pagamentos deve refletir as condições de maturação dos projetos e ser fixado conforme a exploração florestal.

Uma mesma família poderá contratar até 2 (dois) financiamentos, sendo que o segundo somente pode ser concedido, decorridos 12 (doze) meses do financiamento anterior e mediante a apresentação de laudo da assistência técnica, que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado.

Pronaf Agroecologia

O Pronaf Agroecologia é um financiamento de investimento que tem como objetivo estimular uma agricultura familiar voltada para as práticas de cultivo

sustentável com base em sistemas de produção agroecológicos. São financiados os sistemas de produção agroecológicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção dos empreendimentos. Essa linha de crédito se mostra relevante do ponto de vista da educação ambiental, sobretudo, nas formas de manejo da produção e também na questão de resgatar a responsabilidade com o meio ambiente, no âmbito da agricultura familiar e seu sistema produtivo.

De acordo com a Cartilha Crédito Rural do Pronaf Ano Safra (2005/2006), são beneficiárias as famílias agricultoras enquadradas nos Grupos "C" ou "D", em fase de transição ecológica ou que já utilizam sistemas agroecológicos de produção, conforme normas definidas pela SAF do MDA (Portaria nº 39/SAF/2005), ou ainda que produzam produtos orgânicos segundo as normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Pronaf Agroecologia é um crédito voltado para o investimento e que, assim como o Pronaf Floresta, destina recursos de forma diferenciada, conforme a linha de crédito a qual o agricultor familiar pertence dentro do Pronaf, da seguinte forma: para o Grupo "C", cada família poderá financiar até R\$ 6 mil; para o Grupo "D", cada família poderá financiar até R\$ 18 mil. Os limites são independentes dos definidos para outros investimentos ao amparo do Pronaf.

Os juros apresentados são de 3% ao ano e o prazo de pagamento de até 8 anos, com carência de até três anos. Do total, até 35% do valor financiado pode ser destinado para custeio associado e até 3% para o pagamento da assistência técnica e extensão rural. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até 2 (dois) empréstimos consecutivos, sendo que o segundo somente pode ser concedido, após o pagamento de pelo menos 1 (uma) parcela da primeira operação e mediante apresentação de laudo da assistência técnica que ateste a situação de regularidade do empreendimento financiado.

Pronaf Semi-árido

Essa linha especial tem limite de crédito de até 6 mil reais, sendo que no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor do crédito devem ser destinados à implantação, construção, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura hídrica, ou seja, ser aplicado em projetos que garantam o fornecimento de água para o consumo familiar, para os animais e também, se for o caso, irrigar a

produção agrícola. O restante poderá ser destinado ao plantio, tratos culturais e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infra-estruturas de produção e serviços agropecuários e não agropecuários. A taxa de juros é de 1% ao ano e prazo de pagamento de até 10 anos, com até três anos de carência.

É uma linha voltada basicamente para investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infra-estrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infra-estruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semi-árida. Como exemplo, podem ser financiados por essa linha, cisternas de armazenamento de água para a produção e consumo familiar e dos animais, barragens subterrâneas, mandalas, pequenos sistemas de irrigação.

Em sintonia com a Cartilha Crédito Rural do Pronaf Ano Safra (2005/2006), cada família pode contratar até 2 (duas) operações, desde que o agente financeiro comprove a capacidade de pagamento do mutuário e que seja atestado em laudo de assistência técnica, a situação de regularidade do empreendimento já financiado, contudo, a concessão do segundo financiamento somente poderá ocorrer após a quitação de pelo menos uma parcela do empréstimo anterior. O Pronaf Semi-árido abrange as famílias agricultoras enquadradas nos Grupos "A", "A/C", "B", "C" ou "D".

Pronaf Mulher

Essa linha especial de crédito tem como público mulheres integrantes de famílias dos grupos "A", "A/C", "B", "C", "D" e "E", independente da família já ter recebido operação de crédito em outra linha. É um crédito de investimento em que até 35% do total financiado podem ser utilizados para custeio associado e até 3% para o pagamento da assistência técnica e extensão rural, ou seja, esse formato possibilita a aplicação do recurso tanto no custeio quanto no investimento da produção.

O Pronaf Mulher tem como objetivo buscar a valorização do trabalho das mulheres do campo e o fortalecimento das atividades produtivas, desenvolvidas por elas individual ou coletivamente. Trata-se de uma linha de crédito que visa facilitar o acesso da mulher ao Pronaf e, conseqüentemente, sua introdução no sistema de

crédito.

Segundo a Cartilha do Agricultor Familiar (2006), para acessar o crédito do Pronaf Mulher, a família não pode estar inadimplente com o Pronaf, ou seja, tem que estar com suas obrigações com os bancos e casas comerciais em dia, não podem apresentar débitos. Estando de acordo com esses critérios, cada família poderá contratar apenas uma operação do Pronaf Mulher, podendo ser financiada qualquer atividade que gera renda, seja ela agrícola ou não agrícola, sempre que desenvolvida pela mulher.

O Grupo de enquadramento da mulher é o mesmo da família, ou seja, se a família for Grupo “D”, a mulher usará o crédito Pronaf Mulher do Grupo “D”. Para mulheres dos Grupos “A”, “A/C”, “B” o Pronaf Mulher é uma operação de micro-crédito no valor de até R\$ 1 mil, juros de 1%, prazo para pagamento de até 2 anos e desconto de 25% sobre cada parcela paga até a data do vencimento.

Para as mulheres integrantes das unidades familiares dos Grupos “A”, “A/C”, o Pronaf Mulher poderá ser concedido desde que a família tenha pago uma operação de custeio do Grupo “A/C” ou custeio do Grupo “C”. Com esse formato, a idéia é garantir que o crédito alcance aquelas famílias que já possuem uma estrutura mínima de produção instalada, de maneira que esse novo financiamento possa ser utilizado pelas mulheres para efetivamente fortalecer a atividade produtiva que desenvolvem ou queiram desenvolver.

Para mulheres do Grupo “C”, poderá ser concedido o valor mínimo de R\$ 1,5 mil e o máximo de R\$ 6 mil. Os juros são de 3% e há um desconto fixo de R\$ 700, distribuído proporcionalmente em cada parcela, paga até a data do vencimento. O prazo de pagamento é de até 8 anos, com carência de até três ou cinco anos, conforme o projeto definir. Para mulheres do Grupo “D”, poderá ser concedido até R\$ 18 mil. Os juros são de 3% ao ano e o prazo de pagamento é de até 8 anos, com carência de até três ou cinco anos, conforme o projeto definir e por fim, para mulheres do Grupo “E”, poderá ser concedido até R\$ 36 mil. Os juros são de 7,25% ao ano e o prazo de pagamento de 8 anos, com carência de até três ou cinco anos, conforme o projeto definir.

Pronaf Jovem

Para a aquisição do Pronaf Jovem é necessário o atendimento de alguns

critérios tais como:

- 1- Estar na faixa etária entre 16 e 25 anos e que tenha concluído ou esteja cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, como por exemplo as Escolas Família Agrícola – EFA e as Casas Família Rural - CFR entre outras;
- 2- Tenha concluído, ou esteja cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;
- 3- Tenha participado de curso ou estágio de formação profissional, que preencha os requisitos definidos pela SAF do MDA (Portaria nº 2/SAF/2005), a qual estabelece uma carga horária mínima de 100 horas, que poderão ser alcançadas pelo somatório de diversos cursos assistidos pelo(a) jovem.

A Cartilha do Agricultor Familiar (2006) aponta que o Pronaf Jovem é um crédito de investimento que tem como objetivo reconhecer e valorizar a participação da juventude que trabalha no campo. Com essa linha de crédito, o jovem ou a jovem poderá montar um projeto segundo o seu interesse, aplicar os seus conhecimentos e gerir a sua atividade. Trata-se, portanto, de uma primeira experiência com o crédito Pronaf que, segundo a cartilha, poderá estimular e facilitar a emancipação da juventude no campo.

Para os jovens de famílias dos Grupos “B”, “C”, “D” e “E” poderá ser concedido o valor de até R\$ 6 mil, observando que só pode ser concedido 1 (um) empréstimo para cada beneficiário. Os juros são de 1% e o prazo de pagamento de até 10 anos, com carência de até três ou cinco anos, conforme o projeto definir. No caso de necessidade de financiamento para mais de um jovem, pode ser contemplado em um mesmo instrumento de crédito, respeitado o limite de financiamento por família (de até R\$ 6 mil).

Essa modalidade de crédito se mostra num patamar importante, visto que pode ser uma ferramenta de estímulo ao jovem agricultor, incentivando-o a construir projetos voltados para o desenvolvimento rural. Outro ponto relevante é a taxa de juros de 1% a.a e o prazo de pagamento, que pode chegar a 10 anos e carência de até 5 anos, pois esses prazos longos garantem mais tranquilidade no investimento em determinado projeto.

Pronaf Cotas-Parte

Essa linha de crédito é voltada ao atendimento da integralização de cotas-partes dos agricultores, filiados a cooperativas de produção com, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seus sócios ativos, classificados como agricultores familiares e Patrimônio Líquido mínimo de R\$ 50 mil e máximo de R\$ 3 milhões de reais, e que tenham no mínimo 1 (um) ano de funcionamento.

Os recursos provenientes do crédito Pronaf Cotas-Parte podem ser aplicados em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro e atende às famílias agricultoras, enquadradas nos Grupos "B", "C", "D" ou "E", filiadas a cooperativas de produção.

A Cartilha Crédito Rural do Pronaf Ano Safra (2005/2006) aponta que Cada família poderá financiar até R\$ 5.000,00 a juros de 8,75% ao ano. O prazo de reembolso é fixado pelas instituições financeiras, a partir da análise de cada caso, podendo ser de até 6 anos para a parcela de recursos a ser aplicada em investimento fixo ou saneamento financeiro e de até 3 anos, nos demais casos. A família poderá acessar um segundo crédito, desde que já tenha sido pago o primeiro.

Pronaf Turismo Rural

Aqui se percebe uma linha especial de crédito, basicamente voltada para uma atividade não agrícola que vem ganhando força no meio rural com a prática do turismo como fonte geradora de renda no campo, através da exploração da natureza, do modo de vida rural e das diferentes paisagens.

De acordo com a Cartilha Crédito Rural do Pronaf Ano Safra (2005/2006), o Turismo Rural na Agricultura Familiar é definido como atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares, que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos. São atividades que permitem não só a valorização dos aspectos naturais, culturais e da atividade produtiva das comunidades rurais, mas também estimulam a recuperação e conservação da economia das regiões envolvidas.

O recurso liberado é destinado a projetos que contemplem a estruturação de pousadas, restaurantes, cafés coloniais, aquisição e adequação de barcos para passeios, sistemas pesque-e-pague, além de outros serviços, desde que desenvolvidos e explorados por agricultores familiares.

O financiamento é direcionado para famílias do Grupo “C”, concedendo valor de até 9 mil reais na linha de crédito investimento Pronaf Grupo “C”. Já para o Grupo “D”, poderá ser concedido o valor de até 27 mil reais na linha de crédito de Investimento do Pronaf Grupo “D”. No caso do Grupo “E”, poderá ser concedido o valor de até 54 mil reais na linha de crédito de Investimento do Pronaf Grupo “E”.

Quadro 06 – Síntese das condições do crédito rural do Pronaf - Linhas Especiais

LINHA	LIMITES	CUSTEIO	ENCARGOS	BÔNUS ADIMPLÊNCIA	PRAZO
AGROINDÚSTRIA, A/C, B, C, D e E	Individual R\$ 18 mil	-	3% a a.		Até 8 anos total Carência até 3 ou 5 anos
CUSTEIO AGROINDÚSTRIA A, A/C, B, C, D e E	Ind. 5 mil Col./Grupal R\$ 150 mil	-	8,75% a. a.	-	Até 12 meses
PRONAF JOVEM A, A/C, B, C, D, E	Investimento até R\$ 6 mil	Até 35% associado	1% a a.	-	Até 10 anos Carência até 3 anos
PRONAF MULHER A, A/C, B, C, D, E	Investimento A, A/C, B – R\$ 1000,00 C- R\$ 1,5 mil a R\$ 6 mil D – R\$ 18 mil E – R\$ 36 mil	Até 35% associado	A, A/C-1%a.a. B-1% a.a. C, D-3%a.a. E-7,25% a a.	A, A/C, B –25% da parcela C – R\$ 700,00	A, A/C e B - Até 2 anos C, D, E - Até 8 anos total. Carência até 3 ou 5 anos
SEMI-ÁRIDO A, A/C, B, C e D	até R\$ 6 mil	-	1% a a.	-	Até 10 anos Carência até 3 anos
FLORESTA B, C, D	B – R\$ 1 mil C – R\$ 4 mil D – R\$ 6 mil	-	3% a a.	-	12 anos com OGU e 16 anos FCO, FNO, FNE Carência até 8 anos
AGROECOLOGIA C, D	Investimento C - R\$ 6 mil D - R\$ 18 mil	Até 35% associado	3% a a.	-	Até 8 anos total. Carência até 3 anos
COTAS-PARTES B, C, D ou E	Ind. R\$ 5.000,00	-	8,75% a. a.	-	Até 6 anos para investimento fixo e até 3 anos para os demais casos

Fonte: Elaborado por Santos, J. (2007).

